



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**EM BUSCA DE CIDADANIA: ATUAÇÕES POLÍTICAS DOS
TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM BRASÍLIA (1957-1964)**

MATHEUS OLIVEIRA MACHADO DE SOUZA

BRASÍLIA – DF

2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**EM BUSCA DE CIDADANIA: ATUAÇÕES POLÍTICAS DOS
TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM BRASÍLIA (1957-1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa (Orientador)

Prof.^a Dr.^a. Cristiane de Assis Portela

Prof.^a Dr.^a. Ione de Fátima Oliveira

BRASÍLIA – DF

2021

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo compreender o comportamento político dos operários da construção civil em Brasília, entre os anos de 1957 e 1964. A pesquisa histórica focalizou sua análise no contexto social do trabalho na capital, percebendo a interlocuções entre trabalhadores e setores do governo e, assim, busca-se contribuir na interpretação do papel dos trabalhadores, no Brasil, no cenário político durante o período da Terceira República (1945-1964). Partindo do pressuposto de uma cultura política trabalhista, relida e apropriada por trabalhadores e lideranças políticas e sindicais, o estudo examina a incorporação e crescente mobilização da classe trabalhadora, buscando a efetivação da cidadania a partir de direitos demandados, transformando-se em importantes atores políticos na dinâmica democrática.

Palavras-chave: trabalhadores de Brasília; atores políticos; trabalhismo; cidadania.

ABSTRACT

This monograph aims to understand the political behavior of construction workers in Brasília, between the years 1957 and 1964. The historical research focused its analysis on the social context of work in the capital, realizing the interlocutions between workers and government sectors and, thus, it seeks to contribute to the interpretation of the role of workers, in Brazil, in the political scenario during the period of the Third Republic (1945-1964). Based on the assumption of a political labor culture, reread and appropriated by workers and political and union leaders, the study examines the incorporation and growing mobilization of the working class, seeking the realization of citizenship based on demanded rights, transforming themselves into important political actors in the democratic dynamics.

Keywords: workers of Brasília, political actors; “trabalhismo”; citizenship.

SUMÁRIO

Introdução.....	5
Capítulo 1 – Grandes Transformações: Brasil no decurso das décadas de 1930 a 1960... 8	
Capítulo 2 – Construindo a Capital da Esperança (1957-1960)	24
2.1 “Diga a ela que fui para Goiás, e de lá eu mando dinheiro”	24
2.2 “Às vezes a gente sabia através das camas, que o dono não aparecia mais”	29
2.3 “Nosso lazer era esse: contar a história do passado”	38
2.4 “Eles tornaram até hostil, assim, às pessoas ligadas ao sindicato”	47
Capítulo 3 – Vivências políticas trabalhadoras nos primeiros anos de Brasília (1960-1964).....	49
3.1. “Primeira Grande Vitória dos Trabalhadores”	50
3.2. “Nas suas compras do Supermercado, acrescente um quilo de feijão, macarrão, arroz e remeta para a Campanha do Quilo [...]”	57
3.3. “[...] cabe aos poderes da República, de acôrdo com os preceitos constitucionais, garantir trabalho para todos os cidadãos brasileiros [...]”	64
3.4. “Pão ou Morte”	73
Considerações Finais.....	77
Imagens.....	79
Fontes.....	94
Referências Bibliográficas.....	95

Introdução

Este trabalho tem por objetivo geral contribuir para a compreensão do papel dos trabalhadores no cenário político durante o período da Terceira República (1945-1964), interregno democrático entre as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e Militar (1964-1985). Em outras palavras, busca-se investigar a emergência dos trabalhadores como atores políticos relevantes na dinâmica democrática, isto é, a incorporação e crescente mobilização da classe trabalhadora no cenário político do país, a partir de direitos demandados. Para tanto, a pesquisa histórica esteve focalizada no exame do contexto social do trabalho nos primeiros anos de Brasília, entre 1957 e 1964, percebendo a inter-relação entre trabalhadores da construção civil e setores do governo.

Nesse sentido, o primeiro capítulo deste trabalho pretende delinear alterações na paisagem social, econômica, política e cultural no transcurso das décadas de 1930 a 1960 no Brasil. Essas transformações estiveram substancialmente ligadas aos impactos que advieram do processo de intensificação da industrialização, ao qual se associam os fenômenos como a formação de grandes núcleos urbanos e da dinâmica populacional, com o aumento demográfico e das migrações internas. Ao longo desses anos, também, diferentes contextos políticos estabeleceram novos contornos ao papel atribuído ao Estado, cada vez mais intervencionista em diferentes aspectos da vida nacional, seja relativo ao econômico, à política territorial, ou mesmo em torno da candente questão social.

Fundamental nesse primeiro capítulo, e para a leitura do passado como um todo, esteve a perspectiva interpretativa desenvolvida por Angela de Castro Gomes ao longo de sua obra, principalmente em seu clássico livro **A Invenção do Trabalhismo**, de 1988. Sua obra foi imprescindível não apenas para analisar, ao longo dessa pesquisa, o processo de construção da cidadania no Brasil, mas por indicar a formatação de uma nova cultura política¹, o trabalhismo, que moldou, até certo ponto, as relações entre governantes e governados. Como se verá, o trabalhismo como ideologia política foi desenvolvido, em um primeiro momento, como recurso de legitimação de um regime autoritário.

¹ A autora entende por cultura política um conjunto de referências, mais ou menos formalizados em instituições, como partidos e sindicatos, e mais ou menos difundidos na sociedade. Destaca ainda a diversidade de culturas políticas, que competem e transformam-se ao longo do tempo. GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 41.

Posteriormente, seria relido e apropriado por trabalhadores e lideranças políticas e sindicais, estruturando-se como tradição política e servindo como instrumento de inclusão social e de alargamento da participação política popular.²

O segundo capítulo, por seu turno, tem por intuito compreender o processo de edificação da nova capital, Brasília, entre os anos de 1957 a 1960, em um contexto de incorporação de novas zonas territoriais. Esse recorte temporal se justifica porque o ano 1956, primeiro ano de mandato de Juscelino, foi dedicado a criar condições, inclusive no arcabouço jurídico, para a transferência da capital da República. O início efetivo das obras, portanto, se daria em 1957, se estendendo até abril de 1960, quando ocorria a inauguração, ainda que parcial, da cidade. Assim sendo, os problemas e as questões de preocupação estão canalizados, essencialmente, sobre as condições de vida e de trabalho dos operários da construção civil, tais como jornada de trabalho; segurança do trabalho; e aspectos da reprodução da vida cotidiana, fonte constante de tensões e conflitos.

Por fim, o terceiro capítulo dedica-se a analisar o comportamento político dos operários da construção civil em Brasília, entre 1960 e 1964, por meio de solicitações para efetivação da cidadania, sobretudo através de direitos sociais demandados. Desse modo, examina-se a incorporação da cultura política do trabalhismo nesses anos, assentado como caminho à incorporação política popular e capaz de mobilizar e estimular a ação dos trabalhadores da construção civil. Diante disso, se observará a importância do órgão de classe, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e Mobiliário de Brasília (STICMB), no encaminhamento das reivindicações operárias a setores do governo, ao mesmo tempo em que se verificará a ressonância de debates políticos conjunturais nas demandas específicas do operariado de Brasília, em um quadro social delicado com o ciclo de arrefecimento das obras, após a inauguração da cidade.

Em meio à escassa produção bibliográfica sobre a história do Distrito Federal como um todo, destacaram-se duas produções, suportes constantes para esta pesquisa. A primeira delas, **O capital da esperança**: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília, escrito pelo antropólogo Gustavo Lins Ribeiro e fruto de sua dissertação de mestrado defendida em 1980, foi fundamental para a compreensão do período da construção da capital, tomando-se emprestado nesta pesquisa o seu conceito de “ambiguidade jurídica” como recurso interpretativo. Ainda em diálogo com o autor,

² GOMES, Angela de Castro, op. cit., p. 21-44.

mesmo examinando os impactos dessa “ambiguidade jurídica” para a vida candanga, tenta-se examinar as primeiras manifestações de mobilizações políticas populares dos operários em Brasília, mesmo que se considere a existência de muitos limites e constrangimentos para tais ações. Já o livro **Construtores de Brasília**: estudos de operários e sua participação política, resultado do mestrado em sociologia de Nair Heloísa Bicalho de Sousa em 1978, foi imprescindível para entender os primeiros anos da cidade, sobretudo com a investigação da autora sobre o comportamento e a formação da consciência de classe dos operários da construção civil em Brasília. Com menor impacto, mas leitura também importante, foi o livro **De Nova Lisboa a Brasília** (2009), de Laurent Vidal, para captar como diferentes projetos de transferência e construção de cidades são portadores de projetos de sociedade, aqui se destacando o projeto de Brasília

Para concluir, necessário apresentar os registros da realidade passada utilizados ao longo do texto, imprescindíveis à pesquisa histórica. Assim, para investigação do período da construção de Brasília, o **Censo Experimental de Brasília (1959)**, experimental por ser um teste para o grande Censo Nacional no ano seguinte, forneceu uma série de estatísticas necessária para descrição do contexto social e demográfico do território das obras. Por outro lado, os vários depoimentos orais ao longo do texto, daí o caráter informal de certas citações, foram captados tanto pelo *Programa de História Oral*, do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), na década de 90, quanto por Vladimir Carvalho, contidos em dois de seus documentários, *Brasília Seguindo Feldman* (1979) e *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1990), depoimentos estes fundamentais para interpretar a dinâmica da vida durante as obras, sob o prisma dos próprios operários.

Já para o desenvolvimento da pesquisa histórica referente aos primeiros anos de Brasília, o periódico **Correio Braziliense (CB)** foi a fonte basilar para escrita e deslocamento temporal. Nesse exercício de alteridade, que integra o ofício do historiador, um vestígio muito significativo esteve na leitura do livro *Diário de um Candango* (1963), de José Marques da Silva e que trata-se, na verdade, de um diário escrito por um comerciante que decide comprar um restaurante/bar na Vila Planalto e descrever o seu cotidiano, e o da cidade, entre os meses de outubro e dezembro de 1961. Em ambos os capítulos, outra fonte valiosa esteve na leitura de fotografias entre esses anos, sob curadoria tanto do ArPDF, do Instituto Moreira Salles (IMS) e do próprio **Correio Braziliense**. Na miríade de informações, cruzaram-se as fontes para alcançar algum lampejo de realidade.

Capítulo 1 – Grandes Transformações: Brasil no decurso das décadas de 1930 a 1960

*A cidade tem movimento
Quem quiser ver
Vamos passear*

**Ary Lobo, Movimento da Cidade
(Luiz Boquinha/Ary Monteiro),
1962.**

*Desde que estou retirando
só a morte vejo ativa,
só a morte deparei
e às vezes até festiva;
só a morte tem encontrado
quem pensava encontrar vida,
e o pouco que não foi morte
foi de vida severina
(aquela vida que é menos
vivida que defendida,
e é ainda mais severina
para o homem que retira).*

**João Cabral de Melo Neto, Morte e
Vida Severina, 1954-1955.**

Poucos períodos foram tão dinâmicos, no Brasil, quanto os anos que compreendem as décadas de 1930 a 1960. Grandes transformações processaram-se em ritmo cada vez mais acelerado, seja na vida política, seja em práticas sociais e ideias, seja nos costumes ou na vida cotidiana. No desenrolar dessas quatro décadas, quatro Cartas Magnas refundaram o pacto social no país, inaugurando cada qual um novo período, de marchas e contramarchas. Em meio a disrupturas e crises políticas, um longo processo de industrialização, urbanização e integração nacional se desenvolveu, fomentando a dinâmica populacional e o peso das cidades. Processo que inscreveu novos atores sociais, transformou a “cara” do Brasil e o inseriu cada vez mais na dinâmica internacional.

Para os grupos que compuseram a Aliança Liberal e que irão promover a ruptura institucional em 1930, o grande erro da experiência republicana no Brasil até aquele momento estava no excesso de liberalismo consagrado com a Carta de 1891, liberalismo este político e econômico. A mesma defesa se dará no discurso vitorioso a partir de 1937, com a implantação do Estado Novo (1937-1945), onde a não intervenção do Estado se tornara uma prática anacrônica e perigosa em razão do momento vivenciado. No discurso dos ideólogos estado-novistas, 1937 completaria o espírito revolucionário que 1930 inaugurara.³ Era preciso, portanto, não só a ação intervencionista do Estado, mas também

³ GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 204 e 205.

o incentivo à diversificação da economia nacional, a despeito de seu caráter agrário-exportador.

Como destaca Luiz Werneck Vianna:

Para as forças vitoriosas com a Revolução de 30, a crise brasileira decorria de uma má inscrição do país na economia internacional, que se teria tornado evidente quando a crise de 1929 expôs a vulnerabilidade do sistema da agroexportação. De acordo com essa interpretação, a saída para o país estaria no caminho da indústria e do fortalecimento do mercado interno, o que, naquelas circunstâncias, diante de um empresariado e de um mercado nacional incipientes, supunha uma presença indutora do Estado. Essa presença, para ser efetiva, não só requeria a centralização do poder como sua concentração. O liberalismo político, ainda que preservado parcialmente na Carta de 1934, passaria a ser apresentado, conforme esse cálculo, como instrumento inidôneo para as grandes mudanças necessárias ao país.⁴

Modernizar a “república dos carcomidos”⁵ estava associado a um projeto de mudança econômica, diversificando os ramos de produção para diminuir o peso de uma economia dependente de produtos primários e, em consequência, o menos dependente possível do mercado mundial.⁶ Os efeitos da crise de 29 deram proeminência às críticas a esse modelo econômico, mas mais do que isso, porém,

o fato é que, naquele período, passam a deter crescente influência na arena política grupos sociais cujos interesses, afinados ou não entre si, vão convergir no sentido de privilegiar a necessidade de expansão industrial. Difunde-se, ademais, a percepção de que o Brasil não poderia reproduzir o modelo de industrialização dos países avançados e, em especial, não poderia prescindir da proteção do Estado para levar à frente seu processo modernizador. Políticas de estímulo à indústria nacional serão gradativamente implementadas em consonância com pressões dos empresários, dos militares e de uma intelectualidade técnica (ligada principalmente à área da engenharia) de matriz nacionalista. Duas grandes dimensões do emergente desenvolvimentismo ganham espaço nos debates e na agenda decisória: o protecionismo e o investimento estatal em infra-estrutura.⁷

Nesse sentido, um grande esforço foi feito no pós-30 em torno do desenvolvimento industrial, seja por meio da criação de um amplo aparato regulatório em diversas áreas do domínio econômico, seja com o aumento crescente da participação do Estado em setores estratégicos. Esse esforço variou em maior ou menor medida em razão

⁴ VIANNA, Luiz Weneck. O Estado Novo e a “ampliação” autoritária da república. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende (orgs.). **República do Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 116.

⁵ “Expressão pejorativa atribuída a José Américo de Almeida, chefe civil da Revolução de 1930 na Paraíba, e utilizada pelos revolucionários para designar os políticos então derrotados. Aos “carcomidos” opunham-se os “políticos autênticos”, ou seja, os que se identificavam com os ideais de transformação do sistema jurídico-político do país propostos pela revolução”. Alzira Alves de Abreu. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARCOMIDOS.pdf>. Acesso: 20.07.21.

⁶ SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, tomo 3, vol. 11, p. 271.

⁷ VIANNA, Luiz Weneck, op. cit., p. 118.

de múltiplos aspectos e conjunturas nacionais e internacionais, alargado ou contraído em diferentes contextos dentro desse período. Além disso, é preciso ressaltar que essa investida modernizadora pós-30, substancialmente associada com um desejo de expansão industrial no Brasil, não negligenciou apoio e fortalecimento aos setores agrários, de tal forma que é necessário analisar esse surto industrial não como uma mudança abrupta ou mesmo como processos dicotômicos, mas como políticas convergentes de valorização do mercado nacional e necessárias em diferentes situações para o equilíbrio no poder.

Em 1930, boa parte da população nacional se encontrava no campo, se desenvolvendo em torno de economias de subsistência, produzindo para seu próprio consumo e, quando muito, sendo abastecidas por produtos artesanais de mercados locais. O incipiente desenvolvimento da indústria nacional na Primeira República (1889-1930) caracteriza-se por empreendimentos de caráter local, de modo que o recenseamento de 1920 aponta a existência de 13.336 estabelecimentos industriais no país, empregando 275.512 operários essencialmente concentrados nos ramos têxtil (40,2% da produção) e em pequenos estabelecimentos da indústria leve, como o alimentício (27,6% da produção), de vestuário e toucador (8,2% da produção).⁸

Entre 1933 e 1955, houve a continuidade da expansão da indústria de fiação e tecelagem e de outros ramos da indústria de bens de consumo não duráveis, bem como um primeiro momento de constituição da indústria pesada no Brasil, cujo desenvolvimento se dará de forma efetiva a partir de 1956. Calcula-se que, até o fim da década de 1930, houve a duplicação da produção industrial no país, crescendo a uma taxa de variação anual de 10% entre 1932 e 1939, após retroceder -1,7% entre 1928 e 1932. Os ramos com maiores taxas de crescimento anual entre 1932 e 1939 foram as indústrias da borracha (53%), de cimento (25%), de mobiliário (23%), de papel (22%) e siderúrgica (20%). Esse crescimento de bens intermediários se deve, dentre outros fatores, à substituição de importações em razão do contexto turbulento internacional. Apesar disso, em 1939 o conjunto da indústria de transformação no valor da produção total era reduzido, correspondendo a 22,9%, se comparado ao peso da indústria têxtil que representava 22% da produção, crescendo 13% ao ano entre 1932 e 1939.⁹

Entre 1939 e 1952, a produção industrial nacional cresceu a uma taxa média de 8.3% ao ano. Ramos da indústria pesada são os setores com maiores altas nesse período,

⁸ SINGER, Paul, op. cit., p. 264-266.

⁹ SINGER, Paul, op. cit., p. 269-271.

como a indústria da borracha (18,4% a.a.), material de transporte (16,1% a.a.), metalúrgico (15,2% a.a.), minerais não metálicos (12,1% a.a.) e química e farmacêutica (10,5% a.a.). Esses ramos também foram os que tiveram maior aumento de participação nos níveis de importação no período, exemplificado pelas taxas de importação de material de transporte (11,5%, 1939; 13,7%, 1946; 19,0%, 1952) ou o ramo da metalurgia (15,7%, 1939; 15,0%, 1946; 11,5%, 1952). Mas o que se quer focalizar nesse avanço do processo de industrialização é a expansão dos investimentos públicos nos setores de infraestrutura, com a criação da Usina de Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, contribuindo para baixar a taxa de importação da metalurgia em 1952; a fundação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942; a construção da usina hidrelétrica Paulo Afonso, no Rio São Francisco, que começa a operar em 1954, e a fundação da Petrobrás, em 1953.¹⁰

O surto industrial pós-30 no Brasil intensificou um amplo processo de urbanização, uma vez que “a cidade, até então sede do poder político e do capital comercial, torna-se também o local da atividade produtiva”¹¹. Para além disso, há a reabilitação da imagem da vida urbana, transformando a suspeição de local de caos, desordem e insegurança política para algo almejado, aproximando a vida na cidade com um caráter civilizado e moderno.¹² As populações nas metrópoles crescem vertiginosamente, e esse é um fenômeno inédito no Brasil, de crescente urbanização e inchaço populacional, formando grandes massas urbanas. A compreensão desse fenômeno deve ser conjugada com o exame de dois outros processos que reconfiguram a “cara” do país, quais sejam: o aumento demográfico e as migrações internas.

Marca da dinâmica populacional brasileira no pós-30 expressa-se por um forte crescimento da população no país, explicável pela manutenção de altas taxas de fecundidade com o declínio das taxas de mortalidade. Entre 1920 e 1940, a população era de 30.638.605 habitantes; entre 1940 e 1950, subiu para 40.165.289; entre 1950 e 1960, aumentou para 51.151.629; e entre 1960 e 1970 alcançou 69.526.603. O peso das taxas de entrada de imigrantes no acréscimo populacional no Brasil, avaliado em cerca de 4 milhões de estrangeiros do fim do século XIX até 1930, perdeu força a partir de então, quando, de 1931 a 1963, somam um total de aproximadamente 1.106.404 imigrantes,

¹⁰ SINGER, Paul, op. cit., p. 276-279.

¹¹ VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília: A invenção de uma capital** (séculos XIX-XX). Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2009, p. 145.

¹² Ibid., p. 152-155.

podendo ser interpretado como o fim de políticas de incentivos a imigração subsidiada e ao maior controle de entradas após a Revolução de 30, fruto de alterações nos projetos político-ideológicos em favor da valorização do trabalhador nacional.¹³

Outro fator de extrema relevância na dinâmica populacional com amplos impactos políticos, econômicos, sociais e culturais no Brasil esteve ligado às migrações internas. Estima-se que, entre 1930 e 1960, cerca de 20 milhões de pessoas deixaram o campo, oriundas principalmente de Minas Gerais e estados do Nordeste, os maiores fornecedores de mão de obra para os centros de produção e colonização. Grandes fatores estão ligados a esses deslocamentos, como grandes secas, verificadas nos anos de 1953 e 1958; esperanças de trabalho em regiões mais urbanizadas, na luta contra a miséria; ou estímulos governamentais, por exemplo, no recrutamento de trabalhadores para a Amazônia tendo em vista esforços de guerra para o aumento de produção da borracha.¹⁴

Assim sendo, as taxas de crescimento das capitais nesse período retratam esse cenário de inchaço urbano. Recife possui, em 1920, 238.843 habitantes; em 1940, 323.177; em 1950, 512.370; em 1960, 788.569. Belo Horizonte, em 1920, contém 55.563 habitantes; em 1940, 177.004; em 1950, 338.585; em 1960, 642.912. Rio de Janeiro, então capital, em 1920 conta com 1.157.873 habitantes; em 1940, 1.519.010; em 1950, 2.303.063; em 1960, 3.307.163. São Paulo, mais que quintuplica sua população, contando em 1920 com 579.033 habitantes; em 1940, 1.258.482; em 1950, 2.017.025; em 1960, 3.164.804. Porto Alegre, em 1920, detém 179.263 habitantes; em 1940, 259.246; em 1950, 375.049; em 1960, 617.629.¹⁵ Deste modo, no recenseamento de 1970, pela primeira vez a maioria da população brasileira vive em zonas urbanizadas, ao passo que, em 1930, 70% da população encontrava-se no campo.¹⁶

Paralelamente, no imaginário das elites políticas que assumem o poder em 1930, a centralização e a concentração política em um Executivo forte faziam-se necessárias não apenas pela necessidade da presença indutora do Estado no processo de industrialização, era preciso organizar uma nova nação. O Brasil “ainda” era percebido

¹³ PATARRA, Neide. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, tomo 3, vol. 11, p. 312, 314-319; GOMES, Angela de Castro. População e Sociedade. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Olhando para dentro: 1930-1964**, volume 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (História do Brasil Nação: 1808-2010), p. 49-60.

¹⁴ PATARRA, Neide, *ibid.*, p. 319-333; GOMES, Angela de Castro, *ibid.*, p. 58 e 59, 71-78.

¹⁵ PATARRA, Neide, *op. cit.*, p. 324, 325.

¹⁶ GOMES, Angela de Castro, *População e Sociedade*, *op. cit.*, p. 59.

como uma sociedade tradicional e atrasada, sobretudo porque estava limitado, em nível de extensão de suas atividades, a uma estreita faixa litorânea, possuindo muitos vazios territoriais sem comunicação entre si. Para os ideólogos e intelectuais do regime varguista, modernizar o Brasil significava também conquistar a posse efetiva de seu vasto território e ocupá-lo, fomentando a construção de cidades e de vias de comunicação, num esforço de nacionalizar o país, isto é, tornar um território efetivamente ocupado por brasileiros.¹⁷

Território e povo são, assim, categorias fundamentais para o pensamento e ação nessas décadas, tendo grande sentido e valor político-cultural, e permitindo, quer a conformação dos diagnósticos, quer dos prognósticos sobre o país.¹⁸

Lançam-se, principalmente a partir de 1937, uma série de diretrizes e políticas que visavam interiorizar as atividades e integrar os “sertões” e “vazios territoriais” na dinâmica nacional, um amplo esforço que ficou conhecido como Marcha Para o Oeste. Essas medidas buscavam controlar os fluxos migratórios, reorganizar o espaço territorial e aplicar investimentos em setores estratégicos. Em resumo, essas políticas territoriais podem ser subdivididas em dois conjuntos: as políticas de povoamento e políticas de transportes e comunicações. O ideário dessa política está sumarizado em discurso do próprio Getúlio Vargas, de 1938:

A Civilização brasileira, mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. **Retomando a trilha dos pioneiros** que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e **estender as fronteiras económicas**, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventurosas. **E lá teremos de ir buscar: - dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial.**¹⁹

¹⁷ VIDAL, Laurent, op. cit., p. 148-152; GOMES, Angela de Castro, População e Sociedade, op. cit., p. 41-48, 60-62.

¹⁸ GOMES, Angela de Castro, População e Sociedade, op. cit., p. 43.

¹⁹ VARGAS, Getúlio. “O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o oeste”, Trecho do discurso pronunciado no limiar do ano de 1938, IBGE. **Goiânia, Coletânea especialmente editada pelo IBGE como contribuição ao batismo cultural de Goiânia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1942, p. 1-2 (grifos do original). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81471.pdf>. Acesso em: 24.07.2021.

Como destaque desse esforço, em outubro de 1943 foi criada a Fundação Brasil Central (FBC), originada da Expedição Roncador-Xingu. Dentre os objetivos da instituição, estavam a coordenação de medidas na exploração de zonas compreendidas no “Brasil Central”, nos altos rios Araguaia e Xingu, sendo uma primeira fase rumo à integração da Amazônia à dinâmica nacional, desbravando “sertões” e plantando cidades, como são exemplos as cidades de Aragarças, em Goiás, e Nova Xavantina, no Mato Grosso. Além disso, a FBC deveria organizar núcleos agrícolas no interior, como o atual município de Ceres, antiga colônia agrícola, atraindo a fixação do homem ao campo e contribuindo, assim, no controle do fluxo migratório.²⁰

Não por acaso, para encetar essa política de organização e “nacionalização do Brasil”, uma série de órgãos técnicos foram criados para o fornecimento de dados confiáveis e para a coordenação de políticas públicas, dentre os quais o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fundado em 1938, ou mesmo o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), de 1937, que tinha como atribuição coordenar e gerenciar todo o sistema rodoviário nacional, em crescente expansão. Em 1928, a extensão da malha rodoviária era de 113.570 km, crescendo para 258.390 km em 1939 para atingir, em 1955, a marca de 459.714 km, contrabalançada com o pouco crescimento de ferrovias pós-30.²¹

A intensificação desse longo processo de industrialização no Brasil se dará de forma ainda mais efetiva durante a gestão de Juscelino Kubitschek (JK) na presidência da República (1956-1961). Seu slogan de governo, “cinquenta anos em cinco”, sintetizava seu objetivo principal: acelerar o desenvolvimento nacional. Conquanto “desenvolvimento nacional” seja, hoje, um conceito muito amplo e abstrato, para os contemporâneos do governo JK o termo tinha um sentido muito preciso: industrialização²², de tal forma que a nação

quase que abruptamente... ganhou consciência da necessidade de industrializar-se a todo custo [...] a industrialização passa a ser percebida não só como um processo econômico, mas como um **modo de vida**, como o caminho através do qual a nação atingiria sua independência econômica,

²⁰ GOMES, Angela de Castro, População e Sociedade, op. cit., p. 71-78.

²¹ SINGER, Paul, op. cit., p. 272; GOMES, Angela de Castro, População e Sociedade, op. cit., p. 44-48, 69-71.

²² MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: JORGE, Ferreira; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 (O Brasil Republicano, vol.3), p.167.

marcaria sua **soberania**. O desenvolvimento se afirma como **ideologia nacional**.²³

Desse modo, a defesa da intensificação da industrialização se justificaria porque este seria o caminho para o qual o país marcaria sua soberania, “verdadeiramente”. Segundo JK, o “nacionalismo que objetivamos é o que se fundamenta em nosso desenvolvimento. O nacionalismo que convém ao Brasil é aquele que tende a colocá-lo entre os demais países do mundo em condições de falar de igual para igual [...]”.²⁴ Fundamental na construção, defesa e difusão da “ideologia nacional-desenvolvimentismo”, e com amplos acessos ao governo, foi a atuação do Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB). Criado em 1955 e vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, o instituto funcionava como um espaço de socialização entre políticos, intelectuais e estudantes para debater os problemas brasileiros. Para os isebianos, o atraso econômico e o subdesenvolvimento nacional seriam ultrapassados com a ampliação da industrialização no país, e para tanto, cabia ao Estado agir como protagonista do desenvolvimento nacional para, em um segundo momento, atrair e fixar investimentos do capital privado em setores da economia nacional.²⁵

O programa de governo de JK assumiu a primazia do desenvolvimentismo, consubstanciado através do Plano de Metas. Em conjunto, o Plano dava continuidade ao peso atribuído à intervenção estatal no aprofundamento do processo de industrialização como projeto nacional, prevendo volumosos investimentos públicos em pontos estruturais e atacando setores identificados em estrangulamento que impediam a ampliação do parque industrial, ao passo que incentivava, por outro lado, investimentos privados de capital nacional e estrangeiro no mercado nacional. Esse, aliás, foi um ponto característico do governo JK e que fomentou muitos debates e críticas, inclusive por setores isebianos: a ampliação da participação do capital externo, internacionalizando ainda mais a realidade econômica brasileira.²⁶

Essencialmente um planejamento econômico, o Plano de Metas consistia em 30 metas prioritárias ao investimento do Estado, distribuídas entre os setores de energia

²³ RODRIGUES, Leôncio, 1966, p. 178 apud RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança: A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008, p. 35 (grifos do original).

²⁴ KUBITSCHKEK, Juscelino, 1962, p. 114 apud VIDAL, Laurent, op. cit., p. 188-189.

²⁵ CEDRO, Marcelo. O Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961): estabilidade política e desenvolvimento econômico. In: JORGE, Ferreira; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs.). **O tempo da experiência democrática**, op. cit., p. 229 e 230; MOREIRA, Vânia Maria Losada, op. cit., p. 162-165.

²⁶ CEDRO, Marcelo, op. cit., p. 229 e 230; MOREIRA, Vânia Maria Losada, op. cit., p. 165-176.

(metas 1 a 5), transporte (metas 6 a 12), alimentação (metas 13 a 18), indústria de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30). A título exemplificativo, dentre esses objetivos estavam o desejo de elevação da potência energética e aumento da produção de petróleo; pavimentação e construção de rodovias; aumento da produção agrícola, mecanização da agricultura e aumento da produção de fertilizantes; expansão da área da siderurgia com aumento produtivo de alumínio, aço, metais não ferrosos; incentivos para a exportação de minérios de ferro; implantação da indústria automobilística e expansão da indústria mecânica; investimentos na formação de pessoal técnico.²⁷

Ao fim do mandato de Juscelino, os sinais do esgotamento desenvolvimentista estavam claros. Aceleração inflacionária, perdas salariais e elevação do custo de vida, desequilíbrios orçamentários, endividamento externo. Esse cenário econômico caótico legado ao fim de seu mandato, e que atingirá o ponto crítico durante a gestão de João Goulart (1961-1964), contrasta, como comprova boa parte da literatura sobre o tema, com inegável êxito de parte das metas do Plano, sobretudo nos setores de energia, transportes e infraestrutura. Avalia-se que entre 1956 e 1960, o Produto Interno Bruto (PIB) tenha crescido a uma média de 8,1% a.a.²⁸ No setor de energia elétrica, a meta 1 previa a elevação da produção de 3 milhões de KW para 5 milhões; em 1960, 95,40% da meta haviam sido alcançados. No setor de transportes, o plano previa a pavimentação asfáltica de 5 mil km de rodovias até 1960 (meta 8), e a construção de 12 mil km (meta 9); em 1960, os resultados já tinham superado o previsto, pois foram construídos 14.970 km e pavimentados 6.202 km. Já no setor de indústrias de base, a meta 27 estabelecia a implantação da indústria automobilística com capacidade para produzir, em 1960, 170 mil veículos nacionalizados, entre caminhões e automóveis; naquele ano, a capacidade ultrapassou em 17,2% a meta fixada.²⁹

Embora não sendo parte inicial do Programa de Metas, a transferência da capital para o Planalto Central logo se converteu na “meta síntese”, a 31ª meta, capaz de articular e estimular nesse grande desafio boa parte do plano de governo proposto. Quando ainda deputado por Minas Gerais, durante a Constituinte de 1946, JK se posicionou a favor da inscrição da mudança da capital na Constituição e em defesa da transferência da capital

²⁷ CEDRO, Marcelo, op. cit., p. 230.

²⁸ SINGER, Paul, op. cit., p. 279-284; CEDRO, Marcelo, op. cit., p. 231.

²⁹ MOREIRA, Vânia Maria Losada, op. cit., p. 160; FARO, Clovis de; SILVA, Salomão L. Quadros da. A década de 50 e o Programa de Metas. In: Gomes, Angela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 56-58, 60-62.

para a região do triângulo mineiro. Mas é precisamente durante a campanha à presidência que o longo debate mudancista ganha eco e se inscreve no projeto de continuar a integração territorial e do sistema produtivo nacional.³⁰ Nas palavras de Juscelino, no início de seu mandato:

Marchamos, agora, para a luta pelo **desenvolvimento nacional** como se esta luta fôsse a defesa do nosso próprio território... e na verdade o é! Não temos, nós brasileiros, alternativa. Possuímos um povo admirável e trabalhador, um povo resignado, que vai crescendo de maneira vertiginosa, êste povo necessita melhorar de nível de vida. **Os homens do interior precisam ser socorridos sem demora.** Êsses brasileiros novos que engrossam todos os anos a nossa população consumidora, **os milhões de brasileiros que temos o dever indeclinável de integrar numa vida compatível com a dignidade da pessoa humana, são eles, com seus problemas, que estão a exigir o nosso crescimento, a nossa expansão industrial.** A luta em defesa do estilo de vida que adotamos, da nossa índole cristã, de nosso amor a liberdade e à democracia, é que está exigindo que o Brasil utilize e transforme a suas reservas minerais e suas matérias-primas. **Não há nação do tamanho da nossa que possa viver de outra maneira.**³¹

Portanto, essa passagem é reveladora da mentalidade da época. Nela está explícito aquilo que destaca Laurent Vidal, para o qual diferentes projetos de cidades são portadores de projetos de sociedade, buscando redefinir a identidade da coletividade e inaugurar um novo momento. Brasília permitiria a integração de dinâmicas regionais e a expansão industrial, mas acima de tudo estabeleceria uma nova etapa, de difusão de um modo de vida urbano-industrial. Em suma, Brasília seria ao mesmo tempo o ponto de partida e modelo esperado de uma sociedade moderna, capaz de refundar a brasilidade em torno de um modo de vida inserido na dinâmica capitalista internacional (Imagem 1).³²

Algo fundamental no processo de construção da cidadania no Brasil está na posição estratégica que os direitos sociais assumem, particularmente nas décadas de 30 e 40, e que se reforçou com as fragilidades e desrespeitos aos direitos civis e políticos nesse período. O peso que se dá aos direitos sociais, com destaque aos direitos trabalhistas, nesse momento será de imprescindível importância para compreensão do que se quer destacar: a emergência da classe trabalhadora como ator político, isto é, a incorporação e

³⁰ VIDAL, Laurent, op. cit., p. 191.

³¹ KUBITSCHKEK, Juscelino. “Volta Redonda, 3 de fevereiro de 1956: Visita, em companhia do vice-presidente dos Estados Unidos da América, Richard M. Nixon”. **Memórias do Brasil – 1956: discursos de Juscelino Kubitschek** – 1º Ed. Brasília: Memorial JK: Senado Federal, 2019, p. 27 (grifos do original).

³² VIDAL, Laurent, op. cit., p. 11-23, 194-197; COBISIER, Roland. **Brasília e o desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

crecente mobilização da classe trabalhadora no cenário político do país na Terceira República (1945-1964).

Uma sistemática mobilização trabalhadora na construção de uma ética do trabalho e pela valorização da figura do trabalhador, que se opunha a uma tradição escravagista de negação ao valor do trabalho, já vinha sendo processada durante toda a Primeira República. De tal forma que houve uma série de manifestações, greves e boicotes; formação de sindicatos, partidos operários e conferências, enfim, mobilizações e demandas que contribuíram para a emergência de uma nova consciência social sobre o papel atribuído ao Estado na formação de leis sociais que regulamentassem e garantissem direitos.³³ A esse respeito, assevera Angela de Castro Gomes:

É certo que essas lutas foram fragmentárias, difíceis e conseguiram poucos resultados materiais imediatos. Mas existiram, e os avanços que os direitos políticos e sociais tiveram no Brasil do pós-1930 não devem ser analisados fazendo-se *tabula rasa* de tudo o que foi feito anteriormente. É preciso ter clareza que o período da Primeira República não foi o de um “vazio” organizacional, durante o qual a população desconhece formas de associação e luta por direitos. Num certo sentido, quando se reforça essa visão, assume-se o discurso dos ideólogos que construíram uma imagem dessa experiência republicana no pós-1930, desejando legitimar uma proposta de Estado autoritário. Ou seja, quando a chamada Revolução de 1930 abriu caminho para algumas conquistas políticas e para uma efetiva formulação e implementação de uma legislação social, em geral, e trabalhista, em particular, uma sistemática luta já vinha sendo travada pela expansão dos direitos de cidadania no Brasil.³⁴

Em vista disso, já nas propostas defendidas no ideário da Aliança Liberal, mesmo com toda a heterogeneidade dos grupos que a compuseram, estava a atenção aos direitos sociais, de tal forma que entre 1930 e 1934 uma ampla legislação social por meio de decretos e leis será promulgada. Ainda durante o governo provisório, por exemplo, será criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930. Em dezembro do mesmo ano é decretada a Lei dos 2/3, conhecida como lei de nacionalização do trabalho, que determinava que todos os estabelecimentos industriais e comerciais tivessem 2/3 de empregados nacionais. Além disso, a jornada de trabalho no comércio e na indústria foi fixada em oito horas; o trabalho feminino e do menor foi regulamentado; adotou-se uma lei de férias e, em 1932, foi instituída a carteira de trabalho. Nesse mesmo ano começa a atuar uma nova criação que visava arbitrar conflitos entre patrões e empregados, que foram as Comissões Mistas de Conciliação e as Juntas de Conciliação e

³³ GOMES, Angela de Castro, **A Invenção...**, p. 35-42, 299 e 300.

³⁴ GOMES, Angela de Castro Gomes. Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 159.

Julgamento, estas com funções conciliatórias sobre dissídios individuais, aquelas com funções sobre dissídios coletivos. No aspecto previdenciário, começaram a atuar uma série de Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Mas há, também, uma ampla tentativa de controle sobre os trabalhadores, e no aspecto sindical houve uma primeira tentativa de “enquadramento sindical”, tanto que³⁵:

O investimento na questão social era reforçado por uma legislação sindical cujo objetivo maior era subordinar os sindicatos à tutela do Estado. A proposta de Vargas era implementar uma estrutura sindical corporativista na qual patrões e empregados, reunidos nas associações de classe, se transformassem em elementos de sustentação do governo. Em 19 de março de 1931, através do decreto 19.770, adotou-se o modelo de sindicato único. Definido como órgão de colaboração com o poder público, o Estado só reconhecia um sindicato por categoria profissional. A sindicalização não era obrigatória, mas, na prática, tornou-se compulsória porque apenas os membros dos sindicatos oficiais eram atingidos pelos benefícios. **Ou seja, o regime atrelou o gozo dos benefícios sociais à condição de trabalhador sindicalizado. Isso significava que esses direitos eram de abrangência restrita pois só existiam para os que tivessem um contrato formal de trabalho.**³⁶

Necessário chamar atenção para uma visão errônea e simplificadora que analisa o período entre 1930 e 1945 como um bloco coeso, atribuindo à “Era Vargas” unidade, estabilidade e a existência de uma única orientação política, que não lhe é característica. Esse é mais um elemento que reforça toda a construção dos ideólogos do regime a partir de 1937, negligenciando tensões, oposições e incertezas. Tendo isso em mente, essa primeira tentativa de “engradamento sindical” logo sofrerá um revés com o estabelecimento da pluralidade e da autonomia sindicais com a Carta de 1934. Esses princípios, entretanto, serão sistematicamente desconsiderados com a intervenção em um grande número de sindicatos e o afastamento e liquidação de suas lideranças independentes. Na verdade, é possível estabelecer dois tempos do Estado Novo, tendo o ano de 1942 como divisor de dois grandes perfis. Nesse primeiro momento, prevaleceu um “autoritarismo desmobilizador, fundado basicamente na coerção via censura e repressão”,³⁷ de tal forma que entre 1935 e 1937 o país viveu sob estado de sítio/estado

³⁵ GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 22-33; PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: JORGE, Ferreira; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano, vol.2), p. 15-20.

³⁶ PANDOLFI, Dulce Chaves. Id., p. 20 (grifos do original).

³⁷ GOMES, Angela de Castro Gomes. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 55.

de guerra, no qual o “redimensionamento da *ameaça comunista* teve um papel essencial, e a seu reboque foi arrastada qualquer veleidade de movimento sindical independente ou mesmo reivindicatório”.³⁸

Ainda que com toda repressão ao movimento sindical independente como visto, na perspectiva interpretativa de Angela de Castro Gomes, não houve efetivamente sindicalismo corporativista no Brasil até 1943. Segundo a autora, a organização sindical funcionava apenas como uma orientação legal, não tendo vigência efetiva além do aspecto formal, ratificada com o decreto 19.770, de 1931, e com decreto-lei nº 1.402, de 1939. Foi precisamente a partir de 1942 /1943 que um amplo esforço no reavivamento sindical a partir de um projeto de organização corporativista foi encetado, mobilizando indivíduos que seguissem a proposta do Estado, não por ausência de alternativas, mas fomentando o surgimento de lideranças e seguidores em um regime que, a partir de então, buscava uma estratégica saída do autoritarismo.³⁹

A partir de 1942, com o alinhamento internacional do Brasil com os EUA no curso da Segunda Guerra Mundial, a condução de uma política comercial equidistante (ora com os EUA, ora com a Alemanha) não mais seria possível. Para as lideranças estado-novistas isso implicava e sinalizava que as características do regime implantado em 1937 estavam se tornando insustentáveis, tanto externa quanto internamente. Assim, para a elite política e intelectual era preciso impulsionar toda a máquina governamental em busca de uma “transição por dentro”, dando início a um novo projeto político capaz de construir bases políticas e legitimidade ainda não alcançada nessa transição, que se mostrava inevitável, entre o autoritarismo e a liberal-democracia. Há, aqui, a montagem de um novo pacto político entre Estado e povo/classe trabalhadora, combinando políticas sociais e propaganda, pacto este denominado ideologia trabalhista.⁴⁰

Veiculada durante os anos de 1942 a 1945, a ideologia trabalhista foi um amplo esforço governamental que apresentava os avanços no campo dos direitos sociais como doações do Estado, simbolizada com a benevolência e clarividência do presidente Getúlio Vargas que, antecipando demandas dos trabalhadores, oferecia a legislação social como um “presente” à população, antes mesmo de serem pedidos. Omitindo todo um passado reivindicatório, os benefícios sociais no campo da legislação trabalhista, previdenciária e

³⁸ GOMES, Angela de Castro, **A Invenção...**, p. 177.

³⁹ GOMES, Angela de Castro, **A Invenção...**, p. 246-255.

⁴⁰ GOMES, Angela de Castro, **A Invenção...**, p. 182-188; GOMES, Angela de Castro, *Estado Novo...*, op. cit., p. 55-58.

sindical apresentavam-se não como conquistas ou reparações, mas como “dádivas” outorgadas pela generosidade presidencial, isto é, apresentava-se o “direito como favor” e, em troca, esperava-se reciprocidade popular, numa ação que se fundamentava em “dar, receber e retribuir”.⁴¹

Fundamental na propagação da figura paternal de Getúlio Vargas na ideologia trabalhista esteve com a “criação do tempo festivo”. Durante o Estado Novo foi atribuída uma atenção especial para certas datas comemorativas, especialmente para 1º de maio, dia do trabalhador, até porque o “caráter especial” do regime estado-novista estava alicerçado em sua “democracia social”. Entre 1938 e 1945, em todos os discursos de 1º de maio, transmitidos em cadeia nacional, Vargas “presenteava” a população com iniciativas de seu governo na área da política social, das quais são exemplos a fixação do salário mínimo, em 1940; início do funcionamento da Justiça do Trabalho, em 1941; anúncio da Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), em 1943; a nova Lei Orgânica da Previdência, em 1944.⁴²

Por conseguinte, a partir de 1942 todo o discurso e uma prática efetiva de implementação e regulamentação de leis sociais tinha por pano de fundo um regime que se preparava, se não para seu término, para a melhor transição possível. A ideologia trabalhista, vinculando o “direito como dádiva”, não produziu meramente controle, obediência política e heteronomia da classe trabalhadora. Ao lado de uma lógica material, com as iniciativas no campo dos direitos sociais, havia também uma lógica simbólica nessa relação, construindo um verdadeiro pacto através do reconhecimento recíproco, tanto da população com o governo, quando do governo com a população. A esse respeito escreve, mais uma vez, Angela de Castro Gomes:⁴³

[...] A expansão da legislação trabalhista e previdenciária; a instalação da carteira de trabalho, da estabilidade do emprego e do salário mínimo; a criação da Justiça do Trabalho; a inauguração de restaurantes para trabalhadores; a construção de conjuntos habitacionais e de colônias de férias são bons exemplos para se referir a dimensão material. Mas há nesse pacto, igualmente, uma lógica simbólica, e é por meio dela que se expressa o reconhecimento, pelo Estado, da identidade social e política dos trabalhadores brasileiros. **É por meio dessa dimensão que se abre espaço da política à participação dos trabalhadores, ainda que com muitos limites. É, portanto, em função dessa dupla lógica – material e simbólica – que o Estado e povo se reconhecem mutuamente, o que permite e explica que os trabalhadores se dirijam ao Estado “reclamando” direitos que são seus e devem ser cumpridos por empresários e por autoridades governamentais. Esse pacto político-**

⁴¹ GOMES, Angela de Castro, *A Invenção...*, p. 178-182, 226-233.

⁴² GOMES, Angela de Castro, *A Invenção...*, p. 216-218, 234.

⁴³ GOMES, Angela de Castro, *A Invenção...*, p. 178-182.

trabalhista, pensado ao longo do tempo, possui de modo integrado, mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que sem dúvida teve o poder de desencadeá-lo) **como a palavra e ação da classe trabalhadora**, devendo-se ressaltar que **nenhuma dos dois atores era uma totalidade harmônica**.⁴⁴

Contraditoriamente, portanto, quando os direitos individuais e políticos encontravam-se solapados por um regime de exceção, por meio de uma “relação de troca”, a classe trabalhadora estava sendo incorporada como ator político no Brasil, reconhecendo a liderança e importância de Vargas e, ao mesmo tempo, “apropriando-se” do discurso do regime para legitimar seus interesses na esfera dos direitos sociais.⁴⁵ Em vista disso, talvez a primeira expressão política trabalhadora em fins do Estado Novo seja o “movimento queremista”. Para além de ser o triunfo final propagandístico de mitificação de um grande líder manipulando as massas, o movimento “expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores”,⁴⁶ isso porque a defesa de uma “Constituinte com Getúlio” anunciava uma escolha política em decorrência de um receio popular de uma transição política sem o controle de Vargas e que, no fim, pudesse acarretar no rompimento tanto dos benefícios da legislação social implementados até então, quanto no fim do discurso que os reconhecia politicamente.⁴⁷

Sendo assim, perceber o movimento queremista sob perspectiva crítica, analisando-o em seus próprios termos, isto é, tensionado esse movimento social em toda a complexidade da realidade passada em seu contexto específico, se relaciona com outro debate de fundamental importância, os usos do termo populismo. Por vezes, ainda hoje, usa-se a designação “República Populista” para se referir ao período da Terceira República, designação essa carregada de julgamento valorativo negativo, desqualificando a experiência efetiva de vigência democrática, isso porque tal nomenclatura visa estigmatizar uma experiência política na qual teria havido manipulação dos anseios das massas populares com práticas políticas demagógicas.⁴⁸ É preciso alertar para os usos de tal nomenclatura, seja por obscurecer e não dar conta de explicar a complexidade da realidade à qual se refere, seja por ser uma prática que se distancia de quem se propõe a

⁴⁴ GOMES, Angela de Castro, Estado Novo..., op. cit., p. 64 e 65 (grifos do original).

⁴⁵ GOMES, Angela de Castro, Estado Novo..., op. cit., p. 60-64.

⁴⁶ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática**, op. cit., p. 12.

⁴⁷ FERREIRA, Jorge, op. cit., p. 11-45.

⁴⁸ GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. In: **Locus**. Revista de História. Juiz de Fora – MG, v. 24, n.º. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20880/22391>. Acesso em: 07.08.2021, p. 252-257.

estudar o passado e o compreender em sua alteridade temporal, levando inteligibilidade aos presentes.

A despeito de ambiguidades e sucessivas tensões políticas e institucionais, o Brasil estava construindo uma experiência de democracia representativa em processo de consolidação, crescendo e se aprofundando. Isso se constata quando se analisam aspectos estruturais ao longo desses anos, marcando continuidades com processos políticos anteriores, mas, sobretudo, inaugurando novos processos e vivências políticas. De tal forma que alguns aspectos demarcam grandes alterações nesse sentido, como a institucionalização dos partidos políticos; o aprimoramento do sistema eleitoral brasileiro com a introdução de várias inovações; crescimento paulatino do número de eleitores; acirramento das disputas eleitorais; diminuição do controle político sobre os resultados do processo eleitoral.⁴⁹ Por isso, pensar os anos entre 1945 a 1964 no Brasil é identificar não um mero ensaio democrático, mas uma prática efetiva.⁵⁰

⁴⁹ Ibid., p. 257-273.

⁵⁰ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática**, op. cit., p. 150.

Capítulo 2 – Construindo a Capital da Esperança⁵¹ (1957-1960)

[...] Era condição de vitória que todos multiplicassem o esforço, para saldar, no vencimento, o compromisso assumido com a Nação, levando, se preciso, seu entusiasmo pelo trabalho e sua identificação com a obra até o limite crucial do próprio sacrifício. Éramos verdadeiros escravos, mas escravos de um ideal.

Ernesto Silva, *A história de Brasília*, 1971.

“Porque havia um extremo interesse em esconder a verdade, porque Brasília, apesar de toda aquela conversa de bondade, mas existia o lado negro, o lado da escravatura, então nós éramos os pião de Brasília, eram quase como escravo”.

Seu Teodoro, *Conterrâneos Velhos de Guerra* (Vladimir Carvalho), 1990.

2.1 “Diga a ela que fui para Goiás, e de lá eu mando dinheiro”.

Esperança...segundo o dicionário, significa o ato de esperar o que se deseja; expectativa; fé em conseguir o que se deseja.⁵² Movidos por esperança, os que conseguiam chegar ao território de edificação da futura capital da República iam, em um dos pontos de acesso ao território, a seguinte frase estampada em uma placa: “*Brasília: A nova capital do Brasil. Alguns contra, muitos a favor, todos beneficiados!*”. Mas, o que esperavam encontrar e o que alimentava a esperança de milhares de almas que se deslocaram para a região de construção de Brasília? Talvez alguns depoimentos forneçam algumas pistas:

É, essa vinda minha pra Brasília foi o seguinte: ela surgiu porque naquele tempo comentava, todo mundo falava em vim pra Brasília, que aqui **era fácil de arranjar emprego. Você podia trabalhar em qualquer área, sem (incomp.) não precisava de qualificação, nem documentação.** Nem documento eu não tinha, eu vim tirar documento aqui em Brasília. Aí peguei o ônibus lá... Naquele tempo, sei que eu tinha um dinheirinho, que dava pra pagar a passagem. Arrumei a mala e me mandei pra Brasília. (eletricista)⁵³

Eles iam para feira né?!, e muitas das vezes o cidadão nunca tinha visto nem falar em Brasília né?! **Mas devido a agonia que ele vivia lá,** trabalhando e sem fazer nada..., ele tava na feira e o outro amigo chegava daqui e dizia: “**olha fulano, lá, realmente, eu trabalhei tantos dias e ganhei tanto, e a comida é boa, carne tem à vontade...**”, enfim, eles fazia aquela fantasia para o cidadão e então o que eles fazia: “o caminhão tá de saída, você não vai não?” “eu vô!” “então fulano, ajeita aí”. Então mandava o outro e dizia: “olha, tá aqui a feira, uma coisa de farinha, cinco rapadura, um quilo de costela ou dois”, fazia uma feira ali resumida, aquilo que ele era costumado fazer, e

⁵¹ A frase “Brasília, a capital da esperança” é atribuída a André Malraux, então ministro da cultura francês, quando em discurso proferido em Brasília, agosto de 1959.

⁵² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Esperança*. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 6. Ed. rev. Curitiba: Editora Positivo, 2006, p. 370.

⁵³ ALVES, Elisio Evangelista. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, ArPDF, 1990, p. 9 (grifos do original).

mandava um recado: “diga a ela que eu fui para Goiás, e de lá eu mando dinheiro” [...].⁵⁴

Trabalho, colocação profissional fácil e sem a necessidade de qualificação ou experiência prévia, melhorias na qualidade de vida e dinheiro, esses são alguns exemplos do que se esperava ao se deslocar para um ponto do território nacional tão distante e, ainda, desconhecido. Quando se analisam os números desses deslocamentos, é possível dimensionar a quantidade do fluxo migratório durante esse primeiro momento de construção da cidade. Segundo o **Censo Experimental de Brasília** (1959), o crescimento médio mensal da população no território da nova capital foi de 1.000 pessoas, entre dezembro de 1956 e julho de 1957; 2.100 pessoas, entre julho de 1957 e março de 1958; e 2.500 pessoas, entre março de 1958 e maio de 1959, totalizando 64.314 habitantes recenseados.⁵⁵

Esses dados podem dar a impressão, *a priori*, de que a entrada no território do futuro Distrito Federal se dava sem maiores impedimentos. E de fato, em uma primeira fase, o grande projeto⁵⁶ de construção da nova capital exigiu, quase repentinamente, um volume extraordinário de mão-de-obra.⁵⁷ Ernesto Silva, diretor da Novacap à época, disse: “O INIC⁵⁸ em todos os recantos do Brasil, para se desvencilhar de suas obrigações indicava o caminho de Brasília e facilitava o transporte. A cada dia, novas levas aqui desempacavam”⁵⁹. Clementino Cândido, que chegou ao território das obras em dezembro de 1957, relata:

Exatamente. O meu destino era São Paulo; São Paulo ou então Rio. Então quando eu cheguei em **Belo Horizonte, tinha um alto-falante**

⁵⁴ Depoimento de Eufrásio, disponível em trecho do documentário *Conterrâneos Velhos de Guerra*, 1990, de Vladimir Carvalho.

⁵⁵ Segundo o **Censo Experimental de Brasília** (1959), a comparação entre os recenseamentos de julho de 1957, março de 1958 e maio de 1959 devem ser feitos com ressalva, uma vez que os dois primeiros levantamentos não cobriram toda a extensão do território. De qualquer forma, em 1957, a população recenseada foi de 12.283 habitantes, dos quais mais de 6 mil já eram migrantes para o desempenho das obras iniciais; em 1958, calculou-se 28.804 pessoas (p. 3).

⁵⁶ Termo cunhado pelo antropólogo Gustavo Lins Ribeiro para se referir a um modo de produção específico, como exemplo a construção de Brasília. Segundo o autor, entre outras características dos grandes projetos, estão a sua temporalidade, seu desenvolvimento em áreas relativamente isoladas e a articulação ideológica legitimadora da sua necessidade, isto é, a ideologia de redenção regional ou nacional com o grande projeto.

⁵⁷ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 22.

⁵⁸ Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), foi uma autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura; tinha como objetivo geral, traçar e executar o programa nacional de colonização e, dentre suas atribuições, assistir e encaminhar trabalhadores nacionais migrante de uma para outra região do território nacional. Foi extinto em 1962, com a criação da Superintendência de Política Agrária (Supra).

⁵⁹ **Correio Braziliense**, Brasília, Edição 2142, 04.06.67, p. 17.

iniciando que tinha Brasília, tava existindo Brasília e tava precisando de gente. Chamando gente pra Brasília. (Servente de pedreiro)⁶⁰

Mas à medida que a escassez de mão de obra diminuía, principalmente de ramos pouco qualificados (servente e ajudante de pedreiro), regras e fiscalizações mais rígidas nas estradas de acesso ao território foram iniciadas,⁶¹ como indica a reportagem a seguir.

Os 220 retirantes nordestinos que continuam na Ilha das Flores (Rio de Janeiro) deveriam seguir para Brasília. Entretanto, o Inic revolveu mandá-los para São Paulo porque o “mercado em Brasília está muito saturado pela imigração espontânea”. As companhias que estão fazendo as obras da futura Capital, informaram ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, que, pelo menos por enquanto, as obras de Brasília não comportam mais mão-de-obra. As companhias construtoras da nova capital exigem ainda que retirantes que foram mandados para lá **sejam solteiros, pois não dispõem de alojamentos para casados.**⁶²

Informações do Censo de 1959, convergido com o trecho acima, permitem presumir o tipo ideal de trabalhador desejado para o território. Assim, segundo o recenseamento, em 1959 a população constituía-se de 42.332 pessoas do sexo masculino e 21.982 do sexo feminino, criando um cenário em que, proporcionalmente, tinha-se dois homens para cada mulher, dado “as características do mercado de trabalho aliada à compreensível dificuldade de alojamentos para às famílias”.⁶³ Ao lado da desproporção entre homens e mulheres, há “divergente distribuição por idades” inscrita na média etária entre os homens, calculada em 23,7 anos, com curva “ascensional entre os 20 e 39 anos, sofre progressiva inflexão depois dos 40 anos”.⁶⁴ Nesse sentido, tanto a assimetria entre homens e mulheres, que se manifestava na ausência considerável de grupos familiares⁶⁵, quanto a taxa média de idade entre os homens, revela o tipo ideal de trabalhador desejado para o território: “homens jovens fortes, solteiros, ou que tenham deixado suas famílias nos seus locais de origem”.⁶⁶

Não dispor de alojamentos para casados, segundo a reportagem e trecho do Censo, expressa ainda não apenas o tipo ideal de trabalhador requerido, mas informa sobre um universo cotidiano totalmente dominado pela atividade produtiva, uma vez que a maioria das habitações eram fornecidas pelas construtoras, acampamentos de caráter coletivo

⁶⁰ CÂNDIDO, Clementino. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, ArPDF, 1990, p. 2 (grifos do original).

⁶¹ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 88-90.

⁶² **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 132, 10.06.58, p. 13 (grifos do original).

⁶³ IBGE, **Censo Experimental de Brasília** (1959), p. 7.

⁶⁴ IBGE, **Censo Experimental de Brasília** (1959), p. 9 e 11.

⁶⁵ IBGE, **Censo Experimental de Brasília** (1959), p. 67-69.

⁶⁶ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 97.

fornecidos aos trabalhadores.⁶⁷ O Censo chega a caracterizar Brasília como um vasto “acampamento destinado a abrigar, em caráter provisório, uma população dedicada à construção⁶⁸ da cidade definitiva”.⁶⁹

Mesmo com a característica do mercado de trabalho e as dificuldades para alojar famílias, influenciando as características dos fluxos migratórios, como descrito no Censo, havia estratégia para burlar a fiscalização nas estradas de acesso à região, possibilitando o acesso de trabalhadores com suas famílias. Segundo reportagem do jornal **Tribuna da Imprensa**, do dia 05 de fevereiro de 1960, retirantes desciam dos caminhões “pau-de-arara” e embrenhavam-se no meio do cerrado para, ultrapassado a barreira de fiscalização, tornar a subir nos transportes.⁷⁰ A mesma reportagem trazia, ainda, a informação de que alguns viajantes estavam sendo desviados como mão de obra escrava para fazendas da região, como se observa nesse trecho:

O tráfico já se tornou um comércio comum nas cidades vizinhas a Brasília, tais como Lusiânia, Cristalina, Pôsto Fiscal, Alexania etc. Empreiteiros, fazendeiros ou mesmo famílias, quando querem comprar nordestinos, se dirigem aos caminhões procedentes do Nordeste e fazem a transação. Os preços variam de Cr\$ 500,000 a Cr\$ 2 mil, de acôrdo com o estado físico de cada um. Os alfabetizados, coisa rara, custam mais. No ato da venda, o motorista entrega ao comprador os documentos da estranha mercadoria (carteira profissional, certidão de nascimento, etc.) e os nordestinos passam a ser escravos de seus compradores. Quando reclamam salários de seus donos, êstes alegam ter pago a passagem ao motorista que os trouxe e que terão de trabalhar até amortizar a dívida que não acaba nunca [...].⁷¹

A nova capital se assentava no Brasil que justamente queria se combater, o “Brasil arcaico” e rural. Brasília, no imaginário desenvolvimentista, permitiria iniciar a “conversão do Brasil”, “contribuindo para arrancar o interior do século XVII, em que ainda se encontra, e incorporá-la às formas de civilização e de cultura características do século XX”.⁷² O “processo do desenvolvimento” iria transformar, imaginava-se, as

⁶⁷ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 22, 99.

⁶⁸ “Como era de esperar, os dados censitários positivaram na economia territorial, mostrando que mais de metade (54,5%) das pessoas economicamente ativas trabalhavam nesse setor de atividade. Em verdade, a construção civil ocupava contingente maior da mão-de-obra, visto como as pessoas empregadas da NOVACAP - em grande maioria, ligadas à atividade - foram computadas no grupo “Outras atividades”. A contribuição de servidores da NOVACAP na constituição desse grupo residual atingia mais de 80%; dada a finalidade primordial da Companhia Urbanizadora, seria também aceitável classificá-los na indústria de construção, que dessa maneira alcançaria quota equivalente a duas têrças partes da mão-de-obra territorial”. IBGE, **Censo Experimental de Brasília** (1959), p. 58.

⁶⁹ IBGE, **Censo Experimental de Brasília** (1959), p. 70.

⁷⁰ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 91 e 92; **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, Edição 03059, 05.02.60, p. 2.

⁷¹ **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 3059, 05.02.60, p. 2.

⁷² CORBISIER, Roland, op. cit., 61 e 62.

relações sociais e, em consequência, as “condições de trabalho do homem brasileiro”.⁷³ Contudo, as reminiscências escravagistas iriam conviver com esse Brasil moderno, industrial e urbano desejado. Um dos depoimentos que se segue é de um operário escravizado que conseguiu fugir e, após alguns anos, dedicou-se as obras da nova capital.

[...] Naquela época, muito trânsito querendo vim pra Brasília. E tinha uma cidade também aqui antes de Brasília aqui em Minas, uma tal de Brasilinha de Minas. Até um cara queria me levar pra Brasilinha de Minas. Existe essa cidade por aí, Brasilinha; logo depois puseram uma Brasilinha de Minas. Aí outro camarada lá dentro do trem disse assim: "Não rapaz, não vai pra lá não, sabe por quê? Porque eles quer é te seqüestrar e botar tu como - um cara já mais feito na cidade - tu como escravo. Tu entra lá na fazenda ou na cidade, tu não sai mais de lá. Eles não deixam tu sair. Não dá teu pagamento e não faz mais nada, fica preso lá." Um cara dentro do trem. E o cara dizendo "não, eu vou é pra Brasilinha de Minas. Eu não vou pra Brasília, eu não quero aquilo, aquilo ali não vai pra frente, eu vou é pra Brasilinha de Minas. Vamos pra lá, você" ... Eu digo: "Não, eu vou atrás do meu parente." [...] (Cozinheiro)⁷⁴

Bom, em 1950 passou um caminhão na minha cidade, Cotegipe, oferecendo emprego, etc. Então veio eu e vários companheiros. Pegamos o caminhão. Bom, chegando em uma certa fazenda, aí o proprietário do caminhão nos vendeu... para o fazendeiro. Fizemos a fila, então eles... pegavam, davam uma escolhida na gente. "Esse aqui me serve por tanto, esse aqui me serve por tanto, esse aqui é tanto." Agora, aqueles que eram mais fraquinhos, eles punham em cima do caminhão, voltavam. Tudo bem! Então fui trabalhando nessa fazenda. Trabalhava nessa fazenda, mas você nunca pagava aquele dinheiro que ele comprava. Todas as vezes que você ia lá para acertar conta, "não, cê tá devendo um boró". Boró, não sei que diabo era esse boró, sabe? Tal de boró que eles falam lá. Bom, eu dormia em um chiqueiro de porco assim. Em cima tinha um paiol e aquela porcariada lá por baixo, a gente dormia ali, eu e os colegas... entendeu? [...] Eles deram oportunidade para eu sair e de lá escapuli e fui para Cristalina... Era isso que ele queria que eu contasse. [...] Não, lá ninguém saía, não escapava, porque tinha aqueles portãozão, aqueles cara com rifle, papo-amarelo. Inclusive na revolução prenderam foi uma (incomp.) de armas lá, com um troço lá, sabe? O cara lá foi preso, na revolução. [...] Era escravo mesmo. [...] Você ganhava... sabe aquelas... o que a gente comia lá? Aquele feijão preto com abóbora... e eu comi carne lá uma vez dentro de seis meses, que eu peguei um tatu. [...] É, não tinha condição, toda vez que você ia acertar, "ó, você ó, sua passagem foi tanto, cê... eu comprei você por tanto, mas tem o boró". O boró é um armazém que eles têm lá, que vendia era tipo cigarro, bala, esse tipo de coisa, sabe? Você era obrigado a entrar no boró de qualquer maneira. O apelido do troço é boró, também não podia ser... Mas nunca você acertava, nunca dava jeito de acertar a conta, por causa do boró. [...] Muita gente. Inclusive esses meus colegas, nunca mais eu vi. Porque se passa... se saísse sem pagar, eles davam um jeito no indivíduo, sabe? [...] Era roça, capinar café [...].⁷⁵

⁷³ CORBISIER, Roland, op. cit., 43.

⁷⁴ QUEIROZ, Eronildes Guerra de. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, ArPDF, 1991, p. 22 e 23.

⁷⁵ SANTOS, Sebastião Bispo dos. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, ArPDF, 1990, p. 8-10.

2.2 “Às vezes a gente sabia através das camas, que o dono não aparecia mais”.

Uma das características da vivência no território, como dito anteriormente, se refere ao universo cotidiano dominado pela atividade produtiva, perceptível por meio da recorrência, em diferentes fontes, de informações sobre ritmo e volume de trabalho que caracterizaram a construção da capital, o “ritmo Brasília”. Juscelino Kubitschek, em discurso no dia 20 de abril de 1960, véspera da inauguração da nova capital, chegou a dizer: “[...] Trabalhou-se aqui, em três turnos, durante tôdas as horas do ciclo da Terra em redor do sol. O nosso sol era a Cidade que íamos todos construindo, levantando, erguendo [...]”.⁷⁶ O jornal **Diário da Noite**, em edição do dia 26 de janeiro de 1960, trazia a seguinte reportagem:

Não há desemprego nem desempregados em Brasília. Ninguém estende a mão a ninguém, pedindo esmola. Pois os que vieram e são maioria – 80.000 nordestinos – estão no encaço de dinheiro e sabem que poderão encontrá-lo nas construções e fundações dos gigantescos blocos residenciais e comerciais que se erguem na ala sul do chamado plano piloto. [...] Com as horas extras - pois em Brasília **se trabalha de dia e noite** – consegue o trabalhador braçal salários de 7, 8 e até 10 mil cruzeiros, sem as dificuldades que comumente encontram em São Paulo. **A inauguração, a 21 de abril, provocou aceleração no ritmo de trabalho.** É comum encontrar operários, notadamente na chamada praça dos Três Poderes, **em atividade durante 20, 30 horas seguidas** [...]⁷⁷

Apesar de uma possível extrapolação de alguns números nessa reportagem, o que se quer destacar é que o ritmo de trabalho era tão intenso que os expedientes se estendiam durante a noite, alongados em horários e dias (como domingos e feriados), convencionalmente dedicados ao descanso.⁷⁸ Além disso, parece que quanto mais próximo da data convencionada para a inauguração, maior o ritmo de aceleração e de extensão da jornada de trabalho, provocando aquilo que Gustavo Lins Ribeiro destaca como “normalização das horas extras”.⁷⁹

Outras situações implicavam um maior prolongamento do turno via extensão da jornada de trabalho, principalmente quando se necessitava apressar a atividade produtiva para encerrar determinadas etapas para prosseguimento da obra, como fases de concretagem, ou mesmo cumprir prazos de entrega. Nesses casos, as chamadas “viradas”

⁷⁶ Discurso proferido pelo presidente da República, em 20 de abril de 1960, ao receber as chaves das mãos do presidente da Novacap, dr. Israel Pinheiro. In: **Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, v. 4, n. 41, maio 1960, p. 6. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/506998/brasilia_1960_Ano_4_n41.pdf?sequence=1. Acesso em: 23 de agosto de 2021.

⁷⁷ **Diário da Noite**, São Paulo, Edição 10729, 26.01.60, p. 5 (grifos do original).

⁷⁸ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 155 e 156; BICALHO, Nair. **Construtores de Brasília**. Estudo de operários e sua participação política. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 36.

⁷⁹ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 163.

estabeleciam jornadas durante 24 horas ou mais, apontando turnos noite adentro, com pequenas pausas apenas para alimentação feitas no próprio canteiro de obras.⁸⁰ A esse respeito, relembra um operário:

Morresse quem morresse mas nos 60 tinha que dá a cidade pronta. Tem que inaugurar a cidade, como construiu e inauguramos ela, 21 de abril de 60. Aí inauguramo mesmo, fizemo. Mas nós chegava, nem não chegava no alojamento 11 hora, meia-noite, acabava, nem acabava de tomar banho, quando nós chegava, ainda era pra voltar pra trás, é pra fazer isso, depois fazer aquilo, pra concretar la assim. “A gente vai deixar a laje pronta hoje”. **Ainda tinha e voltar, era obrigatório, não ia porque queria não.** A gente trabalhava dois, três dia direto assim; dois, três dia assim, de noite, noite e dia. **Era obrigatório. Quem não aguentasse era pra ir embora.** [...] Só parava pra almoçar, só parava pra almoçar. E o jantar, nós assim, vinha jantar muitas vezes, nem a janta não vinha dar no alojamento não. Eles vinha cá um caminhão, apanhava pra comer e levar. A gente comia lá no serviço, lá na obra. [...] Aí virava a noite, direto. No outro dia, trabalhava no outro dia, e enquanto não terminasse aquela laje, porque a laje não pode parar, quem começar a concretar ela tem que concretar ela todinha, no mesmo dia. Não pode concretar hoje e amanhã completar não. Tem que ser no mesmo dia, dia e noite, não pode parar. (Servente de pedreiro)⁸¹

O excesso de horas extras, bem como o uso recorrente de “viradas”, são mecanismos que visam intensificar a atividade produtiva, acelerando-a e estabelecendo entregas dentro do prazo, mas são também mecanismos pelos quais as firmas construtoras economizavam dinheiro.⁸² A esse respeito, assevera Nair Bicalho:

A jornada de trabalho da construção civil extrapola os esquemas legais. A legislação trabalhista prevê no máximo 2 horas extras de trabalho, sendo este prazo excepcionalmente prorrogado além destas 2 horas. Porém, a necessidade de obter rendimentos extras devido aos baixos salários vigentes e o próprio risco do trabalhador em perder o emprego forçam-no a aceitar a extensão da jornada além deste limite já aplicado, de 10 horas diárias de trabalho. **Para a empresa, essa é a forma de evitar os encargos trabalhistas com outro turno de trabalhadores, que deveriam assumir a jornada noturna.**⁸³

A extensão da jornada de trabalho também se realizava via a intensificação da jornada de trabalho, por meio da atribuição de “tarefas” ou de “empreitadas”. Por meio da tarefa o acordo era feito estabelecendo-se um tempo determinado, isto é, uma certa quantidade de horas que se imaginava para realização de trabalho específico. Por sua vez, a empreitada a remuneração era fixada em termos de entrega de um produto. Tais mecanismo eram utilizados também para acelerar o ritmo de construção e, para os trabalhadores, tais recursos se mostravam interessantes e desejados pois poderiam, em

⁸⁰ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 165; BICALHO, Nair. op. cit., p. 140-143.

⁸¹ CÂNDIDO, Clementino, op. cit., p. 8 e 9 (grifos do original).

⁸² RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 163.

⁸³ BICALHO, Nair. op. cit., p. 143 (grifos do original).

suas palavras, realizar uma função em menor tempo e, assim, “ganhar horas não trabalhadas”.⁸⁴ Dois operários relatam suas experiências:

Eu pegava empreitada de 200 horas com dois dia eu dava ela pronta, dois dia e duas noite. Trabalhava dois dia e duas noite direto assim. Parava, só parava pra almoçar, e à meia-noite tomar o café, o lanche. (Servente de pedreiro)⁸⁵

Tarefa. Tarefa, dá, pegava tarefa por 20, 30 hora, 50 hora, 100 hora, até 120 hora, a gente pode pegar tarefa. Às vez se reunia em 10, 20. Às vezes pra pegar uma laje, vamos supor, uma laje assim, de fora a fora. Às vezes a gente pegava ela pra botar todo na base do madeiramento. Então a gente calçava ela todinha durante à noite, ali, tirava 10, 15, às vezes 20 carpinteiro e então o encarregado dava aquilo ali de tarefa, 120 hora pra cada um. Às vez cem hora, de acordo com a tarefa. Então a gente tinha que se espichar durante à noite todinha, tarefa, se espichava. Às vezes cem, batia aquela chavinha fininha, a gente tava ali, menina, pegado, agarrado que a gente nem tava sentindo. [...] (Carpinteiro)⁸⁶

Assim sendo, tanto por meio da extensão quanto com a intensificação da jornada de trabalho⁸⁷, por meio de “tarefas” e “empreitadas”, ocorre o acréscimo excessivo de horas extras ao longo de um dia com o fim último de aceleração e aumento do ritmo das obras. Tais mecanismo são utilizados em fases “críticas” de um projeto e, no caso específico das “tarefas” e “empreitadas”, “as horas não trabalhadas que se ganhou” são, na verdade, convertidas nas primeiras horas de outras atividades.⁸⁸ Em se tratando particularmente das “empreitadas”, utilizava-se com frequência a participação de intermediários⁸⁹, e a esse respeito afirma Nair Bicalho:

A questão do registro (*da carteira de trabalho*) dos operários fica mais grave, quando se esclarece a presença de subempreiteiros sem idoneidade econômico-financeira, que se colocam como intermediários entre a empresa e os operários. Estes subempreiteiros algumas vezes são pequenas empresas, em outras, não passam de pessoa física (arregimentador de força de trabalho). São conhecidos como “gatos” [...] O uso de “gatos” pelas grandes empresas é um recurso freqüente, principalmente nas ocasiões de acelerar o andamento da obra. Nestes momentos, a possibilidade de arregimentar rapidamente um grande número de trabalhadores, **sem encargos trabalhistas para a construtora**, resulta em uma preferência pelos atravessadores de mão-de-obra.⁹⁰

Há também, em diversos depoimentos, várias menções a visitas do próprio presidente da república ao canteiro de obras. Kubitscheck, em seu livro de memórias “Por

⁸⁴ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 170-177.

⁸⁵ CÂNDIDO, Clementino, op. cit., p. 20.

⁸⁶ FILHO, João Aragão. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, ArPDF, 1990, p. 9.

⁸⁷ A extensão quanto intensificação da jornada de trabalho são formas de exploração da força de trabalho, segundo subdivisão estabelecida por Gustavo L. Ribeiro em sua análise.

⁸⁸ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 177.

⁸⁹ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 173.

⁹⁰ BICALHO, Nair. op. cit., p. 153 (grifos do original).

que Construí Brasília”, revela que suas visitas tinham um objetivo muito preciso: “[...] Eram visitas de inspeção, com o objetivo de estimular os operários, fazendo com que eles batessem recordes de velocidade na execução das obras de que estavam encarregados. [...]”.⁹¹ Ao lembrar dessas visitas de Juscelino, um operário dá seu testemunho de forma bastante crítica:

Um dia um peão foi falar com Juscelino: **Juscelino o sr. podia dar um direito a nós assim, assim, assado. Ah, [responde Juscelino] operário já tem muita lei, vou dar lei nada.** E no princípio, tava no duro aí das correrias aí. Até peão que tava dormindo lá no cabo da pá, aí. Juscelino para tapear operário aí, ainda pegou uma pá um dia, ajudando. Viu que o peão tava dormindo no cabo da pá, empurrou terra dentro da valeta ainda. Ele pegou o cabo da pá e foi empurrar. Procês verem o que é o carrancismo na mão dele. Queria ser muito bom pra operário, mas debaixo do teto tava chicoteando. (Operário de manutenção de máquinas)⁹²

Paralelamente aos fragmentos da realidade passada utilizados até aqui, a construção de Brasília foi amplamente documentada através de fotografias, fornecendo indícios e pistas para investigação desse período.⁹³ Há que se ponderar, entretanto, que boa parte dessas imagens tinham por intencionalidade divulgar o andamento das obras para o país e para outros cantos do mundo, sendo, portanto, instrumentos com funções de publicidade para elaboração de todo um discurso político e monumental.⁹⁴ Mário Fontenelle e Marcel Gautherot, talvez os dois maiores fotógrafos desse momento, foram contratados para tal fim, o primeiro como fotógrafo da Presidência da República, o segundo comissionado tanto a Oscar Niemeyer quanto à Novacap.⁹⁵

Além disso, é preciso prudência em uma possível aceitação rápida de um valor testemunhal verossímil da imagem fotográfica, isto é, “a imagem não pode ser entendida apenas como registro mecânico da realidade dita factual”⁹⁶, mas ser percebida como uma representação imaginada, um enfoque subjetivo da realidade passada, a expressão de um ponto de vista de seu autor.⁹⁷ Dessa maneira, “as fotos são indícios não só do que existe mas daquilo que um indivíduo vê; não apenas um registro mas uma avaliação do

⁹¹ KUBITSCHECK, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 67.

⁹² RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 193.

⁹³ GINZBURG, Carlo. **Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. Mitos, emblema, sinais: morfologia e história**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 143-179.

⁹⁴ ESPADA, Heloisa. **Fotografia, arquitetura, arte e propaganda: a Brasília de Marcel Gautherot em revistas, feiras e exposições**. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.22. n.1. p. 81-105. jan.- jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/ZV9XDNT9N6yDyL7stxzfFcL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27.08.21.

⁹⁵ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 17; ESPADA, Heloisa, op. cit., p. 82.

⁹⁶ KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012, p. 51.

⁹⁷ KOSSOY, Boris. Id., p. 44-54.

mundo”⁹⁸, em outras palavras, “a fotografia é, pois, um duplo testemunho: por aquilo que ela nos mostra da cena passada, irreversível, ali congelada fragmentariamente, e por aquilo que nos informa acerca de seu autor”.⁹⁹ Marcel Gautherot, por exemplo, filho de operário e simpatizante comunista quando jovem, voltou suas atenções não apenas aos monumentos, devido à sua própria formação como arquiteto de interiores¹⁰⁰, mas buscou representar, através de suas lentes, também os operários da construção civil, seu cotidiano e suas condições de trabalho (Imagens 2 a 11).

A partir desse conjunto de imagens, de autores diversos, percebe-se a ausência considerável de equipamentos necessários à execução da obra, precárias condições de segurança, assim como jornadas que não levavam em conta as intempéries climáticas, expondo os trabalhadores a situações limites (imagem 2). Condições mínimas de segurança do trabalho, contudo, já eram normatizadas por lei, através da Consolidação das Leis do Trabalho (1943) que, embora fosse um formalismo, tratava-se à época de exigências em vigor a mais de dez anos. Nesse sentido, por exemplo, o artigo 216 preceituava a obrigatoriedade do fornecimento de “cinturão de segurança” em trabalhos realizados em andaimes, assim como garantia de resistência a quem neles trabalhasse, algo que, nas imagens, não há qualquer sinal de uso, assim como medidas de proteção coletiva nas estruturas dos edifícios, como aparalixos, para captação de resíduos ou em caso de eventuais quedas, ou telas de proteção (imagens 3, 6, 7, 8 e 10). No artigo 184, para trabalhos realizados a céu aberto, precauções deveriam ser feitas contra a insolação, o frio e os ventos e, acrescido do artigo 188, os empregadores eram obrigados a fornecer, por lei, instrumentos de proteção individual apropriados a natureza do trabalho, como óculos, luvas, máscaras, aventais, calçados, agasalhos, etc. Ao se observar as representações, poucos utilizavam luvas (imagem 5 e 9), outros improvisavam máscaras de pano em um serviço, ao que parece, de finalização de uma etapa da obra e limpeza da área (imagem 4) e, de forma geral, quase nenhum trabalhador disponham de capacetes, a grande maioria usava chapéus, de diferentes modelos, para abrandar o sol (imagem 9 e 11).¹⁰¹ Se deduz, desse modo, entre as possibilidades, que os poucos utensílios de

⁹⁸ SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 105.

⁹⁹ KOSSOY, Boris, op. cit., p. 52.

¹⁰⁰ Sem autor. Sobre Marcel Gautherot. IMS, 2017. Disponível em: <https://ims.com.br/2017/06/01/sobre-marcel-gautherot/>. Acesso em: 27.08.21.

¹⁰¹ Ao longo da primeira versão da CLT, já existiam normas sobre “Higiene e Segurança do Trabalho” (Título II, Capítulo V). Vale destacar, entre eles, os artigos 164; 179; 184; 185; 188; 192; 216; 218; 220 e 239. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 07.11.21.

proteção eram adquiridos pelos operários por sua própria conta, que o acesso era destinado, prioritariamente, a setores mais graduados e, ainda, que apenas algumas companhias forneciam esses instrumentos. Essas conclusões são indicadas, igualmente, pela fala de outros operários:

[...] Não, não. Naquela época não tinha nada pra trabalhar (*material de proteção*). Naquela época (incomp.) pra todo mundo. Era, só tinha uma capa pra chuva. Nem calçado as firma não dava, hoje que não tem muita chuva que dão calçado. Mas naquela época não tinha nada não. [...] (servente de pedreiro)¹⁰²

[...] Agora tinha um detalhe muito interessante era essa firma que eu trabalhava ela dava capacete, eram uns capacetes de alumínio. Então você usava capacete, porque lá em cima tava trabalhando pessoas com rebite. Os rebites eram pedaços de ferro bem grandes, bem grandes... (Eletricista)¹⁰³

Por todos esses aspectos e condições de trabalho destacados até aqui, ocorreram, segundo vários depoimentos, um grande número de acidentes de trabalhos e mortes durante a construção de Brasília.¹⁰⁴ Um dos pontos críticos, com maior recorrência de desastres, foi durante as etapas de edificação dos anexos do Congresso Nacional, os prédios mais altos (vinte oito andares) erguidos naquele momento e, talvez por isso, tornava o trabalho mais complexo por transcorrer em grandes alturas. Segundo depoimento de um operário, o teste para trabalhar em grandes alturas, além da coragem, era quem tivesse equilíbrio para andar sobre uma viga sem qualquer armação, elevando, para aqueles que conseguiam, o salário por hora trabalhada.¹⁰⁵ Um trabalhador lembra:

Era constante (*acidentes de trabalho*). A gente via só o pessoal cair de cima, mas nós não podia encostar, que eu trabalhei também uns dias lá na Construtora Nacional, eu trabalhei inclusive nos dois prédios do Congresso Nacional, na parte da Câmara dos Deputados e na parte do Senado, elas foram armadas, concreto, mas eram divididas embaixo, de tijolo, então trabalhava inclusive, tijolo à vista. Trabalhei nas duas partes. Agora, a gente só sabia que tinha caído operário lá, a gente corria pra ver, mas eles tinham uma equipe de bombeiro, formada inclusive pela firma, e que não deixava ninguém encostar. Quando um chegava, eles já isolavam o local, cobria o pessoal com um pano, com uma roupa, qualquer coisa, e tiravam. Naquele tempo nem perícia existia. Aí ninguém sabia qual era o operário. **Mas sempre aparecia as malas, abandonada, e cama abandonada. Às vezes a gente sabia através das camas, que o dono não aparecia mais.** (Servente e pedreiro)¹⁰⁶

Nesse cotidiano dominado pela intensa atividade produtiva na qual trabalha-se ao extremo, com inexistência de materiais de proteção, pelo para boa parte da população

¹⁰² CÂNDIDO, Clementino, op. cit., p. 9.

¹⁰³ ALVES, Elísio Evangelista. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, ArPDF, 1990, p. 4 e 5.

¹⁰⁴ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 165-169.

¹⁰⁵ ALVES, Elísio Evangelista, op. cit., p. 4 e 5.

¹⁰⁶ SILVA, Manoel Pereira da. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, ArPDF, 1999, p. 8 (grifos do original).

trabalhadora, e com a burla a legislação social como parte do processo produtivo, se soma outro fator de extrema relevância para compreensão desse momento e que permitiu, no fim, constrangimentos tanto aos direitos quanto às garantias dos que se localizavam na área, sem a responsabilização de seus culpados. Assim, a esse cenário que se desenvolve em relativo isolamento de outras localidades, soma-se aquilo que Gustavo Lins Ribeiro denomina de “ambiguidade jurídica” do território da construção de Brasília, ponto nevrálgico em sua análise e que se toma emprestado para a interpretação e compreensão da realidade passada que se empreende.

A “ambiguidade jurídica” se refere a um conceito, em resumo, que percebe e estabelece um limbo jurídico no qual se encontrava o território de construção. Esse quadro adveio porque a Constituição do estado de Goiás¹⁰⁷ definia que a área, desde quando decretada a mudança da capital, estaria automaticamente desmembrada do território goiano,¹⁰⁸ o que ocorreu com a promulgação da lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956. Para administrar a região, a mesma lei criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), responsável por coordenar todos os esforços do projeto de transferência, com ampla autonomia administrativa e financeira e, inclusive, tomando para si o poder de polícia para toda a região. Apesar de toda a autonomia da Companhia, a região não mais se constituía como parte do território goiano, mas, ainda não havia se constituído como sede da administração federal, suscitando uma efetiva “terra sem lei”.¹⁰⁹ Esse aspecto teve impactos expressivos nas condições de trabalho e de vida da população, pois permitia, de um lado, tanto “o maior controle que se podia exercer sobre a população, de outro, o desrespeito à legislação trabalhista”¹¹⁰.

Em edição de 11 de setembro de 1959, o **Jornal do Brasil** noticiava:

O Senador Atílio Viváqua declarou ao JORNAL DO BRASIL que Brasília deveria ter regime administrativo especial enquanto não tiver organização definitiva, mas “a verdade é que se acha dirigida pela Novacap e **não dispõe de justiça civil, criminal e do Trabalho**. Não se compreende que se pretenda transformar a Comarca de Planaltina em fôro de Brasília. Não tendo – prosseguiu o Senador capixaba – a NOVACAP outro acionista a não

¹⁰⁷ Constituição do Estado de Goiás, 1947, Art. 54: Localizada, neste Estado, na zona do Planalto Central, a futura Capital de República, ficará, na data da decretação da mudança, desmembrada automaticamente do território goiano, área que, para esse fim, fôr delimitada pelo Governo Federal até o limite máximo de cinquenta e cinco quilômetros quadrados. Disponível em: https://www.casacivil.go.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2011-08/constituicao-1947.pdf. Acesso em: 26.08.21.

¹⁰⁸ O atual Distrito Federal é resultado do desmembramento de partes dos municípios goianos de Luziânia, Planaltina e Formosa.

¹⁰⁹ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 46-63.

¹¹⁰ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 63.

ser a União as causas propostas contra ela deverão, na forma do artigo 201 da Constituição, ser aforadas no Distrito Federal. É inadiável uma providência legislativa, conforme se cogita no Senado, para evitar esse **estado de insegurança jurídica** em que se encontram as pessoas domiciliadas em Brasília ou que transacionem com a Novacap.¹¹¹

Esse “estado de insegurança jurídica” descrito pelo senador converge com o depoimento de um juiz do trabalho, sendo possível entrever nessas falas um primeiro reflexo da “ambiguidade jurídica” no território da construção: a impossibilidade de acesso à justiça, ou, quando muito, com muitos limites e dificuldades.

- Antes da inauguração, o território estava sob jurisdição do Juiz de Direito da Planaltina que era da magistratura goiana. Ele fazia às vezes de juiz do trabalho. Quer dizer, sob o ponto de vista legal, a lei civil era aplicada pelo Juiz de Direito, casamento, questões de...enfim, qualquer outra questão seria dirimida ou decidida pela Justiça goiana até 21 de abril de 1960, quando foi criada então a Justiça ordinária. Agora, logicamente a Justiça de Goiás teria que ter jurisdição sobre o Distrito Federal, sob pena de ficar inteiramente, essa região, acéfala, sem nenhuma prestação jurisdicional.

- E isso de fato ocorreu ou não?

- Ocorreu de fato. [...] Criou-se aqui, a Novacap é que administrou isso aqui. Na realidade, no estado de fato...

- Ela criou até um polícia, né?

- Ela tinha uma própria polícia [...] Agora a Novacap que era a administradora da construção, chamou a si, por assim dizer, o poder de polícia. Ela tinha uma guarda, tinha polícia, tinha cadeia e dirimia até mesmo conflitos trabalhistas. Posteriormente, com a instalação, vieram guarnições do Exército, até que essa força foi extinta, não, substituída por tropas do Exército, da Polícia do Exército.¹¹²

Desta maneira, muitas vezes para resolver um contencioso jurídico, ou mesmo reclamar direitos trabalhistas desrespeitados, os operários precisavam se deslocar para comarcas muito distantes do território de construção, buscando tutela em juízes de direito de pequenas cidades vizinhas, como Planaltina, Luziânia ou Formosa.¹¹³ Bem como este efeito, outra consequência prática da ambiguidade jurídica na vida cotidiana se manifesta na criação de uma “polícia oficiosa” subordinada à Novacap, com a finalidade não de proteger os interesses gerais da coletividade, mas se constituindo como instrumento para levar a ferro e fogo o principal objetivo da Companhia: construir Brasília. Assim, em fevereiro de 1957, foi criada a Divisão de Segurança Pública da Novacap, composta, nesse momento, com cerca de 30 guardas e 1 comandante. Talvez pelo aumento populacional, foi criada, em fins de 1958, a Guarda Especial de Brasília (GEB), uma

¹¹¹ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 212, 11.09.1959, p. 5 (grifos do original).

¹¹² RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 54 e 55.

¹¹³ BIALHO, Nair. op. cit., p. 42; RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 54.

espécie de grupo paramilitar, com aproximadamente 300 homens escolhidos entre os candangos mais fortes e violentos policiais de Goiás (Imagem 12).¹¹⁴

Em reportagem do dia 20 de maio de 1958, o jornal **O Globo** publicava trechos de uma carta encaminhada por um engenheiro denunciando o “ambiente de jagunçada e prepotência em Brasília”. Em determinado trecho da carta, em tom de denúncia, criticava “a polícia do sr. Israel Pinheiro”, pois estava incorporando “[...] indivíduos completamente desprovidos de condições para tanto, analfabetos, pode afirmar-se, truculentos, e que estão cometendo uma série de arbitrariedades [...]”.¹¹⁵ Cruzando este trecho com outros testemunhos e suas respectivas recordações sobre o policiamento e a atuação exercida pela GEB, há uma certa confluência em manifestar o caráter de despreparo e a extrema violência da corporação com a população.

[...] Naquele tempo existia, esse tipo de briga existia, por exemplo, você ia pro Núcleo Bandeirante, pra Cidade Livre, chegava lá um cara apanhava da polícia, da GEB, que a GEB era uma coisa de louco. Não tinha civilização nenhuma, era iguais uns animais. Então batia num cara só porque não gostava da cara do cara [...] Era cheio de pessoas ignorantes. Também, eles lidavam com gente ignorante. Então, não podia ser uma polícia militar educada não. Mas eram uns verdadeiros animais. Eram assim, não tinham uma maneira de tratar, era chutando, que não podia nada, tinham uns cassetetes. Pegava aqueles elementos forte. Era escolhido pelo seu porte físico. Uns bichos forte, que eles jogavam ali. [...] (Eletricista)¹¹⁶

A GEB não comportava bem, eram muito estúpidos, sabe? Era por qualquer coisinha, eles metiam cacete no cara. Prendia, às vezes até matava. Eram muitos fatos desse. Uma que era gente mal esclarecida, não é? Não tinha... era desumano demais, sabe? Aquela época. É, o cara sem estudo, sabe? Tinha vez que a GEB não era mole, tanto que ela foi extinta. [...].¹¹⁷

“Pessoas ignorantes”, “iguais uns animais”, “estúpidos”, etc. são expressões que dão a dimensão das características atribuídas à GEB pelos operários, evidenciando como a atuação da corporação no território da construção marcou, negativamente, a memória das pessoas que aqui trabalharam, perpassando a experiência não apenas de setores menos graduados no ramo da construção civil, mas também a vida cotidiana de setores mais respeitados, como mostra a reclamação do engenheiro ao jornal **O Globo**. Não é de se estranhar, portanto, que grandes conflitos advieram do choque da atuação da GEB, uma vez que, vale repetir, suas funções operacionalizavam a meta da Companhia

¹¹⁴ BIALHO, Nair. op. cit., p. 42; RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 55.

¹¹⁵ Jornal **O Globo**, Rio de Janeiro, 20.05.58, p. 4 (grifos do original). Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=195019580520>. Acesso em: 05.09.21.

¹¹⁶ ALVES, Elisio Evangelista, op. cit., p. 26 e 27.

¹¹⁷ SANTOS, Sebastião Bispo dos. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, ArPDF, 1999, p. 7.

Urbanizadora da Nova Capital. Mas existiram outros motivos para conflitos e tensões no território, e é sobre eles, agora, que se debruça a atenção.

2.3 “Nosso lazer era esse: contar a história do passado”.

Ao contrário do que se suporia, os conflitos durante a edificação de Brasília não estiveram ligados à insatisfação com os salários pagos pelas companhias, mas sim associados com desejos de melhorias nas condições de reprodução da vida cotidiana.¹¹⁸ Isso se deve pelo acúmulo, como dito anteriormente, excessivo de horas extras agregadas à jornada de trabalho; em outras palavras, nessa grande obra se ganhava mais, porém trabalhava-se imensamente mais.¹¹⁹ Havia, assim, uma razoável satisfação, perceptível em diferentes entrevistas, ao se recordar desse aspecto de suas vidas, ilustrado a seguir:

O salário era 2.500. [...] Era bom. Aquela época o salário era muito bom, que eu provo que tenho diversos amigo aqui, tinha servente que tinha três empregada. Cujos engenheiro hoje, olhe lá pra ter uma empregada dentro de casa. Cê vê aqui a construção aqui foi dura, tinha que trabalhar, mas o salário que você ganhasse dava pra você fazer tudo. Tudo que você pensasse dava pra fazer. O custo de vida era barato, seu salário era superior o custo de vida duas, três vezes. (Servente de pedreiro)¹²⁰

Nesse sentido, é possível afirmar que a questão salarial não foi uma fonte de tensão e, a esse respeito, pondera Gustavo Lins Ribeiro:

Uma grande obra é uma situação onde há uma grande eficácia do fetichismo do salário, até porque os operários estão informados da sua transitoriedade pelo significado sempre presente da data da inauguração. [...] Em especial, porque a partir de uma data no futuro (a inauguração) aquele sistema de trabalho, com sua grande quantidade de horas agregáveis ao salário, seria desmobilizado, de uma vez ou gradualmente. Assim, a grande obra, também pela sua temporalidade, é um período de trabalho em que a sujeição aos mecanismos de exploração que extrapolam a jornada legal é desejada pelos trabalhadores que podem, até mesmo, imaginar recompor suas forças após o término da obra, quando saíam do “ritmo Brasília” que, paradoxalmente, lhes matava e fazia viver.¹²¹

As questões que suscitaram diversos conflitos e tensões no território da construção, portanto, estiveram ligadas a condições de manutenção da saúde física das pessoas que aqui viveram, dizendo respeito a três aspectos fundamentais: ao lazer e ao tempo livre, às condições de alimentação e questões relativas a habitação. Em sua análise, Gustavo Lins Ribeiro ordena essas questões em um crescente de intensidade dos conflitos, do lazer para alimentação, e desta para a habitação. Para o autor, essa escala

¹¹⁸ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 22, 23 e 211.

¹¹⁹ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 23.

¹²⁰ CÂNDIDO, Clementino, op. cit., p. 4.

¹²¹ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 183 e 184.

progressiva de conflitos envolveu, por um lado, maior número de pessoas e uma maior “solidariedade coletiva” em cada questão, ao passo que correspondeu a formas de reação e organização cada vez mais nítidas, inclusive politicamente, envolvendo a formação de lideranças e participação de políticos.¹²²

No aspecto relativo ao lazer e ao tempo livre, é comum nas falas dos trabalhadores referências tanto a ausência de tempo livre, em um dia ocupado quase integralmente pelo trabalho, ou a formas limitadas de diversão, onde seria possível, nessas ocasiões, desconectar do canteiro de obras. Assim sendo, em algumas entrevistas, é possível perceber formas esparsas e reduzidas opções de diversão que se desenvolviam, sobretudo, na Cidade Livre, local destinado ao comércio e ao abastecimento da cidade (imagem 13). Entre bares e a casas de meretrício, os conflitos se davam de forma particularizada entre indivíduos, entre estes e as forças policiais, em circunstâncias propícias ao surgimento de brigas e discórdias e que, em geral, não geravam solidariedade por serem situações condenadas pela população, sendo duramente reprimidas por serem perturbações sociais.¹²³

É, diversão era... vou dizer com nome bem expresso, era a prostituição. Era aquela casa de prostituição mesmo, você entendeu? Você ia pra ali, tinha, às vezes, por exemplo, você, (incomp.) novo na época. Chegava assim no sábado, os chefes, os diretores, às vezes, "oh! você vai pra Cidade Livre agora, 4 horas, (incomp.) pega uma mulher daquela e fica com ela lá até eu chegar lá". Passava pra ele, pagavam refeição, era lá. Era uma vida, assim, muito esquisita. Era uma vida muito selvagem, muito selvagem. Se você queira saber tem coisa muito selvagem, mesmo, no início de Brasília. [...] A preocupação dos homens era mulher, porque aqui não tinha. Tinha pouquíssima mulher no Núcleo Bandeirante. Assim mesmo pra... o pessoal tinha até medo de trazer família, as filhas, as próprias mulheres mesmo, porque não tinha mulher em Brasília [...]. (Eletricista)¹²⁴

Olha, nós ia pro alojamento, não tinha lazer. Muitos deles, às vezes batiam uma bolinha, mas isso aqui até... no início nem bola existia, depois que foi iniciando, às vezes a pessoa ‘tava perto do alojamento, batia uma bolinha e tal, mas nós não tinha lazer. [...] Nem à noite. Ia pro alojamento, contava história, sentava lá, começava a contar história lembrando das casas da gente, das terra da gente, dos parentes, contando história dos amigos, das mulheres que a gente tinha deixado e tal, dos parentes. Nosso lazer era esse: contar história do passado, das pessoas que a gente tinha deixado na terra da gente. Cada um contava a sua história [...]. (servente e pedreiro)¹²⁵

A alimentação foi outra questão de premente tensão no cotidiano das pessoas engajadas na construção de Brasília e que gerou, ao contrário dos conflitos em torno do

¹²² RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 211.

¹²³ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 211-216.

¹²⁴ ALVES, Elisio Evangelista, op. cit., p. 25.

¹²⁵ SILVA, Manoel Pereira da, op. cit., p. 9 e 10.

lazer e tempo livre, “solidariedade coletiva” a partir de vivências partilhadas por situações ou interesses comuns. Fonte constante de conflitos, as manifestações de insatisfação se davam tanto no plano dos confrontos cotidianos entre trabalhadores e encarregados de produção, quanto por meio de descontentamentos coletivos, ocasionando, por vezes, quebra-quebras dos refeitórios. Por conseguinte, a questão alimentar talvez seja a mais associada com violências e conflitos no período na memória candanga.¹²⁶

Aí tivemos uma briga aí, sobre o negócio de falta de higiene na Rabello. E o pessoal assim: "Nós temos que ir lá na Terracap"... Aí eles prenderam, quebraram a cantina, por causa de **falta de higiene. Porque nós tinha duas classes, tinha a classe de primeira era acho que 1.500, e nós pagava só 900 cruzado, 900 mil-réis**, cruzado não, mil-réis naquela época. Num 1 conto e 500 e no outro era de 900. **Aqueles que era profissional, comida de primeira, aquelas cantina de primeira era 1.500 e nós que era o servente era no 900.** Mas então, um daquelas de 900, o pessoal revoltado eles quebraram a cantina. [...] Não era diferente não, a comida era a mesma, era a mesma coisinha. **Sabe o que acontece? É que agora na outra tinha mais iguarias, que tinha sobremesa lá a de primeira, e agora a de segunda não tinha sobremesa não.** [...] Então a comida tinha muita iguaria era à vontade, comida era à vontade. Só que tem, era com falta de higiene, mas tinha à vontade [...]. (servente de pedreiro)¹²⁷

[...] Então, lembro, também, quantas vezes a gente via **confusão na fila do Saps**¹²⁸, que era ali na Novacap. **Aquela confusão, porque muita gente ia almoçar ali**, e era aquela confusão, [...] Aí tinha de ficar entrando polícia no meio, aquela confusão. [...] (ajudante de topografia)¹²⁹

[...] **Tinha o Saps, mas o Saps eles atendia o pessoal que trabalhava aqui na Novacap**, que hoje é a Metropolitana, ali funcionava o Saps, que ela atendia mais esse pessoal que ficava na Cidade Livre, que trabalhava na Novacap [...] Você tinha que levantar 5 horas da manhã, pegar o copo de leite, seu pão, pra depois que tomar café. Eram 6 horas, e você tinha que começar às 7 horas no serviço. **Pra você, enfrentar fila não dá. Muita gente começava a abandonar.** (eletricista)¹³⁰

A partir desses fragmentos de realidade passada, é possível captar algumas informações úteis para compreensão da dinâmica desse aspecto da vida candanga. Primeiro, é possível observar que as firmas construtoras disponibilizavam, para seus funcionários, refeitórios com a cobrança da alimentação realizada. Àqueles vinculados à Novacap eram atendidos, prioritariamente, pelo SAPS, localizado na Velhacap (perto da

¹²⁶ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 217-236; SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **O massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília**, 2014. Disponível em: <http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1251/2053.pdf>. Acesso em: 09.09.21.

¹²⁷ CÂNDIDO, Clementino, op. cit., p. 13 e 14 (grifos do original).

¹²⁸ Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), criado em agosto de 1940, tratava-se de uma rede de restaurantes populares que forneciam alimentação barata aos trabalhadores.

¹²⁹ SILVA, Delcídes Abadia. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, op. cit., p. 5 (grifos do original).

¹³⁰ ALVES, Elisio Evangelista, op. cit., p. 23 e 24 (grifos do original).

Cidade Livre) e, em pequena escala, para os trabalhadores sem vínculo empregatício fixo com alguma companhia, restava a compra de refeições em restaurantes localizados na Cidade Livre ou em pensões. Para a complementação de refeições malfeitas ou substituição destas, por motivos diversos, era comum encontrar pequenas “bodegas” perto do canteiro de obras (imagem 15).¹³¹

Boa parte da população operária se submetia, assim, a grandes refeitórios, seja das firmas privadas, seja do SAPS. Em uma das falas evidencia-se que havia diferenciações, em alguns refeitórios, no preparo dos alimentos, seguindo a lógica da hierarquia da construção civil, com “bóias” destinadas aos encarregados de produção e setores profissionais (engenheiro, carpinteiro, eletricista, mestre de obra, pedreiro, etc.) e outras aos setores menos graduados. Nesses casos, ao que parece, a qualidade e o controle do preparo diferenciava-se, até porque os preparos para hierarquias mais graduadas eram feitos em menor quantidade, apesar da “iguaria servida ser a mesma”¹³²

A qualidade das refeições servidas, aliás, provavelmente era a centelha a desencadear motins e “quebra-quebras” coletivos, perceptível na descrição acima ao associar qualidade com falta de regras sanitárias no serviço prestado e cobrado, como relembra o trabalhador. A se somar a isto, em outra fala há indícios de que as “confusões” surgiam ainda na fila, podendo ser ocasionadas pela impaciência a ter que se submeter a longas esperas devido a lotação dos refeitórios, aguardando em longas filas em meio ao sol, ao desconforto provocado pela fome ou a pressa provocada pelo horário de retorno, como se observa na imagem 14, possivelmente em um restaurante do SAPS, ao que indica a diversidade das roupas.¹³³ Por fim, como aponta trecho a seguir, os conflitos e tensões em torno das refeições não se restringiam apenas aos refeitórios, mas perpassava também as relações no canteiro de obras. Nesse caso específico, pondera-se também que o saber de um ofício, no caso ser eletricista, conferia maior poder de barganha nas relações com os encarregados de produção.

[...] As coisas, às vezes, eu me lembro uma época que, voltando agora na parte de refeição, uma vez o pessoal dessa firma que eu trabalhava, a Monag, aí, na hora do almoço servia essas marmita e, essa marmita o peixe já tava estragado. Aí, sem nenhum assim comentar nem nada, duas pessoas pegou a marmita, chegou em frente do escritório e jogou a marmita. As outras todas viram aquilo, na mesma seqüência também pegou a marmita e jogou. Sentaram e não disseram nada. "Oh! Ninguém vai trabalhar porque ninguém teve,

¹³¹ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 218 e 219.

¹³² RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 220.

¹³³ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 222 e 223.

ninguém aqui é cachorro pra trabalhar sem comer." Aí que eles passaram o dia todo pra levar o pessoal, não tinha ônibus, pra Cidade Livre, naquela época, pra almoçar. Nós passamos o dia todinho pra se almoçar, tá entendendo? Porque levava nos caminhões... [...] Aí a firma começou a melhorar o tipo de refeições. **E também foi mudando as coisas. Ia mudando, as pessoas começava a trazer suas famílias. Você já apanhava amizade com a pessoa, já passava a pegar refeição na casa daquela família, isso tudo, entende?** (Eletricista)¹³⁴

Nem todos, entretanto, precisavam se deslocar até os refeitórios durante a jornada para se alimentar, como no caso dos casados (uma minoria), como descrito acima, não sofrendo, assim, a estafa da dinâmica das cantinas. Havia outras situações em que os trabalhadores se alimentavam no próprio canteiro das obras, como ilustra a imagem 16, e seria possível elencar três possibilidades para tal representação fotográfica: 1- a firma construtora comprou marmitas e distribuiu entre os operários por não dispor de cantina em sua sede; 2- se trata de alguma etapa de finalização de obra ou virada e, para economizar tempo com deslocamentos, também a construtora forneceu a refeição, como era costume; 3- para economizar tempo e permanecer contando horas trabalhadas, ou mesmo fugir da baixa qualidade das refeições servidas nas cantinas das construtoras, os operários compraram marmitas de algum fornecedor.

Ainda a respeito da alimentação, há um episódio bastante controverso na história da construção de Brasília em que a atuação da GEB teria chegado a grau superlativo de violência e repressão na noite do dia 08 de fevereiro de 1959, um domingo de carnaval, quando destacamentos policiais foram chamados para controlar uma rebelião operária no refeitório da companhia Pacheco Fernandes Dantas. O episódio é controverso pela dificuldade, por um lado, da diversidade de versões e informações oferecidas; por outro, pelo sigilo imposto na divulgação de informações sobre o caso, afetando a apuração jornalística à época. Dentre os aspectos que dificultam a compreensão estão questões sobre se a alimentação foi o único fator para a insatisfação, sobre o número de mortos e feridos e, ainda, sobre a própria atuação da Guarda naquela noite. Além disso, é necessário vislumbrar que nos depoimentos há a focalização de atenções em aspectos que visam atenuar ou chamar atenção para certas informações. Sendo assim, necessário fisgar, nas entrelinhas dos depoimentos operários, “exageros” dados ao episódio que são, na verdade, reflexos de constrangimentos diluídos no cotidiano das obras.¹³⁵ Cita-se, a

¹³⁴ ALVES, Elisio Evangelista, op. cit., p. 5 e 6 (grifos do original).

¹³⁵ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 227-236.

seguir, trecho de entrevista do cozinheiro da construtora que trabalhava no dia do episódio.

[...] aquilo ali foi o seguinte: aquilo ali veio três armador do Bandeirante, num dia de sábado, veio já sábado de tardinha, três armador pediram jantar, puseram, pusemos o jantar pra eles. Aí quando pusemos o jantar, eles começaram a quebrar tudo. O jantar não tava bom. Aí, o sargento Valdivino chamou a polícia. Aí, veio um jipe com três policial. Aí, prenderam os caras, aí, cercaram mais de 3 mil operário, peão, operário de toda classe. Cercaram lá pra não deixar a polícia levar os cara. A questão da Pacheco, pra não levar os cara. Aí quando foi já 6 e meia, por aí assim, [...] Chamaram a polícia dizendo que já tinha sido morto um dos soldado. Ligaram pra GEB, aqui no Núcleo de Custódia, dizendo que já tinha sido morto um soldado. Aí veio aquele choque enorme, um monte de choque. Chegou lá e separaram. Já vinha com, chegou lá, conversaram com a polícia que no cozinheiro ninguém mexia. Era só a turma da obra. Aí eles entraram. O major que era o comandante, me parece que era o major Gastão, não sei, era o comandante; aí, mandou a turma entrar e fazer fila, todo mundo fazer fila pra apanhar e quem corresse levava chumbo, quem corresse. Aí, a turma, coitada, a turma ficou tudo apavorado, começaram a correr. Aí quem não enfrentava a fila e que corria eles metiam fogo. Metiam bala, sem dó. Teve nego que morreu engalhado no arame, pulando, que tinha a cerca que passava pra Rabello. [...] Outros foram correr os acampamento, daí tinha nego dormindo e teve nego que morreu na cama dormindo, que eles atiravam naqueles caras que tavam correndo, às vezes errava, a bala pegava na tábua, que era tudo tábua naquela época, e matava o cara dentro que tava dormindo na cama. Era justamente os cara que trabalhavam a noite inteira, que já ia levantar pra trabalhar novamente. [...] Eles entravam no acampamento e mandava o cara levantar, o cara dormindo, levantava atordoado. Às vezes, ele não gostava da cara do cara, o cara demorava a levantar, ele atirava no sujeito e matava na cama. O sujeito dormindo inocente sem saber de nada, inocentemente, inocentemente. A coisa mais terrível do mundo. Daí aquela luta toda e outra turma já batendo nos que tava na fila. Já batendo nos que tava na fila. Os que obedeceram, pegou a fila, esse tava apanhando, tavam apanhando, já de outra turma. E uma turma percorrendo os galpão. E quem corresse, eles atirava. O camarada corria, ele passava fogo. O maior tiroteio, um tiroteio desgraçado. Parecia um banguê-bangue. Uma coisa terrível. E eu tava dentro da cozinha nessa hora. Eu tava, fiquei escondido dentro da cozinha. Olhando tudo pelas brechas lá. [...]¹³⁶

A despeito das controvérsias de depoimentos e versões sobre o caso, o que se quer destacar, a partir do depoimento acima, é que independentemente do número de mortos, tudo indica que esse foi o mais violento caso do que poderia se denominar de uma espécie de “castigo exemplar” no território das obras. Se em um primeiro momento os guardas da GEB não conseguiram prender os que se insuflaram primeiro, o retorno policial com reforço e o castigo foi uma espécie de lição, um paradigma de violência educativa para futuras e possíveis mobilizações trabalhadoras reivindicatórias, buscando freá-las.¹³⁷

Mesmo sem descartar a possível formação de lideranças e o caráter organizado das reivindicações em tono do aspecto alimentar, com toda repressão, foram as

¹³⁶ QUEIROZ, Eronildes Guerra de, op. cit., p. 2 e 3.

¹³⁷ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 234; LARA, Silvia H. **Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 73-96.

mobilizações em torno da questão habitacional que, como já dito, gerou maior organização a partir da “solidariedade coletiva”, explícita formação de lideranças populares e a mediação de pessoas com pretensões políticas.¹³⁸ Segundo Gustavo Lins Ribeiro, a questão habitacional foi capaz de expressar o conflito mais geral, mais abrangente e central na época da construção de Brasília, “sendo ela que realmente permitiu e até mesmo estimulou o surgimento de movimentos políticos populares”.¹³⁹

A forma típica de habitação no território, como visto, durante a construção de Brasília, foram grandes acampamentos disponíveis aos contratados das firmas. Apenas alguns tinham acesso a residências para abrigar suas famílias, prioritariamente destinadas aos controladores da produção (encarregados, mestres-de-obras, engenheiros, administradores, etc.) (imagem 18), tendo em vista ser um recurso para estimular a vinda destes. Subsidiariamente existiam casas, dentro das dependências de uma construtora, para profissionais (eletricistas, carpinteiros, pedreiro, etc.) com famílias, e para aqueles solteiros ou sem seus familiares, existiam alojamentos mais particulares. Para setores desqualificados, grandes galpões eram divididos com várias outras pessoas (imagem 17).¹⁴⁰

À medida que a população no território crescia, para aqueles sem vínculo empregatício com alguma empreiteira, ou mesmo que conseguiram acessar o território com seus filhos e esposas, as opções de moradia tornavam-se cada vez mais caras e escassas. Tudo indica que o ano de 1958, até por ser um ano de grande seca no Nordeste, tenha sido o ponto crítico ao acesso habitação, estimulando aos que aqui se localizavam e aos que chegavam a buscar saídas, surgindo assim uma série de “invasões” por todo o território da construção.¹⁴¹ Marcel Gautherot, em suas visitas ao território do futuro Distrito Federal, observou os bolsões de pobreza que se formava em precárias construções erguidas com restos de material de construção, como sacos de cimentos vazios, daí serem denominadas “Sacolândias” (Imagens 19 e 20). Nessas imagens, é possível perceber toda uma elaboração estética na construção das imagens e que parece indicar, por meio de enquadramentos frontais e luz forte, o desejo do autor em ressaltar a condição de indigência daquelas pessoas.¹⁴²

¹³⁸ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 211, 242-261.

¹³⁹ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 259.

¹⁴⁰ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 127-149.

¹⁴¹ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 236-242.

¹⁴² ESPADA, Heloisa, op. cit., p. 100-103; KOSSOY, Boris, op. cit., p. 51.

Uma das “invasões” mais populosas e conhecidas durante o período, surgida no ano de 1958, foi a denominada Vila Amaury (imagem 21), localizada nas proximidades da Praça dos Três Poderes e do Palácio do Planalto, em área destinada ao futuro Lago Paranoá. O nome da “invasão” remetia a Amaury de Almeida, funcionário da Novacap e que apoiara a ocupação e, ao que se sabe, tinha pretensões políticas para eleger-se deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A pressão pela retirada da população do local avançava à medida que se aproximava a data de fechamento da barragem do Paranoá, no dia 12 de setembro de 1959, provocando em consequência a inundação do local.¹⁴³ Uma moradora, que viveu na Vila Amaury, lembra o dia de sua expulsão do local para a cidade de Sobradinho.

[...] Quando chegou minha vez para ir para o Sobradinho, eu não quis ir para o Sobradinho, falei: "Não, eu não vou para o Sobradinho não, eu vou tirar meu barracão daqui, o senhor ... eu vou sair daqui." "Então a senhora tem que desocupar." A água já estava beijando minha casa, a água veio devagar, leve, depois veio aumentando. Já estava lavando a minha porta... "Pode deixar, eu vou sair." Aí um dia chegou um carro na minha casa, um povo tudo... armado. E só tinha eu e mais quatro família. "A senhora vai sair ou nós vamos levar a senhora!" [...] Não, não era a GEB, era um povo, parece que era... eu não sei que família era o povo, de ordem mesmo. "A senhora vai morrer... aqui dentro dessa água ou nós vai levar a senhora?" "Não, eu vou sair agora, eu já estava mesmo de saída." "Porque se a senhora não sair vai amanhecer o dia morta, afogada na água; ou a senhora vai?" Eu falei: "Vou." Peguei minha menina e, a Darquinha já andava. E saí, peguei uma... [...] "Agora, é..." Tirar as madeira eles não deixavam porque era para fazer o lote em Sobradinho. Eles, eles queria levar para fazer lá. Eu peguei e deixei as madeiras e vim, e fui-me embora. [...] (Camareira, cozinheira e lavadeira)¹⁴⁴

Mobilizando trabalhadores que desejavam permanecer no local, foi criado, em meados de 1959, a Associação Beneficente da Vila Amauri. Segundo depoimentos, dentre os objetivos da Associação estavam a intermediação do processo de mudança para localidades definitivas, desde o processo de distribuição de lotes a reivindicações de meios de transporte para a cidade de Sobradinho, com apoio da Novacap. Ainda segundo depoimentos desses ex-dirigentes, a Associação foi ao Rio de Janeiro para conversar com João Goulart, então vice-presidente, segundo consta no trecho a seguir.¹⁴⁵

[...] Falamos pessoalmente com Jango por intermédio do deputado Resende Monteiro e Jango prometeu que faria tudo para amenizar aquela situação, ia segurar um pouco as comportas para que a água não fosse subindo assim progressivamente, né. Mas isso não aconteceu. Conforme a gente ia tirando fileiras de casa, aquelas ruas de casa, e trabalho acelerado, a água ia tomando. Aí cobra, em grande quantidade, sapo, lagarto e as fossas enchem d'água e

¹⁴³ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 248-252.

¹⁴⁴ MENDONÇA, Suzana Conceição - **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, ArPDF, 1999, p. 21 e 22.

¹⁴⁵ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 250-251.

misturava restos de fossa, de fezes, dentro da casa, crianças pisando. Uma verdadeira barbárie. Promiscui...Como é? Promiscuidade. Isso aconteceu. Tinha casas de água já estar debaixo da cama, e a gente arrancando assim as últimas tábuas e a água aproximando. (Apontador)¹⁴⁶

A criação da primeira cidade satélite do Distrito Federal se deu, entretanto, em julho de 1958, com a formação de Taguatinga, expressando a conjuntura habitacional como fator de preocupação local. Embora exista depoimento de um desejo prévio em fundar uma cidade para os trabalhadores, foi a mobilização popular que catalisou a formação desse núcleo. Isso porque uma das maiores ocupações ao redor da Cidade Livre que se formou foi a chamada Vila Sara Kubitschek.¹⁴⁷ Cita-se a seguir, trecho de um dos articuladores dessa ocupação.

César Trajano de Lacerda [...] lembra que a ocupação de Taguatinga [...] decorreu da invasão que se instalara em frente à “Cidade Livre” [...] por ele denominada de Vila Sara Kubitschek, designação que, além de homenagem à Primeira Dama do País, tinha a intenção de refrear a ação intempestiva e violenta do chefe da Guarda Rural, o “Dr.” Ferreira, que, sempre alcoolizado e armado de um revólver 45, exigia que os barracos fossem desmanchados, cometendo, além do mais, numerosas prisões arbitrárias. É ele quem conta: - A idéia do nome dado à invasão vingou e mandamos confeccionar, no pintor-letrista Hamilton, quinze faixas com o nome da Primeira Dama e marcamos uma grande concentração, às 20 horas, em frente à Churrascaria JK, na Avenida Central da Cidade Livre. Enviamos o convite a Juscelino, que prometeu comparecer ao local, o que não aconteceu. Portávamos placas e pequenas faixas de saudação e apelos. E aí eu já contava com um grande companheiro e meu lugar-tenente, o “João de Amargar”, e recebíamos o apoio de diversas pessoas, dentre as quais um jovem professor e arquiteto, Mário Daher. A decepção pela ausência de JK foi grande, mas não perdemos as esperanças. Diversas prisões foram feitas no dia seguinte e entre os presos estava Mário Daher. Eu mesmo fui ameaçado de prisão pelo truculento “Dr.” Ferreira, e diversos barracos foram desmanchados. No terceiro dia fui chamado à Novacap e, para surpresa minha, ali estavam reunidos Juscelino, Israel Pinheiro e o Maciel, este último já programando o loteamento e o traçado da cidade. Haviam informado ao Presidente e ao Dr. Israel que aqueles invasores só aceitariam ficar no local da invasão e não se deslocariam para nenhuma outra área programada. Realmente, eu havia sentido essa reação na maioria daqueles pioneiros. E fui chamado à presença daqueles três personagens para falar sobre a situação e cooperar na tarefa de remoção para o local ora denominado de Tabatinga, ora de Taguatinga (que existia só no papel). É já havia ordens para as máquinas abrirem ruas, etc., etc.¹⁴⁸

Depreende-se do trecho acima que houve, em certo momento, uma organização popular por meio da manifestação pública de suas demandas, utilizando cartazes e faixas para a esperada presença pública de Juscelino na Cidade Livre. Embora o objetivo de “marcar presença” junto ao presidente tenha sido frustrado, nesse caso específico, houve

¹⁴⁶ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 251.

¹⁴⁷ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 242-248.

¹⁴⁸ JÚNIOR, Alberto Bahouth. Taguatinga: pioneiros e precursores. Brasília: Editora HP Mendes, 1978, p. 53 e 54. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/embed/view/3qITa6qKrMAkeBjZ>. Acesso em: 12.09.21.

a formação de lideranças populares para mediação das relações entre os moradores da Vila Sara Kubistchek e representantes do Estado. Assim, tanto no caso da formação de Taguatinga, quanto no caso da desagregação da Vila Amaury, há uma primeira manifestação de mobilizações políticas populares em busca de cidadania, se revelando em tono do direito à habitação.¹⁴⁹

2.4 “Eles tornaram até hostil, assim, às pessoas ligadas ao sindicato”.

Para concluir este capítulo, é necessário destacar que além dessas mobilizações operárias em torno de melhores condições de vida, existiu também, durante a fase de construção, a organização da primeira entidade de defesa trabalhadora, Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil e do Mobiliário de Planaltina, Luziânia e Formosa, fundada em 27 de julho de 1958¹⁵⁰. Segundo Nair Bicalho, alguns fundadores dessa Associação tinham experiências com sindicalismo, surgindo, assim, um novo canal para discutir e encaminhar os problemas operários. (imagem 22)¹⁵¹

A atuação dos membros da entidade teve, no entanto, constrangimentos e repressões à sua atividade, como relata um operário que teve experiência sindical durante esse período.

Houve necessidade de organizar um sindicato **devido às arbitrariedades das empresas né? Não havia fiscalização.** Eu cheguei até a ser sindicalizado como delegado sindical uma temporada. Era permitida a entrada nas obra pra verificar se havia alguma irregularidade. Mas a gente não tinha condições de fazer nada. **A hostilidade dos capataz ou dos engenheiros da empresa era grande, né? Prejudicava um pouco o ritmo do trabalho e Juscelino não ficou satisfeito com a fundação do sindicato, como o Israel Pinheiro. Eles tornaram até hostil, assim, às pessoas ligadas ao sindicato.** Sabia que o sindicato geralmente defende os direitos dos trabalhadores e nessa altura prejudicava o ritmo de trabalho de Brasília, porque havia muita arbitrariedade, né, nas empresas. A gente tinha a força mínima. Era uma verdadeira desilusão. Só encontrava hostilidade nas empresas, quando se identificava, que podia entrar dentro daquela obra, que os canteiros da obra era fechado ali, ou com vigia na porta. Já a recepção desde o vigia já não era muito boa, né, para a gente verificasse, perguntasse algum operário sobre alimentação, sobre o trabalho, se tavam pagando as horas extras direito, qualquer coisa. **E a GEB sempre estava por perto. Eles telefonavam, de**

¹⁴⁹ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 248.

¹⁵⁰ Em julho de 1959, transformou-se, com a obtenção de registro no Ministério do Trabalho, em Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil e do Mobiliário Planaltina, Luziânia e Formosa. Após a inauguração, muda a denominação para Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília (STICMB), quanto a extensão de sua base territorial, abrangendo, além do Distrito Federal, os municípios de Planaltina, Luziânia, Formosa, Cristalina, Olhos d' Água e Corumbá de Goiás. BICALHO, Nair. op. cit., p. 43, 45 e 47; CB, 13, 05.05.60, p. 5; CB, 62, 02.07.60, p. 8.

¹⁵¹ BICALHO, Nair. op. cit., p. 43.

imediate aparecia dois ou três policiais da GEB e eles ficavam às vezes na porta da empresa, demonstrando que a empresa tava em segurança. Era isso que a gente tinha. (Apontador)¹⁵²

Após o incidente na construtora Pacheco Fernandes Dantas, em fevereiro de 1959, e a divulgação do episódio pela Associação na imprensa, ocorreu uma primeira aproximação entre a massa trabalhadora e a entidade.¹⁵³ Fazendo um balanço justamente entre este incidente e o fortalecimento da entidade, em reportagem de 1960, o **Jornal Novos Rumos**, editado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), é possível constatar os primeiros movimentos reivindicatórios naquele momento.

[...] Hoje, o **Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil** exerce intensa atividade e é uma força atuante e eficaz em defesa dos interesses dos operários de Brasília. Diariamente, de 10 a 15 trabalhadores dirigem-se à sua sede para reclamar contra a arbitrariedade das construtoras: dispensas sem aviso prévio, sonegação de pagamentos, retenção de carteiras profissionais, atraso de até dois e três meses na assinatura das carteiras, etc. O recurso à Justiça do Trabalho sofre, porém, uma série limitação. **É que todas as questões trabalhistas são encaminhadas ao juiz de Planaltina, dr. Lúcio Batista Arantes e, por maior que seja o seu esforço, não consegue dar vazão à torrente de processos que lhe chegam às mãos.** Aos homens do Governo que estão à frente da construção de Brasília atribui-se esta frase: **à Justiça do Trabalho não deve atrapalhar a construção... Em outras palavras: não deve haver limites para a exploração dos trabalhadores.** Essa a razão pela qual a criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento é uma das duas principais reivindicações dos operários de Brasília. A outra é a **equiparação do salário mínimo.** À frente da luta por estas reivindicações coloca-se o Sindicato, cujo prestígio é cada dia maior.¹⁵⁴

Mas além dessas questões já postas, outras demandas operárias são catapultadas com a atuação do Sindicato, como denúncias no Congresso Nacional da Construção Civil em São Paulo, realizado em 1959, de “trabalho forçado”, isto é, dispensa de trabalhadores que se recusavam a fazer horas extraordinárias. Acrescente-se ainda que há indícios de mobilizações para aprovação de leis trabalhistas, como a lei orgânica da Previdência Social, mas esses são apenas os primeiros passos da entidade, com baixa adesão, constatado com a pequena presença de associados nas reuniões.¹⁵⁵ Será nos primeiros anos da cidade, já no fim do mandato presidencial de Juscelino, que a questão do novo mínimo estimulará ação coletiva, tendo o Sindicato como novo articulador das mobilizações trabalhadoras.

¹⁵² RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 202.

¹⁵³ BICALHO, Nair. op. cit., p. 43 e 44.

¹⁵⁴ **Jornal Novos Rumos**, Rio de Janeiro, Edição 56, 25 a 31.03.60, p. 8 (grifos do original).

¹⁵⁵ BICALHO, Nair. op. cit., p. 45-46.

Capítulo 3 – Vivências políticas trabalhadoras nos primeiros anos de Brasília (1960-1964)

[...] Porque Brasília num dá para o operário né? O que existe em Brasília são construções civis né. Essas as firmas pegam né, as construções, e uma firma registra mais duas firmas, formam três. E então o operário aí fica, quando ele tá para completar 90 dias, ele pega a carteira do operário e dá baixa em uma firma e ficha em nioutra, sendo a mesma firma entendeu? Apenas para não contar tempo de casa. [...] Não o sindicato não ajuda em nada né, pelo menos pra nois ignoramos o sindicato, atualmente. Porque antes existia o sindicato, mais depois com... tudo se transformou né, e então o operário apanhou muito por causa de sindicato, e ele tomou medo do sindicato. Ele chega lá e “o sr. vai se sindicalizar?” “não senhor, não quero”. [...]

Operário, Brasília, *Contradições de uma Cidade Nova* (Joaquim Pedro de Andrade), 1967.

[...] Quem tudo fez pra fazer isso aqui, pra mudar a capital pra cá, depois não teve direito de entrar aqui dentro; como realmente veio entrar depois, os restos mortais dele. Então eu achei aquilo muito estranho. Tenho essa mágoa, também. Porque JK era um presidente que andava, era popular, andava no meio das multidões. Não era atualmente, como são os nossos presidentes que aí estão agora. Que cê não consegue chegar perto de um dirigente nosso hoje, atual. Que a segurança não deixa, protocolo grande, depois do militarismo pra cá então se criou isso.

Delcídes Abadia Silva, *depoimento ao ArPDF*, 1990, p. 4.

O dia era de festa, e não era de se estranhar, afinal seria comemorado pela primeira vez o 1º de maio, dia do trabalhador, com a então capital inaugurada. As festividades tiveram início com a celebração, na sede da Novacap, de missa campal realizada pelo arcebispo de Brasília, Dom José Newton de Almeida Batista. Em seguida, teve lugar a condecoração com medalhas de honra ao mérito, pelo esforço desenvolvido, concedidas pelo então ministro do trabalho, João Batista Ramos, ao presidente da República, Juscelino Kubistchek; a Israel Pinheiro; a Hilda Sayão, representando a memória de seu marido, Bernardo; e a um candango que representava todos os trabalhadores. Com show popular, com a participação do ator Grande Otelo e músicas tocadas pela banda do exército, as festividades pela manhã se completariam com o oferecimento, por Juscelino e Israel Pinheiro, de churrasco aos operários que se concentravam em frente ao restaurante do SAPS. As comemorações seguiram à noite, concluindo-se com um baile oferecido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, na sede do órgão na Cidade Livre. Antes do baile, porém, realizou-se um grande comício cívico, discursando vários oradores, alguns ligados ao próprio sindicato, todos muito aplaudidos após suas falas. Um dos oradores, José Pinto Nogueira, auxiliar de administração do departamento jurídico da

Novacap,¹⁵⁶ encerrou o comício declarando que “ali estavam os trabalhadores e só estes, pois que “os cavadores de votos” ainda acham cedo para se aproximar dos homens do trabalho”.¹⁵⁷

Um dia antes, Juscelino Kubitschek almoçara com os pioneiros na Cidade Livre, que lhe prestavam homenagem. Cerca de 15 mil pessoas aplaudiram sua fala de agradecimento à cooperação de todos na construção de Brasília, prometendo outras obras importantes que seriam iniciadas e concluídas antes do fim de seu governo.¹⁵⁸ Nesse mesmo dia, Benedito Bispo dos Santos, então secretário geral do Sindicato, declarava à reportagem do **Correio Braziliense** que aquele 1º maio seria de especial importância, pois a expectativa era alguma definição das autoridades sobre aumento do salário mínimo na capital, reivindicação esta que datava, pelo menos, desde fins de 1958¹⁵⁹, razão pela qual, segundo Bispo, “estamos esperando do discurso do presidente da República ou do ministro do Trabalho alguma palavrinha nesse sentido, amanhã”.¹⁶⁰

Esses episódios são uma espécie de microcosmo de uma cultura polícia trabalhista em Brasília, ilustrando experiências políticas vivenciada pelos trabalhadores da construção civil durante os anos de 1960 a 1964. Aqui é possível perceber que a despeito das dádivas ofertadas e das demandas antecipadas, os trabalhadores se constituíram em interlocutores políticos relevantes para a experiência democrática, buscando a efetivação da cidadania a partir de direitos demandados. Além disso, se verá que o STICMB foi peça chave nessa interação entre governantes e trabalhadores, canalizando demandas, defendendo interesses e funcionando também na organização de mobilizações e protestos.

3.1 “Primeira Grande Vitória dos Trabalhadores”.

Uma das primeiras questões defendidas pelo STICMB, logo após a inauguração da cidade, esteve no protesto contra a incorporação pretendida do hospital do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (hospital do IAPI, também conhecido como hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira) pela Novacap ao sistema hospitalar distrital. Em maio de 1960, o Sindicato dos Trabalhadores encaminhava um documento ao PR, ao vice-presidente João Goulart, a senadores e deputados, bem como ao ministro do trabalho,

¹⁵⁶ **CB**, 180, 23.11.60, p. 7.

¹⁵⁷ **CB**, 9, 30.04.60, p. 1; **CB**, 11, 03.05.60, p. 8.

¹⁵⁸ **CB**, 10, 01.05.60, p. 1.

¹⁵⁹ BICALHO, Nair, op. cit., p. 43.

¹⁶⁰ **CB**, 9, 30.04.60, p. 1.

protestando contra a proposta por considerar tal convênio “altamente prejudicial e lesivo aos interesses dos trabalhadores de Brasília”. Em outro trecho, afirmava-se que a Novacap sempre foi contrária aos interesses dos operários, deixando mesmo de cumprir os mais elementares preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de seus funcionários, razão pela qual tal convênio geraria descontentamento por falta de interesse e assistência da Companhia.¹⁶¹

Em pelo menos mais dois momentos¹⁶² foram encaminhados memoriais de protesto contra a proposta, criticando a incorporação da “assistência médica e hospitalar exclusivo dos trabalhadores e contribuintes do IAPI com serviço de caráter geral”. Em um desses memoriais, encaminhado exclusivamente ao vice-presidente, João Goulart, afirmava-se:

[...] Lançamos a V. Excia., nosso brado de protesto contra tão vergonhoso ato, baseados em fatos concretos estamos dispostos a lutar contra a sua efetivação, pois consideramos esse convenio a negação do que a nossa sagrada Previdência Social veio trazer ao trabalhador brasileiro. [...].¹⁶³

Além desse aspecto atinente à seguridade social, o STICMB atuou na denúncia de constrangimentos no atendimento de benefícios da previdência social. Em julho de 1960, Heitor Silva, primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores, dirigiu carta ao presidente do IAPI denunciando irregularidades de que estariam sendo vítimas os operários quando necessitavam recorrer aos seguros das Carteiras de Acidente do Trabalho (CAT) do Instituto¹⁶⁴, tal qual como se segue:

Senhor presidente, [...] Êstes trabalhadores acidentados em serviço são encaminhados àquela dependência e ali chegando são atendidos descortezmente, para logo em seguida serem encaminhados ao ambulatório médico do Pôsto de Benefícios, onde lhes são ministradas instruções para requererem benefícios, quando o caso é de acidente do Trabalho, ocasionando transtornos para se reporem juridicamente os fatos, quando há necessidade de se recorrer à Justiça. Por sua vez, a carteira de Benefícios atende pessimamente os associados dêste Instituto, havendo várias reclamações de uma funcionária por nome Carmem, que, segundo as reclamações aqui chegadas a aludida funcionária chega ao ponto de humilhar os associados. Temos ainda a reclamar que elementos da polícia ali destacados já espancaram humildes trabalhadores que para lá dirigem à procura de assistência médica. Não concordamos com estas irregularidades, que acreditamos não serem do conhecimento de V. Excia., pois o procedimento dêstes funcionários deixa muito a desejar, vez que o instituto é de propriedade dos associados, sendo êles merecedores de um tratamento mais humano e cortêz. Diante dos fatos acima apontados, protestamos veementemente perante V. Excia. e esperamos imediatas

¹⁶¹ **CB**, 14, 06.05.60, p. 8.

¹⁶² **CB**, 130A, 21.09.60, p. 8; **CB**, 148, 14.10.60, p. 8.

¹⁶³ **CB**, 130A, 21.09.60, p. 8.

¹⁶⁴ Criado pelo decreto nº 31.548/1952.

providências no sentido de serem sanadas estas irregularidades e punidos os faltosos para que êstes fatos não mais aconteçam. [...]”¹⁶⁵

Paralelamente, uma das situações mais aflitivas aos operários em Brasília, reflexo da ambiguidade jurídica do território das obras, remete a solicitações para instalação de órgãos do poder judiciário. Poucos dias antes da inauguração foi promulgada a lei 3.754/60, estabelecendo a organização judiciária para o Distrito Federal. Apesar da existência formal, as solicitações para a efetiva instalação da Junta de Conciliação e Julgamento na capital são constantes e ganham força a partir de agosto, setembro de 1959, se arrastando-se até inícios de 1961, quando passa a funcionar efetivamente.¹⁶⁶

No início de maio de 1960, Heitor Silva, acompanhado do advogado Sebastião Luciano de Rezende, compareceu ao gabinete do ministro do Trabalho a fim de solicitar algumas providências. Dentre as solicitações estavam pedidos de interferência do ministro Batista Ramos junto ao presidente do TST para urgente instalação da Junta de Conciliação e Julgamento em Brasília; medidas em razão da deficiência de material, medicamentos e outros recursos nos órgãos de assistência do IAPI; e designação de funcionários do Ministério do Trabalho para assistir os trabalhadores na reclamação de descumprimentos da CLT por parte das empresas.¹⁶⁷

Outra estratégia esteve na divulgação do problema através da imprensa.¹⁶⁸ Na primeira página do **Correio Braziliense**, na edição do dia 27 de setembro, era publicada manifesto assinado pelos dirigentes do STICMB, como se segue:

CONSIDERANDO que há mais de dois anos vem lutando por uma Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho para Brasília e até o presente momento não tendo as autoridades tomado nenhuma providência para sua instalação. CONSIDERANDO que neste Sindicato existe uma média aproximada de duas mil reclamações trabalhistas, além de seiscentas que correm na Justiça de Planaltina antes da transferência da Capital da República. CONSIDERANDO que as grandes Empresas construtoras em Brasília têm como acionistas altas personalidades da vida política brasileira. CONSIDERANDO que por isso mesmo acreditamos que o retardamento seja motivado por essas influências. A DIRETORIA DÊSTE SINDICATO RESOLVE: Concitar os trabalhadores de Brasília para em uma luta organizada levar o seu protesto aos poderes competentes a fim de tomarem as providências que o caso requer num mais breve espaço de tempo possível. Resolve ainda, solicitar o apoio de todos os Sindicatos do Brasil junto ao Conselho Sindical Nacional, no sentido de ser dado conhecimento a todos os trabalhadores brasileiros e, ao mesmo tempo, mostrar a maneira desumana e descaso aos preceitos mais elementares da Consolidação das Leis do Trabalho, como seja: sonegação do aviso prévio, férias e indenizações, única recompensa para os

¹⁶⁵ CB, 71, 13.07.60, p. 8.

¹⁶⁶ CB, 227, 18.01.61, p. 2; BICALHO, Nair, op. cit., p. 46.

¹⁶⁷ CB, 16, 08.05.60, p. 3.

¹⁶⁸ CB, 131, 22.09.60, p. 5.

anônimos construtores da maior obra do século, orgulho dos brasileiros, admiração de todo o mundo.¹⁶⁹

Percebe-se, no caso específico da instalação da Junta de Conciliação e Julgamento em Brasília, que o STICMB teve papel importante em pressionar e peticionar os poderes públicos na resolução desse problema. Mas a despeito da centralidade dessa mobilização, o grande móvel das lutas sindicais em Brasília, nesse momento, esteve localizado na questão salarial. Com a instalação da capital, houve tanto a desmobilização de boa parte da força de trabalho quanto a desaceleração do ritmo das obras, provocando demissões em massa e reduções salariais com a queda de horas extraordinárias ofertadas¹⁷⁰. Somase a esse cenário a situação econômica delicada ao fim do governo JK, que já havia sido frustrado em implementar um plano de estabilização monetária como medida prévia para novas concessões de empréstimos internacionais e reequilíbrio orçamentário. O aumento dos gastos públicos financiados com a emissão de moeda provocou perdas salariais e aceleração inflacionária,¹⁷¹ com índice anual, em 1959, de 39,4% e, em 1960, chegando a 30,5%.¹⁷² Assim, há que se considerar que de meados de 1958 ao fim de seu mandato, o esgotamento do modelo desenvolvimentista esteve acompanhado pela expansão de movimentos sociais.¹⁷³

Em edital de convocação de assembleia para o dia 31 de julho, estava na programação dos assuntos a serem debatidos estudos sobre a fixação do salário mínimo, pois, segundo trecho da convocação, “o alto custo de vida em Brasília superou o de todo o território nacional”.¹⁷⁴ Durante o mês de setembro são feitos debates entre empregadores e empregados, por meio da Subcomissão do Salário Mínimo de Brasília, chegando-se ao acordo de elevação do mínimo para Cr\$9.600,00.¹⁷⁵ No dia 15 de outubro, decreto presidencial estabelecia novo mínimo para o Distrito Federal em Cr\$6.240,00.

¹⁶⁹ **CB**, 133, 27.09.60, p. 1.

¹⁷⁰ BICALHO, Nair, op. cit., p. 47.

¹⁷¹ LAMARÃO, Sérgio. Verbete: Programa de Estabilização Monetária (PEM). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-estabilizacao-monitaria-pem>. Acesso em: 19.09.21.

¹⁷² Os índices inflacionários aqui utilizados se referem ao Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), dezembro a dezembro. CEDRO, Marcelo, op. cit., p. 237; MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação Brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. **In: Rev. Econ. Contemp.**, v. 1, n. 1, jan./jun. 1997, p. 61. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19574/11339>. Acesso em: 27.10.21

¹⁷³ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 49-51.

¹⁷⁴ **CB**, 84, 28.07.60, p. 3.

¹⁷⁵ **CB**, 131, 22.09.60, p. 8; **CB**, 134, 28.09.60, p. 2.

Cinco dias após o decreto, o STICMB publicava nota considerando tal ato ilegal, além de um

[...] desrespeito a uma decisão democrática e unânime da Comissão do Salário-Mínimo local e um atentado aos direitos dos trabalhadores que sofrem tôdos as consequências da política econômica do governo e da alta desenfreada do custo de vida, enquanto seus salários ficam por vários meses congelados [...]"¹⁷⁶

Após o decreto estabelecendo o mínimo em Cr\$6.240,00, houve um amplo esforço para reverter a decisão¹⁷⁷, buscando contato com o próprio mandatário nacional. Ao mesmo tempo, parece que uma das estratégias para mobilização trabalhadora esteve na formação de comissões sindicais que, em carros de som e alto-falantes, estacionavam nas entradas das obras e realizavam comícios, divulgando o problema salarial e convocando os operários para assembleias do STICMB.¹⁷⁸ No dia 30 daquele mês, após discutir o problema com ampla participação de associações trabalhadoras¹⁷⁹, o desejo de deflagrar greve geral se instalou entre os trabalhadores que, em sinal de revolta, saem nesse dia em passeata pelas ruas da Cidade Livre sem camisa.¹⁸⁰ O jornal **CB**, em nítido apoio à questão salarial, publicava no mesmo dia longa reportagem analisando o custo de vida a partir de levantamento do IBGE, arrematando custo de Cr\$10.565,00 para manutenção pessoal mínima de um operário em Brasília.¹⁸¹

Na mesma semana, presumivelmente no dia 03 de novembro, dirigentes do STICMB se reuniram com Juscelino para conversar sobre o reajuste do mínimo, ao que fica estabelecido estudo divulgado pelo IBGE.¹⁸² Em nova reunião, trabalhadores recusaram, após resposta encaminhada através de representantes trabalhistas, prolongar o impasse para uma resposta definitiva. Contando com participação dos deputados federais Domingos Velasco (PTB-RJ), Jacob Frantz (PSP-PB) e Lycio Hauer (PTB-GB), membros da Frente Parlamentar Nacionalista¹⁸³, a assembleia decidiu realizar passeata no dia 10, ocasião em que entregariam novo memorial com abaixo-assinado

¹⁷⁶ **CB**, 153, 20.10.60, p. 1.

¹⁷⁷ Heitor Silva, João Barbosa Netto e Dynéas Aguiar, integrantes do STICMB, seguem até o estado da Guanabara para discutir com o ministro do trabalho. No dia 24 de outubro, entregaram exposição de motivos pelo qual o decreto deveria ser revisto, em reunião com o secretário do PR. **CB**, 153, 20.10.60, p. 8; **CB**, 158, 26.10.60, p. 1 e 5.

¹⁷⁸ **CB**, 158, 29.10.60, p. 1 e 7.

¹⁷⁹ **CB**, 164, 02.11.60, p. 1 e 6.

¹⁸⁰ **CB**, 163, 01.11.60, p. 1 (inelegível) e 6.

¹⁸¹ **CB**, 162, 30.10.60, p. 1 e 6. Em nota, o STICMB chega a agradecer. **CB**, 188, 03.12.60, p. 11.

¹⁸² **CB**, 165, 04.11.60, p. 1 e 6.

¹⁸³ Bloco interpartidário que reuniu parlamentares que defendiam projetos reformistas e nacionalistas no Congresso Nacional, atuando entre os anos de 1956 e 1964.

reivindicatório. Além disso, ficou decidido possível deflagração de greve geral a partir do dia 11, caso a revisão salarial, mesmo assim, não fosse concedida.¹⁸⁴

Com concentração às 15 horas daquela quinta-feira, dia 10 de novembro, o **CB** noticiava “a gigantesca passeata” reivindicatória do aumento do salário mínimo para Cr\$9.600,00. Segundo o periódico, o protesto seguiu via Esplanada dos Ministérios rumo ao Palácio do Planalto para entrega do memorial escrito pela entidade. Barrados pela GEB, o clima de tensão entre manifestantes e guardas policiais foi acalmado com a mediação dos parlamentares que estiveram na última assembleia do Sindicato, que declararam que Juscelino encontrava-se no Rio de Janeiro, tendo em vista, também por questões salariais, o movimento grevista pela paridade de vencimento entre funcionários civis e militares desencadeada por marítimos, portuários e ferroviários.¹⁸⁵ Recepcionados no Congresso Nacional, realizou-se um comício no salão que liga as duas casas legislativas, com o discurso de inúmeros parlamentares em apoio ao protesto, entre eles José Bonifácio (UDN-MG) e Ivete Vargas (PTB-SP). A passeata foi concluída em frente ao Ministério do Trabalho, sendo entregue o memorial ao delegado regional do trabalho, representando o novo ministro do trabalho, Alírio Sales Coelho, comprometendo-se no encaminhamento dos documentos às autoridades.¹⁸⁶

“Excelência, os trabalhadores que construíram as ruas de Brasília não puderam passar por elas quando, em manifestação pacífica, pediam o aumento do salário mínimo. Fomos barrados pela polícia”, protestava Heitor Silva em novo encontro entre dirigentes sindicais brasileiros e Juscelino Kubitschek, no Palácio da Alvorada no dia 13 de novembro.¹⁸⁷ Considerando os argumentos dos trabalhadores e pressionado pelas ebulições sociais, inclusive do dia 10 em Brasília, o **CB** noticiava a “Primeira Grande Vitória dos Trabalhadores”, quando Juscelino se comprometia em reajustar o mínimo para Cr\$9.600,00 com novo decreto para o dia 18.¹⁸⁸ Naquela sexta feira de novembro,

¹⁸⁴ **CB**, 167, 06.11.60, p. 1 e 6; **CB**, 168, 08.11.60, p. 1 e 2; BICALHO, Nair, op. cit., p. 50.

¹⁸⁵ **BICALHO**, Nair, op. cit., p. 51; GOMES, Angela de Castro. O Brasil de JK - Movimento Sindical Urbano. FGV – CPDOC Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/MovimentoSindicalUrbano>. Acesso em: 21.09.2021. Sem autor. Greve da Paridade Paralisa o País. **Memorial da Democracia**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/greve-paralisa-pais-e-conquista-paridade#card-126>. Acesso em: 27.10.2021.

¹⁸⁶ **CB**, 170, 10.11.60, p. 1 e 6; **CB**, 171, 11.11.60, p. 1 e 6.

¹⁸⁷ Heitor Silva, João Barbosa Neto, Benedito Chiavita de Sousa, Humberto de Andrade, Agnelo Rosa Santos, Dineyas Aguiar, como representantes do STICMB; e Valter Valadares de Sousa, em nome da Associação dos Servidores da Novacap.

¹⁸⁸ **CB**, 173, 13.11.60, p. 1 e 6; **CB**, 174, 15.11.60, p. 1 e 6.

novo convênio entre empregadores e empregados seria assinado e, em sinal de celebração, nova passeata dirigiu-se ao “Palácio dos Despachos”, com concentração às 10:30 em frente ao edifício. Não obstante a celebração, no texto do convênio é possível entrever toda a benevolência que tentava-se imprimir a Juscelino, vinculando, em mais um episódio, o “direito como dádiva”.¹⁸⁹

[...] visando a solucionar as reivindicações salariais formuladas pelas classes trabalhadoras de Brasília, em memorial dirigido ao Chefe da Nação que, com seu elevado critério e alto conhecimento dos problemas nacionais, sempre objetivando o amparo e proteção dos trabalhadores e o equilíbrio social-econômico, determinou ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio fôsse dada às mesmas reivindicações a solução adequada, conciliando os interesses patronais e operários. [...] ¹⁹⁰

As mobilizações operárias em torno do mínimo transformaram-se, após o acordo público “conciliando os interesses patronais e operários” de 18 de novembro, na busca pela sua efetivação. Poucos dias após o acordo coletivo, empresários agremiados na autodenominada Associação dos Construtores e Empreiteiros de Brasília (ACEBRA) publicavam manifesto contra o novo mínimo, uma vez que a elevação salarial provocaria o “desajuste de seus orçamentos” e, em consequência, na dispensa de operários.¹⁹¹ Outro empresário declarava, em reportagem sobre o início de demissões, que o novo salário mínimo criava desníveis e aventava a possibilidade de instituir, nas firmas, a cobrança de alojamento, cantina e transporte, “benefícios que os trabalhadores têm, presentemente, de graça”.¹⁹²

“Tiros, pauladas, socos e pontapés foram trocados entre os choques da polícia e os operários”. Em uma quinta-feira, 05 de janeiro de 1961, operários da firma Ecel destruíram a cantina da empresa e paralisaram os trabalhos em protesto. O estopim da revolta estava na qualidade da refeição servida que mensalmente descontava Cr\$4.900,00 dos salários operários. Segundo noticiado, além da “bóia” servida, os trabalhadores reivindicavam assinatura de suas carteiras profissionais e pagamento do salário mínimo vigente, solicitando colaboração da entidade de representação.¹⁹³ Dias após, nota oficial do STICMB em repúdio aos acontecimentos era publicada, afirmando-se que a entidade reclamaria respaldo judicial.¹⁹⁴ Além disso, em carta publicada no dia 12 dirigida ao

¹⁸⁹ **CB**, 176, 18.11.60, p. 1 e 6.

¹⁹⁰ **CB**, 177, 19.11.60, p. 1 e 4.

¹⁹¹ **CB**, 185, 29.11.60, p. 7.

¹⁹² **CB**, 186B, 01.12.60, p. 1 e 6.

¹⁹³ **CB**, 217, 06.01.61, p. 1 e 6.

¹⁹⁴ **CB**, 219, 08.01.61, p. 10.

ministro do trabalho, “pleiteava-se medidas capazes de garantir a plena validade do acordo firmado, pois os empregadores teimam em fazer letra morta”.¹⁹⁵

A ausência de indícios sobre o desdobramento desse caso não permite avançar na análise, porém constata-se o grande respaldo adquirido pelo Sindicato entre os trabalhadores nesse momento inicial. Mas do que isso, o que se quer destacar, principalmente com as mobilizações operárias em torno do mínimo, é que esse foi um “momento ímpar de ação coletiva” e “são nesses processos que a classe como uma realidade histórica aparece, na medida em que os interesses coletivos¹⁹⁶ se sobrepõem aos interesses individuais e corporativos”,¹⁹⁷ servindo “como uma oportunidade para os operários mostrarem sua força e união, fortalecendo as chances de lutas futuras”.¹⁹⁸

3.2 “Nas suas compras do Supermercado, acrescente um quilo de feijão, macarrão, arroz e remeta para a Campanha do Quilo [...]”.

Em meados de 1961, um grupo de senhoras ligadas às obras assistenciais da arquidiocese de Brasília iniciaram um esforço pela Campanha do Quilo, cujo objetivo estava na arrecadação de donativos e quilos de alimentos para apoiar ação social denominada Cantina do Candango. Instalada no acampamento da Planalto, em área cedida pela Novacap, a Cantina do Candango servia duas refeições ao dia, almoço e jantar, socorrendo a quem demandasse. Não se sabe se houve efetivamente apoio, na logística e financeiramente, da prefeitura do Distrito Federal no oferecimento das refeições; tampouco se sabe a extensão da demanda, embora se cite que fossem servidas 1.500 refeições ao dia. O que se sabe é que a iniciativa social tinha por preocupação o alto índice de desemprego¹⁹⁹ que se abatia sobre a cidade²⁰⁰, daí a Campanha mencionar

¹⁹⁵ **CB**, 222, 12.01.61, p. 2.

¹⁹⁶ Há indícios de mobilizações do STICMB para majoração das categorias profissionais. **CB**, 157, 25.10.60, p. 1; **CB**, 188, 03.12.60, p. 11; BICALHO, Nair, op. cit., p. 52 e 53.

¹⁹⁷ BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018 (O Brasil Republicano, vol. 2), p. 163.

¹⁹⁸ BICALHO, Nair, op. cit., p. 53 e 54.

¹⁹⁹ Dificil estabelecer uma estimativa para o número de desempregados durante esse período, uma vez que as informações numéricas, colhidas de notícias do **CB**, variam muito, desde sete mil a trinta mil pessoas. **CB**, edições 287, p. 1; 290, p. 1; 296, p. 10; 399, p. 3; 404, p. 8; 434, p. 8; 440, p. 1; 468, p. 8; 475, p. 8; 495, p. 8; 694, p. 6; 963, p. 1).

²⁰⁰ **CB**, 287, 02.04.61, p. 1; **CB**, 303, 21.04.61, p. 9.

que o “Candango construtor de Brasília atravessa uma fase em que precisa de sua ajuda. Um quilo a mais na sua nota de compras será a sua mínima contribuição”.²⁰¹

O desemprego provocado com a inauguração, ainda que parcial, de Brasília, recrudescer durante a gestão de Jânio da Silva Quadros (JQ) (1961). Já em seu discurso de posse, Jânio mencionava a terrível situação financeira do país que iria assumir. A nova orientação política econômica, nesse sentido, tinha por diretriz corrigir desequilíbrios orçamentários e o déficit do balanço de pagamentos através da contenção dos gastos públicos, restrição do crédito e estímulo às exportações. Além disso, foi implementado ampla reforma cambial que, extinguindo uma série de subsídios para importação, inclusive sobre gêneros básicos, aumentou o custo de vida e afetou diretamente camadas populares.²⁰²

Em Brasília, os efeitos da política econômica atingiram sobretudo o ramo da construção civil, à qual se ligava boa parte da mão de obra da cidade. O grande empresário da capital era o setor público, levando a efeito as obras por meio de entidades públicas ou contratando empresas privadas. A contenção das despesas públicas como parte da política econômica ocasionou a paralisação de obras e a suspensão de novos projetos, resultando na retração do mercado de trabalho local.²⁰³ Por isso, alguns operários lembraram essa fase associada à imagem de crise e desemprego:

Aí começou aquela crise brava, que 61 começou uma crise muito brava em Brasília, entendeu? Já tava, as obras públicas já estavam sendo terminada [...] Então já tava ficando esgotada o mercado já tava ficando meio saturado, por causa de gente, que tinha muita gente naquela época. Aí também começou a surgir as cidades-satélites. Mas tudo, aquelas construções, as grandes construções já tava... Depois da inauguração houve aquela queda. Aí o desemprego, começou naquela época, em 61, começou tudo. (Eletricista)²⁰⁴

[...] Aí foi quando... logo casei, entrou o governo Jânio Quadros, foi um governo que castigou muita gente porque acabou os empregos em Brasília, não tinha, tinha gente que vendia a roupa do corpo pra ir embora. E muitos deles, também o governo deu transporte pra eles ir embora, sair daqui. Aí eu peguei, fui trabalhar de vendedor, não achei mais campo de construção, (incomp.) fechou tudo, não tinha mais emprego. [...] (Servente e pedreiro)²⁰⁵

²⁰¹ CB, 290, 06.04.61, p. 9.

²⁰² QUELER, Jefferson José. O governo Jânio Quadros: entre a política e o personalismo. In: JORGE, Ferreira; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020 (O Brasil Republicano, vol.3), p. 390 e 391; MAYER, Jorge Miguel; XAVIER, Libânia. *Verbetes: QUADROS, Jânio.* Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/janio-da-silva-quadros>. Acesso em: 27.10.21.

²⁰³ BICALHO, Nair, op. cit., p. 54 e 55.

²⁰⁴ ALVES, Elisio Evangelista, op. cit., p. 13.

²⁰⁵ SILVA, Manoel Pereira da, op. cit., p. 18.

Assim sendo, em reunião realizada no dia 19 de março no cine Bandeirante, trabalhadores através de convocação de entidades de empregados do Distrito Federal²⁰⁶ se encontram para debater a situação do desemprego. Com participação do deputado Walter Giordano (PTB/RG), o objetivo da reunião estava em elencar e propor medidas de saneamento ao problema, entre as quais a elaboração de um plano de construção que possibilitasse a absorção da mão de obra ociosa e que, ao mesmo tempo atendesse as suas necessidades, com o financiamento de casas aos trabalhadores; medidas de amparo ao trabalhador, como, por exemplo, congelamento de preços de artigos de primeira necessidade, reabertura do restaurante do SAPS na Velhacap e inauguração de novas unidades em outros pontos da cidade; assim como medidas de estímulos à instalação de ramos industriais que possibilitassem empregar a mão de obra especializada.²⁰⁷

Reuniões entre lideranças populares e o novo prefeito de Brasília, Paulo de Tarso²⁰⁸, foram feitas para debater medidas e encontrar soluções.²⁰⁹ Entre as iniciativas da nova gestão municipal esteve a criação do Grupo de Trabalho da Mão-de-Obra (GTMO), uma espécie de órgão de assessoramento vinculado à prefeitura com a “finalidade de estudar o problema do desemprego em Brasília, propor soluções de emergência, sugerir medidas capazes de informar o estabelecimento de uma política de mão-de-obra”.²¹⁰ Entre seus membros, estavam representantes do Ministério do Trabalho, da Previdência Social e do próprio STICMB.²¹¹

Houve limites em perceber os impactos com a formação do GTMO na mitigação ao desemprego. Foi, todavia, um espaço para o diálogo e a atualização de medidas do governo, por um lado, e de sugestões, demandas e pressões trabalhadoras, por outro. Há indícios de pedidos de cooperação de Paulo de Tarso aos empreiteiros para atenuar o problema do desemprego, e essas tentativas de cooperação de empresários ligados à ACEBRA eram divulgadas nas reuniões do grupo de trabalho.²¹² Entre essas “cooperações empresariais”, atendendo a apelos do prefeito, estava a redução de horas extras de uma jornada, compensadas com a contratação de novos empregados nas firmas,

²⁰⁶ **CB**, 275, 17.03.61, p. 2.

²⁰⁷ **CB**, 278, 21.03.61, p. 8.

²⁰⁸ Prefeito entre fevereiro e agosto de 1961.

²⁰⁹ **CB**, 279, 22.03.61, p. 8; **CB**, 281, 24.03.61, p. 8.

²¹⁰ **CB**, 284, 28.03.61, p. 8.

²¹¹ **CB**, 281, 24.03.61, p. 8.

²¹² **CB**, 284, 28.03.61, p. 8; **CB**, 286, 30.03.61, p. 8; **CB**, 289, 05.04.61, p. 8.

medida inclusive apoiada pelo STICMB.²¹³ Além disso, constata-se esforços municipais em realocar populares em novas vagas de emprego com a realização, por exemplo, da “operação fichamento” no dia 14 de abril, ocasião em que foram realocadas cerca de quatro mil pessoas, segundo noticiado.²¹⁴ Além disso, existiram campanhas de financiamento para envio de trabalhadores para lavouras do Paraná, ou mesmo para adquirir passagens para retorno dessas pessoas às suas terras de origem²¹⁵, além de remeter telegramas a outros estados para informar sobre a crise do desemprego e, com isso, desencorajar migrações.²¹⁶

Em abril, ao menos em duas oportunidades Jânio Quadros recebeu líderes do STICMB para abordar o tema do desemprego e do encarecimento do custo de vida.²¹⁷ A principal solicitação dos trabalhadores, a elaboração de um plano de reinício de obras, foi defendida e proposta por JQ nessas ocasiões, além de prometer construir e financiar casas próprias aos associados da entidade, uma outra demanda trabalhadora proposta²¹⁸. Era anunciado, a partir desses encontros, a disponibilização de recursos para o reinício de obras, a partir de repasse do governo federal, a ser aplicado em um plano geral e outro específico de obras dos institutos de previdência.²¹⁹

Contudo, há aqui dúvidas sobre se realmente existiu, em algum momento, algum plano prático para reinício das obras, apesar de ser constantemente noticiado e comemorado pela imprensa local. Isso porque ora se menciona como aprovado, o que pressupõe que já tivesse pelo menos sido esboçado, ora era informado como em elaboração, ou mesmo não apresentando.²²⁰ Além disso, o referido projeto de obras por vezes era apresentado como uma elaboração do governo federal, em outras como uma proposta do governo local, o que pode levar a considerar uma ausência de planejamento comum.²²¹ Se existiu ou não, ou se existiram projetos concomitantes, o que se observa é que houve uma explícita morosidade na disponibilização dos recursos anunciados e que

²¹³ **CB**, 288, 04.04.61, p. 8; **CB**, 297, 14.04.61, p. 3.

²¹⁴ **CB**, Edição 298, 15.04.61, p. 8

²¹⁵ **CB**, 288, 04.04.61, p. 8.

²¹⁶ **CB**, 282, 25.03.61, p. 8.

²¹⁷ **CB**, 279, 22.03.61, p. 5; **CB**, 290, 06.04.61, p. 1.

²¹⁸ **CB**, 295, 12.04.61, p. 3.

²¹⁹ **CB**, 294, 11.04.61, p. 1; **CB**, 295, 12.04.61, p. 1.

²²⁰ **CB**, 294, 11.04.61, p. 1; **CB**, 295, 12.04.61, p. 1; **CB**, 296, 13.04.61, p. 10.

²²¹ **CB**, 281, 24.03.61, p. 8; **CB**, 291, 07.04.61, p. 8; **CB**, 294, 11.04.61, p. 1; **CB**, 369, 13.07.61, p. 5; **CB**, 370, 14.07.61, p. 8.

provocou, em consequência, a estagnação das obras. No fim de maio era veiculado memorial do presidente da República dirigido ao Ministério da Fazenda:

Recebi a informação de que os Institutos não receberam ainda a verba de 500 milhões de cruzeiros correspondentes ao primeiro mês, nos termos do estudo que aprovei, para a conclusão de edifícios residenciais em Brasília. Reitero determinação no sentido de que se dê prioridade absoluta a este assunto que está ligado, inclusive, ao problema do desemprego em Brasília. Não pode haver novas delongas. Alegam os Institutos que estão sem recursos para pagar os trabalhadores.²²²

Em junho, em encontro entre o prefeito Paulo de Tarso e representantes da ACEBRA, o problema relacionado ao ritmo das obras na cidade foi discutido, e o prefeito citava que o Ministério da Fazenda estava em preparativos finais para disponibilização dos recursos.²²³ Um dia antes da notícia que pegou a todos de surpresa, a renúncia de Jânio Quadros à Presidência, o **Correio Braziliense** destacava discurso do deputado Bezerra Leite (PTB/PE) em sessão na Câmara dos Deputados:

Sr. Presidente e srs. Deputados, então quase paralisados os serviços de construção em Brasília. A Prefeitura, a NOVACAP, as autarquias de previdência têm grandes planos, mas lhes estão faltando as verbas necessárias, verbas estas que foram liberadas por S. Exa. o Sr. Presidente da República: Cr\$ 600.000.000,00 mensais para os institutos; um bilhão especialmente para a NOVACAP; quase outro tanto para a Prefeitura, mas essas liberações feitas no papel pelo Presidente da República estão sendo desobedecidas pelo Ministro da Fazenda. S. Exa. teima em negar o pagamento dessas verbas e em criar dificuldades para esse pagamento às instituições devidas e quem sofre é a iniciativa privada, retraindo-se, o que gera o desemprego que estamos aqui constatando. Há cerca de 4 mil desempregados com suas famílias passando necessidades. Brasília que deveria dar o exemplo para esta República está dando ao Brasil este triste atestado de insegurança, de desgoverno, tudo porque o sr. Ministro da Fazenda não paga as verbas liberadas [...]”²²⁴

Paralelamente à tensão social com o agravamento do desemprego em Brasília, o ano de 1961 também foi marcado pelo aumento das pressões pela erradicação da Cidade Livre. Isso porque a região foi pensada como núcleo provisório, um ponto de apoio comercial durante a construção da cidade. Os lotes foram distribuídos em regime de comodato e pretendia-se, após a inauguração, dissolver o núcleo e transferir seus habitantes para outros locais.²²⁵ Juscelino termina seu mandato sem resolver a questão, embora em 1960 já existissem projetos de lei e defesas parlamentares pela fixação do núcleo como cidade satélite de Brasília.²²⁶ De qualquer forma, a nova gestão municipal

²²² **CB**, 333, 30.05.61, p. 4.

²²³ **CB**, 347, 16.06.61, p. 8.

²²⁴ **CB**, Edição 00404, 24.08.61, p. 8.

²²⁵ RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 70 e 71.

²²⁶ O projeto de lei PL (2370/1960) que seria aprovado foi apresentado pelo deputado Breno da Silveira (PSD/GB) em novembro. **CB**, 00341, 08.06.61, p. 6.

foi marcada por esforços em transferir a população para outras cidades como Gama, Sobradinho, Taguatinga, etc. e, especialmente os comerciantes, para lotes na avenida W3-norte.²²⁷

A medida que as pressões e o desejo governamental em dissolver o núcleo populacional avançavam, cresciam as articulações dos moradores em defesa da fixação da cidade²²⁸, formando-se, gradualmente, o denominado “Movimento Pró-Fixação e Urbanização da Cidade Livre” a partir da liderança do setor comercial local com o auxílio do operariado.²²⁹ Junho de 1961 pode ser considerado como um marco da organização popular, isso porque começa a ser produzido e replicado no **CB o Jornal da Cidade Livre**, veiculando notícias sobre o movimento e tecendo críticas àqueles que se posicionavam contra os interesses dos moradores, mantendo assim a população informada sobre os acontecimentos e engajada nos objetivos do Movimento. Possivelmente na primeira edição, que tinha como redator responsável Humberto F. Queiroz, era escrito:

Precisávamos, os pioneiros do Núcleo Bandeirante, de um jornal que, diariamente, **propugnasse a defesa dos nossos direitos**, o atendimento às legítimas **reivindicações** dos reais construtores de Brasília. E é para **preencher essa lacuna** que surge, hoje, nas páginas da imprensa pioneira do Distrito Federal, o Jornal da Cidade Livre. Não pretendemos que sua vida seja efêmera, mas desejamos que êle expresse os sentimentos e as aspirações de uma população injustiçada, de mais de 40 mil habitantes, que construiu esta Cidade e, hoje, estão ameaçados, pela incompreensão de uns, a vaidade de outros, a maldade de muitos, de ser escorraçados daquele palmo de chão – sem conforto, sem assistência, sem nada – que lhes foi dado ocupar precariamente. [...] Ainda candidato, o Presidente Jânio Quadros afirmava, em comício na Cidade Livre: “Invasores? Quem ouviu falar em invasores do que é seu, invasores do seu próprio território, de sua própria pátria?” E concluía, categórico: “Vou fazer disso aqui uma segunda Vila Maria”... Agora, quando surge mais um projeto de emancipação do Núcleo Bandeirante, desfecha-se mais um golpe contra seus habitantes, com a cassação de comodatos! [...] o Jornal da Cidade Livre será uma trincheira na defesa do Núcleo Bandeirante, **defendendo uma reivindicação principal: fixação definitiva, nos termos dos projetos em tramitação na Câmara, ou permanência mínima de três anos, o que implica, também, na urbanização imediata do Núcleo Bandeirante**. Contamos com o candango e pioneiro e a nossa luta não será em vão.²³⁰

“Preencher essa lacuna” talvez seja uma referência a aprovação prestada pelo **Correio Braziliense** às medidas para erradicação da cidade levadas a efeito por Paulo de

²²⁷ **CB**, 317, 10.05.61, p. 1; **CB**, 334, 31.05.61, p. 8; **CB**, 339, 06.06.61, p. 8; **CB**, 341, 08.06.61, p. 6; BICALHO, Nair, op. cit., p. 55; RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 253.

²²⁸ **CB**, 327, 23.05.61, p. 8; **CB**, 333, 30.05.61, p. 8; **CB**, 337, 03.06.61, p. 5; **CB**, 338, 04.06.61, p. 5.

²²⁹ **CB**, 381, 28.07.61, p. 6; BICALHO, Nair, op. cit., p. 55 e 57; RIBEIRO, Gustavo Lins, op. cit., p. 252-259.

²³⁰ **CB**, 337, 03.06.61, p. 5 (grifos do original).

Tarso. Em coluna do dia 05 de julho, declarava-se acreditar que “até o fim do ano, o Núcleo Bandeirante estará erradicado, lançando-se a última pá de cal sobre a intriga e a agitação dos demagogos...”.²³¹ Em outra situação, com a intervenção e protesto do deputado Breno da Silveira (PSB/GB) contra uma operação de demolição de casas, noticiava-se o episódio alertando: “CL: Alvo de Explorações Políticas: Antimudancistas incitam povo contra autoridade”.²³² Em vista disso, em carta publicada no **Jornal da Cidade Livre**, e replicada na edição do **CB** no dia 22 de julho, Heitor Silva protestava contra a cobertura do periódico e a ideia, propalada pelo **Correio**, de que a “operação mudança” tinha “caráter pacífico e espontâneo”. Em trecho, afirmava:

[...] Sem entrar mais profundamente no mérito desta chamada operação-mudança e no modo como reflete no ânimo das demais classes sociais, como a dos comerciantes, quero, entretanto, com a devida vênia de V. S., observar que, no concernente ao proletariado radicado na Cidade Livre, o procedimento visando a erradicação dos pioneiros tem deixado muito a desejar. Ainda que não queira insistir na injustiça de algumas violências praticadas contra pobres operários aqui residentes, injustiça que desmente até certo ponto o caráter totalmente pacífico, benfazejo e de livre aceitação que se quer emprestar à operação mudança, não posso fugir ao dever de lembrar a V. S., as condições dentro das quais se quer forçar a mudança dos trabalhadores. De fato, sr. diretor, querem que os operários se transfiram para a cidade satélite do Gama; lá, todavia, não há condições de habitabilidade, como todos sabem. Porém, ainda que houvesse, como hoje os trabalhadores dificilmente ganham mais que o salário mínimo, descontada dêste a contribuição previdencial, que monta Cr\$768,00, o trabalhador ainda terá que despende Cr\$2.400,00 no mínimo com passagem de ida e de volta, uma vez que a maioria trabalha no Plano Pilôto, e sabendo-se que a passagem custa Cr\$ 40,00, para o Gama. O que resta então, de seu salário mensal? Apenas Cr\$6.432,00 para sustento do trabalhador e de sua família. Não é, verdadeiramente, Sr. diretor, querer condenar o operário a uma situação de miséria? Portanto, considerando, Sr. diretor, que a operação-mudança, na parte que se refere aos trabalhadores, tem sido inteiramente insatisfatória; por outro lado, quero manifestar a V. S. meu pesar de que a notícia veiculada por seu conceituado jornal nem ao menos tenha afluído o tema em relação ao proletariado. Apesar de tudo, quero acreditar, ao fazer êsses reparos, que haja maior atenção pela situação aflitiva dos operários residentes no Núcleo Bandeirante no futuro; mesmo porque, mudar por mudar, o operário prefere ficar onde está e não aceitará que o desloquem em condições humilhantes ou deficitárias. [...]”²³³

Além da criação do jornal da **Cidade Livre**, esteve entre as estratégias dos moradores o envio de telegramas a parlamentares que representavam os seus respectivos estados de origem.²³⁴ A interação entre parlamentares e populares foi fundamental para o sucesso do Movimento Pró-Fixação e Urbanização da Cidade Livre. Em diversos comícios realizados, parlamentares participavam como oradores e manifestavam apoio à

²³¹ **CB**, 362, 05.07.61, p. 4.

²³² **CB**, 366, 09.07.61, p. 8.

²³³ **CB**, 376, 22.07.61, p. 6.

²³⁴ **CB**, 339, 06.06.61, p. 6.

causa.²³⁵ Além disso, da galeria da Câmara dos Deputados, moradores acompanharam sessões de discussão do projeto.²³⁶ No dia 06 de dezembro, o Senado Federal aprovava projeto e, no dia 14, ampla programação para comemorar a sanção presidencial da nova lei 4.020.²³⁷

3.3 “[...] cabe aos poderes da República, de acordo com os preceitos constitucionais, garantir trabalho para todos os cidadãos brasileiros [...]”.

João Goulart assumiu a presidência da República (1961-1964) sob grave crise política e militar, contornada com coalizão parlamentar por meio da implementação do sistema parlamentarista, após amplo apoio de setores da sociedade civil para sua posse, como a Campanha da Legalidade encabeçada por Leonel Brizola. A indicação de Tancredo Neves (PSD) para primeiro-ministro tinha por objetivo angariar apoio no Congresso Nacional através da aliança entre o PTB e PSD, fundamental para a estabilidade política durante o governo de Juscelino, daí ser denominado de gabinete de “conciliação nacional”. Para a população de Brasília, em especial os operários da construção civil, abria-se uma nova expectativa política com a formação do novo governo, principalmente por João Goulart (Jango), antigo ministro do trabalho e vice-presidente de JK, ser reconhecido como líder político aberto ao diálogo com os trabalhadores e, também, por sua imagem estar vinculada à construção da cidade. Esperava-se, assim, que os problemas que afetavam a capital naquele momento poderiam “enfim” ser resolvidos ou, então, minorados, verificando-se, nesse início de governo, constantes manifestações populares em Brasília.²³⁸

Já nos primeiros dias após assumir a presidência, Jango recepcionou líderes sindicais brasilienses²³⁹ em manifestação em frente ao Palácio do Planalto, no dia 12 de setembro. Com cartazes e faixas, o mote para concentração estava no desejo da indicação de um nome “de Brasília” à prefeitura, um “pioneiro para os pioneiros” sensível aos

²³⁵ **CB**, 364, 07.07.61, p. 6; **CB**, 380, 27.07.61, p. 6; **CB**, 382, 29.07.61, p. 6; **CB**, 385, 02.08.61, p. 6; **CB**, 386, 03.07.61, p. 6; **CB**, 388, 05.08.61, p. 6.

²³⁶ **CB**, 341, 08.06.61, p. 6; **CB**, 406, 26.08.61, p. 6.

²³⁷ **CB**, 493, 07.12.61, p. 8; **CB**, 497, 13.12.61, p. 8.

²³⁸ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática**, op. cit., p. 404 e 405.

²³⁹ Entre as lideranças recepcionadas no Palácio do Planalto, segundo noticiado, estiveram presentes Heitor Silva (do STICMB), Geraldo Campos (da Associação dos Servidores da Novacap) e Cícero da Costa (representante da Associação dos Motoristas e Rodoviários de Brasília).

problemas da nova capital.²⁴⁰ Em outubro²⁴¹, empregados e empregadores de várias categorias profissionais, incluindo o STICMB, se reuniram para elaborar memorial retratando a situação de “calamidade pública” e pedir para “ativar Brasília que há muito se encontrava paralisada”.²⁴² Entregue em reunião com o presidente e com o primeiro-ministro, o memorial destacava como fatores de preocupação, entre outros pontos, a quase total paralisação das obras públicas e particulares em Brasília, por falta de verbas, provocando desemprego e fome de milhares de pessoas; além do atraso de pagamentos da Novacap, de institutos e autarquias, ocasionando pedidos de concordatas e ameaças de falências no setor industrial e comercial da cidade.²⁴³ Propunham como medidas imediatas e inadiáveis a liberação de recursos para financiar o reinício das obras.²⁴⁴

Em uma terça-feira, 7 de novembro, José Marques da Silva, morador da Vila Planalto, escreveu em seu diário:

[...] Às 12 horas passa na rua uma camioneta com um locutor incitando os trabalhadores a irem ao Palácio do Planalto expor a miséria que grassa na capital da República. São problemas que, para serem resolvidos, seria preciso muito esforço por parte das autoridades brasileiras [...].²⁴⁵

Nesse dia, a cerimônia de posse do novo indicado a prefeitura, José Sette Câmara, se constituiu como uma nova oportunidade de protesto. Nas faixas hasteadas durante a manifestação, frases contra a situação de desemprego e fome em nova concentração realizada às 15 horas. Hermes Lima, então ministro da Casa Civil, recebe comissão de manifestantes em nome do PR e do primeiro-ministro, acolhendo sugestões dos manifestantes, que teriam escrito novo memorial, e comunicando a disposição do novo governo em solucionar a crise do desemprego na capital. Sette Câmara, após solenidade de posse, dirigiu-se aos manifestantes prometendo esforços para oferecer emprego com a volta da dinamização das obras na cidade.²⁴⁶

²⁴⁰ CB, 421, 12.09.61, p. 4; CB, 422, 13.09.61, p. 8.

²⁴¹ Ainda em setembro de 1961, amplo comício foi realizado pelos trabalhadores, na praça dos Três Poderes, para receber Leonel Brizola. Durante sua fala, o então governador gaúcho teria agradecido ao povo em defesa da legalidade e conclamando-os a “não se desmobilizar, pois que os golpistas ainda não se deram por vencidos”. Os trabalhadores teriam elaborado memorial solicitando medidas para reinício das obras e contra o desemprego e esperava-se, durante a manifestação, entregar a João Goulart. Não há indícios sobre se realmente o memorial foi elaborado ou mesmo se foi entregue durante o comício a Brizola, uma vez que não há qualquer menção ao comparecimento do PR a concentração. CB, 434, 27.09.61, p. 8; CB, 435, 28.09.61, p. 8.

²⁴² CB, 439, 03.10.61, p. 1.

²⁴³ BICALHO, Nair. op. cit., p. 59.

²⁴⁴ CB, 440, 04.10.1961, p. 1 e 5.

²⁴⁵ SILVA, José Marques da. **Diário de um Candango**. Edições O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1963, p. 40.

²⁴⁶ CB, 468, 07.11.61, p. 8; CB, 469, 08.11.61, p. 1.

“[...] São 23 horas quando dou comida a dois trabalhadores. Coitados! Estão com fome e não têm o que comer. Dou-lhes comida e café; agradecem. [...]”²⁴⁷, registrava José Marques em seu livro de memórias em 18 de novembro. Em outro dia, anotava que “[...] no bar do Português falam duma passeata que iam fazer. Que passeata? A passeata da fome”²⁴⁸. Realmente a chamada “passeata da fome” foi realizada no dia 13 de dezembro, mas um dia antes do que registrado por José Marques em seu diário. Poderia ter ele escutado, talvez, uma nova tentativa de articulação, uma vez que aquela manifestação contou com pessoas principalmente de Sobradinho, pois grande parte dos outros manifestantes foram obstruídos de acessar o Plano Piloto pela polícia, segundo noticiado.²⁴⁹ Seja como for, dias antes da “passeata da fome”, uma onda de saques em estabelecimentos comerciais foi realizada, em Sobradinho, por uma leva de famintos.²⁵⁰ É possível perceber, nesses episódios, a grave situação social provocada com a crise do desemprego, gerando uma onda de miséria e fome entre a população do Distrito Federal.

A crise social e a onda de protestos pressionaram e preocuparam setores do governo desde o seu começo. Reuniões para liberação de recursos e planejamentos orçamentários; convocações de encontros para estudos de reinício de obras de institutos de aposentarias; planos de produção, como exemplo o “plano prioritário de obras” apresentado por Sette Câmara no fim de dezembro, foram realizados e elaborados.²⁵¹ Não se descarta os impactos, ainda que a curto prazo, dos esforços para reinícios das obras, embora seja difícil de mesurar. Contudo, verifica-se que, ao longo do primeiro semestre de 1962, há recorrentes notícias relacionadas a paralisação de obras, atrasos de pagamentos aos trabalhadores, inadimplência de companhias públicas, demora no repasse de verbas e continuidade do alto índice de desemprego.²⁵² Ao mesmo tempo, observa-se que o “Congresso Nacional assume, cada vez mais, o papel de “caixa de ressonância” da situação local”.²⁵³ Em sessão no dia 29 de maio, por exemplo, o deputado José Joffily (PSD/PA) discursava:

[...] Para que V. Exa., Sr. Presidente, e os eminentes colegas tenham uma idéia, vou citar um fato ocorrido ontem pela manhã. Correu a notícia de

²⁴⁷ SILVA, José Marques da. op. cit., p. 58.

²⁴⁸ SILVA, José Marques da. op. cit., p. 101 (Dia 14 de novembro de 1961).

²⁴⁹ CB, 497, 13.12.61, p. 8; CB, 498, 14.12.61, p. 6 e 9.

²⁵⁰ CB, 485, 28.11.61, p. 8; CB, 486, 29.11.61, p. 1.

²⁵¹ CB, 446, 11.10.61, p. 8; CB, 470, 09.11.61, p. 1 e 5; CB, 475, 15.11.61, p. 8; CB, 495, 10.10.61, p. 8.

²⁵² CB, 514, 04.01.62, p. 7; CB, 541, 04.02.62, p. 3; CB, 573, 18.03.62, p. 8; CB, 609, 03.05.62, p. 4; CB, 611, 05.05.62, p. 4; CB, 616, 11.05.62, p. 4 e 9; CB, 619, 15.05.62, p. 7.

²⁵³ BICALHO, Nair. op. cit., p. 59; CB, 459, 26.10.61, p. 8; CB, 460, 27.10.61, p. 8; CB, 499, 15.12.61, p. 3.

que as obras do... IPASE iam admitir 10 operários. Foi o suficiente para que, em menos de uma hora, se concentrasse à porta do superintendente das obras de Brasília uma multidão de mais de 500 pessoas. Multidão esfomeada. Quando tiveram conhecimento de que não havia recursos para admitir maior número de pessoal, nem tampouco estavam ainda liberadas as verbas, e que, portanto, era improcedente a notícia, os pobres homens passaram a exigir alguma comida, porque desde a véspera não se tinha alimentado. [...]²⁵⁴

Por outro lado, entre 28 de abril e 1º de maio de 1962, ocorreu o “I Encontro Fraternal Sindical dos Trabalhadores de Brasília”, com ampla participação, nos debates, de setores sociais como estudantes, professores, camponeses e categorias comerciais de Brasília.²⁵⁵ Na nota convocatória, citava-se que o Encontro debateria importantes problemas da pátria e das classes trabalhadoras que vinham sendo agravados com as constantes trocas administrativas, e elencava como pontos para solução a alta permanente do custo de vida; o problema da terra; a falta de habitação, de transporte, de assistência médica, social e educacional, assim como o drama do desemprego.²⁵⁶ Os assuntos, segundo noticiado, foram divididos em quatro comissões, responsáveis por debater desde problemas específicos a questões mais amplas, tais como execução de obras para a cidade; combate à carestia e o controle de preços; reforma agrária em Brasília; eleições para a cidade; defesa dos interesses nacionais e autodeterminação dos povos.²⁵⁷ Segundo Nair Bicalho, o Encontro²⁵⁸ incorporou e alargou o escopo de discussão entre os trabalhadores, incluindo proposições de caráter econômico e político à questão social, isto é, cada vez mais a “discussão nacional ressoava junto às entidades de classe e tomava corpo juntamente com as reivindicações específicas”²⁵⁹. Além disso, a autora destaca a formação, com saldo do Encontro, da “Comissão Permanente das Entidades Sindicais, Profissionais, Camponesas e Estudantis de Brasília”, que passaria a atuar como uma espécie de Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) local, vinculada à CGT nacional.²⁶⁰

²⁵⁴ Anais da Câmara dos Deputados. 1962. Volume IX. (4ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Sessões de 29 de maio a 4 de junho de 1962. Câmara dos Deputados. Diretoria de Documentação e Publicidade, p. 59.

²⁵⁵ **CB**, 559, 18.04.62, p. 8; **CB**, 603, 25.04.62, p. 7.

²⁵⁶ **CB**, 606, 28.04.62, p. 8.

²⁵⁷ **CB**, 608, 01.05.62, p. 7.

²⁵⁸ Para marcar o fim do “I Encontro Fraternal dos Trabalhadores”, foi feita grande concentração na estação rodoviária no dia 01 de maio. Informações do jornal local marcam a presença de mais de 5 mil pessoas, com a participação dos deputados Almino Afonso (PTB/AM), Lycio Hauer (PTB/GB), Ruy Ramos (PTB/RS) e Salvador Lossaca (PTB/SP). Do Encontro, foram elaborados os documentos “Carta Política dos Trabalhadores e Camponeses” e a “Proclamação de Brasília”. Segundo indícios, este último foi elaborado, principalmente, pela Associação Comercial de Brasília, defendendo, por exemplo, a continuação da fixação do governo federal em Brasília. **CB**, 610, 04.05.62, p. 9; **CB**, 619, 15.05.62, p. 8.

²⁵⁹ BICALHO, Nair. op. cit., p. 64.

²⁶⁰ BICALHO, Nair. op. cit., p. 60 e 61.

Exemplo disso esteve nas articulações da Comissão Permanente para marcar passeata para o dia 14 de junho, tendo como pretexto, e em sinal de apoio, a greve deflagrada pelos bancários nesse mesmo mês. Entre as exigências dos manifestantes estavam pedidos para solução do desemprego e da paralisação das obras; combate à carestia de vida e à crise econômica na capital; distribuição de terras aos camponeses de Brasília; pedidos de eleição em Brasília e a formação de um “Ministério Popular Nacionalista”, que fizesse as reformas de base.²⁶¹ Em julho, com a renúncia do “gabinete de conciliação nacional”, movimentos sindicais em todo o país planejavam decretar a paralisação dos trabalhos por um período de 24 horas, pressionando o Congresso Nacional para obter um nome²⁶² favorável às reformas de base propostas por João Goulart.²⁶³ A “greve do Gabinete nacionalista” de 5 de julho, como ficou conhecida, não teve tanta força como se pretendia e, em Brasília, a Comissão Permanente, após reunião, decidiu não entrar em greve, em consonância com outras entidades nacionais. Não obstante, declarando-se “contrários a qualquer conciliação com as forças golpistas e reacionárias, que se opõem aos legítimos reclames do povo”²⁶⁴, em manifesto defendiam a formação de um governo democrático e nacionalista o qual enfrentasse os problemas básicos da nação, pois “os problemas específicos de Brasília e dos trabalhadores desta Capital está condicionada a uma acertada política de cunho popular, no âmbito nacional”²⁶⁵.

Observa-se, desse modo, que a partir da formação da Comissão Permanente, as exigências específicas dos trabalhadores em Brasília passam a estar cada vez mais

²⁶¹ Na passeata do dia 14 de junho de 1962, os trabalhadores seguiram até o Congresso Nacional, recepcionados por alguns parlamentares. Em seguida, os manifestantes dirigiram-se ao Palácio do Planalto e entregaram, a um assessor, um memorial com as seguintes reivindicações: solução imediata para a greve dos bancários; abertura de novas frentes de trabalho com a instalação de pequenas indústrias; fomento à produção hortigranjeira no cinturão verde, com entrega de terras desapropriadas aos “legítimos lavradores”; construção de casas populares aos trabalhadores; transferência definitiva de órgãos administrativos que permaneciam no Rio de Janeiro. **CB**, 641, 10.06.62, p. 8; **CB**, 642, 12.06.62, p. 6; **CB**, 643, 13.06.62, p. 8; **CB**, 645, 15.06.62, p. 8.

²⁶² O Congresso havia rejeitado a indicação de San Thiago Dantas como Primeiro-Ministro, criticado por sua gestão como chanceler e sua defesa à Política Externa Independente, e indicado o nome de Auro de Moura Andrade, então presidente do Senado. A questão da sucessão do gabinete foi revivida com a indicação de Francisco de Paula Brochado da Rocha, que atuou a frente do Conselho de Ministros até 14 de setembro de 1962, seguido por Hermes Lima.

²⁶³ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Sindicalismo e classe operária (1930-1964)*. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, tomo 3, vol. 10, p. 645; FERREIRA, Jorge, op. cit., p. 415.

²⁶⁴ **CB**, 660, 05.07.62, p. 8.

²⁶⁵ **CB**, 661, 06.07.62, p. 1 e 7.

atreladas a debates conjunturais, principalmente em torno das reformas de base²⁶⁶. A crise econômica e os problemas dela decorrentes, como desemprego e encarecimento do custo de vida, eram constantemente catalogados, em diferentes momentos, entre as dificuldades enfrentadas. A cada formação de novo governo²⁶⁷ ou instabilidades institucionais arvoravam-se, para os trabalhadores de Brasília, como brechas para pressionar o governo a avançar em demandas locais e no projeto reformista. Assim, em setembro, ao contrário do movimento paredista de 05 de julho, trabalhadores de Brasília resolveram aderir à greve nacional a fim de antecipar a decisão sobre a continuidade ou não do sistema parlamentarista, após a renúncia do gabinete de Brochado da Rocha e o fracasso em conseguir aprovar a antecipação do plebiscito para 07 de outubro.²⁶⁸ Em conclamação aos trabalhadores a aderirem à “greve do plebiscito” no dia 15, a Comissão Permanente²⁶⁹ de Brasília defendia não apenas a realização de plebiscito a curto prazo, mas também aumento geral de salários e as reformas de base.²⁷⁰

O pedido de aumento geral de salários nessa convocação esteve presente ao longo de todo o semestre de 1962, exigido por diferentes categorias profissionais.²⁷¹ De forma geral, na verdade, a questão salarial foi uma demanda constante ao longo de todo o período de experiência democrática em Brasília, questão essa associada aos protestos contra o encarecimento do custo de vida na cidade pela contínua aceleração inflacionária.

²⁶⁶ “Propostas de mudanças consideradas necessárias à renovação das instituições socioeconômicas e político-jurídicas brasileiras que tinham como objetivo remover os obstáculos à marcha do processo de desenvolvimento do país. Essas propostas foram a base do programa de governo do presidente João Goulart (1961-1964), assumindo o caráter de bandeira política durante a fase presidencialista daquela gestão. As reformas consideradas prioritárias eram a agrária, a administrativa, a constitucional, a eleitoral, a bancária, a tributária (ou fiscal) e a universitária (ou educacional)”. Heloísa Menandro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base>. Acesso em: 27.10. 2021.

²⁶⁷ Em agosto de 1962, assumiu a prefeitura, após renúncia de Sette Câmara (novembro de 1961 a agosto de 1962), Ivo Magalhães (agosto de 1962 a março de 1964). Entidades de classe, por meio da Comissão Permanente, encaminham memorial ao novo prefeito exigindo reinício imediato das obras paralisadas; abertura de novas frentes de trabalho; construção de moradias para a população obreira “que vive em condições sub-humanas”; combate à elevação dos gêneros de primeira necessidade; distribuição de terra agricultáveis aos lavradores e camponeses do DF. **CB**, 704, 25.08.62, p. 8 e 2.

²⁶⁸ **CB**, 720, 14.09.62, p. 8; **CB**, 721, 15.09.62, p. 8; **CB**, 722, 16.09.62, p. 6 e 8.

²⁶⁹ A Comissão Permanente de Brasília, poucos dias antes de aderir à “greve do plebiscito”, lançou manifesto advertindo possível greve a qualquer momento. Entre as principais exigências elencadas, estavam: reajuste salarial na capital; controle e fiscalização dos preços nos supermercados; combate ao desemprego e reinício de obras; ampliação da legislação trabalhista e sua fiscalização, principalmente relativa à higiene e segurança; implementação das reformas de base e aprovação do projeto pela antecipação do plebiscito; etc. **CB**, 716, 09.09.62, p. 8.

²⁷⁰ RODRIGUES, Leôncio Martins, op. cit., p. 645 e 646; BICALHO, Nair. op. cit., p. 65 e 66. ALMEIDA, Alberto Carlos. Os gabinetes parlamentares. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_gabinetes_parlamentaris. Acesso em: 20.10.21.

²⁷¹ BICALHO, Nair. op. cit., p. 63-66.

Ainda no fim de 1961, o índice inflacionário chegava ao patamar de 47,8% e José Marques da Silva, em seu diário, retratava cotidianamente os seus efeitos. “Faço compras costumeiras para meus assíduos fregueses: batatinha, arroz e vagem. Mas como sobem os preços! Nada vale o dinheiro, senão para nos mantermos miseravelmente”²⁷², escrevia no início de novembro. Já no fim do ano de 1961, relatava: “Saí um pouco para fazer compras de costume; quase nada posso comprar. Todo dia os preços sobem. Como estão vivendo os mais pobres que eu? É um mistério que só Deus pode revelar”.²⁷³ Em 1962, a inflação, acumulada em doze meses, atingia 51,6% e, em novembro, trabalhadores da construção civil decretavam novo movimento grevista exigindo reajuste salarial em 75%, organizado por meio do STICMB.²⁷⁴ Dias após a deflagração de greve, trabalhadores e empreiteiros chegam ao seguinte acordo: de 25 de outubro a 31 de dezembro: 50% de majoração; de 01 de janeiro de 1963 a 15 de março, 65% de majoração; de 15 de março em diante, 70%.²⁷⁵

Tendo em vista a aceleração inflacionária e a grave situação fiscal do país, uma semana antes da realização do plebiscito que levaria cinco em cada seis brasileiros a votarem pelo retorno do regime presidencialista, o governo federal anunciava uma nova orientação política econômica, para o ano que se iniciava, com a apresentação do Plano Trienal. O Plano tinha por objetivo compatibilizar a estabilização da economia, combatendo imediatamente a inflação, com o desenvolvimento econômico e, em passo seguinte, eliminar “entraves institucionais” por meio de reformas no aparelho administrativo, no sistema bancário e fiscal e, em particular, na estrutura agrária. Nesse sentido, a execução do Plano Trienal estaria condicionada a cortes em despesas públicas, controle dos reajustes salariais e limitações creditícias, afetando assim interesses tanto de industriais quanto de trabalhadores.²⁷⁶

²⁷² SILVA, José Marques da. op. cit., p. 34 (Dia 02 de novembro de 1961).

²⁷³ SILVA, José Marques da. op. cit., p. 142 (Dia 30 de dezembro de 1961).

²⁷⁴ CB, 717, 11.09.1962, p. 9; CB, 744, 12.10.1962, p. 5; CB, 760, 31.09.62, p. 2; CB, 765, 07.11.62, p. 8; CB, 766, 08.11.62, p. 7; CB, 768, 10.11.62, p. 1; CB, 791, 08.12.62, p. 3.

²⁷⁵ Provavelmente em outubro de 1961, o salário mínimo na capital aumentou para Cr\$ 13.440,00. Considerando não ter havido outro acréscimo de novembro de 1960 a outubro de 1961, a elevação teria sido de 40% sobre Cr\$ 9.600,00. Com o novo aumento em novembro de 1962, calcula-se que o salário mínimo para os trabalhadores da construção civil teria chegado, nos primeiros meses de 1963, mais ou menos a Cr\$ 24.343,2. CB, 448, 13.10.61, p. 2; CB, 453, 19.10.61, p. 6; CB, 455, 21.10.61, p. 8; BICALHO, Nair. op. cit., p. 59 e 64.

²⁷⁶ FERREIRA, Jorge, op. cit., p. 418-423; MIRANDA, José Carlos da Rocha. Verbetes: Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-trienal-de-desenvolvimento-e-social>. Acesso em: 27.10.21.

Em Brasília, estudos desde fins de 1962 são feitos para reinício de obras com a construção de novos blocos residenciais, desejando reforçar a capacidade habitacional com o aumento de parlamentares na última eleição, assim como buscando continuar a transferência de órgãos da União para a nova capital, como exemplo as obras do Itamaraty. Entretanto, os efeitos do controle de despesas com a nova orientação econômica atingiriam sobremaneira a administração local, com o contingenciamento de repasses federais consignados no orçamento e, em consequência, afetando o financiamento de novas obras. Repercutindo ao longo de todo o primeiro semestre de 1963 na imprensa local e entre parlamentares,²⁷⁷ no dia 08 de julho, o deputado Valério Magalhães (PSD/AC) discursava:

[...] É preciso que o nôvo Ministro, bem compreendendo a reponsabilidade que assiste aos podêres públicos em assegurar a consolidação desta Capital ponha por terra menos 50% dêsses cortes, sem o que essas obras continuarão aí, como estão, sem andamento; a fome imperando nos lares humildes de Brasília, vez que o desemprego está na ordem de 12.000 operários, dia a dia procurando o pão aos seus filhos, às suas famílias [...].²⁷⁸

Igualmente às repercussões na imprensa e no Congresso Nacional, há a permanência de constantes protestos e manifestações operárias ao longo do ano com novo ciclo de arrefecimento das obras públicas e com a continuidade da crise econômica do país, conservando o quadro social de miséria na capital. Desemprego, elevação do custo de vida e pedidos de liberação de recursos com o reinício de obras estão entre as principais solicitações operárias no decorrer de 1963.²⁷⁹ Em maio, diretores municipais se reuniram para debater a crise do desemprego, propondo entre as soluções o retorno do trabalhador ao local de origem, com auxílio do governo se preciso, assim como encaminhamento a outros mercados que possibilitassem a absorção da mão de obra excedente.²⁸⁰

Embora contando, em boa medida, com o apoio da imprensa nacional, a implementação do Plano Trienal mostrava-se impossível pela crescente radicalização dos grupos sociais no país. O pacto social para distribuição do ônus da crise mostrava-se

²⁷⁷ **CB**, 738, 05.10.62, p. 7; **CB**, 743, 11.10.62, p. 6; **CB**, 745, 13.10.62, p. 8; **CB**, 746, 14.10.62, p. 8; **CB**, 748, 17.10.62, p. 8; **CB**, 778, 23.11.62, p. 8; **CB**, 838, 05.02.63, p. 1 e 4; **CB**, 842, 09.02.63, p. 1; **CB**, 847, 15.02.63, p. 4; **CB**, 852, 21.02.63, p. 1; **CB**, 868, 14.03.63, p. 8; **CB**, 889, 07.04.63, p. 4; **CB**, 905, 28.04.63, p. 4; **CB**, 937, 07.06.63, p. 1; **CB**, 940, 11.06.63, p. 8 e 7; **CB**, 952, 26.06.63, p. 1.

²⁷⁸ **CB**, 963, 09.07.63, p. 1 e 3.

²⁷⁹ No início do ano, em encontro com João Goulart, líderes do STICMB solicitam, além de empregos, medidas para melhorar o setor de fiscalização do Ministério do Trabalho para reprimir violações na legislação trabalhista; apoio da bancada do PTB para projetos de lei que criariam novas Juntas de Conciliação e Julgamento na cidade; construção de unidade do SAPS na estação rodoviária, assim como outras medidas. **CB**, 840, 07.02.63, p. 1; **CB**, 873, 20.03.63, p. 2; **CB**, 874, 21.03.63, p. 8; **CB**, 940, 11.06.63, p. 5.

²⁸⁰ **CB**, 927, 26.05.63, p. 4. BICALHO, Nair. op. cit., p. 68.

impossível e, cada vez mais pressionado, o governo abandonava, em meados de maio, o planejamento econômico.²⁸¹ Na capital, os efeitos da redução orçamentária se fizeram sentir ainda ao longo do segundo semestre.²⁸² Em julho, em concentração em frente ao Ministério da Fazenda, trabalhadores da construção civil entregavam memorial com a seguinte mensagem:

Exmo. Sr. Ministro da Fazenda. [...] Considerando as graves consequências a que podem se levar, homens desesperados pela impossibilidade de manterem a si e suas famílias; [...] Considerando que cabe aos poderes da República, de acôrdo com preceitos constitucionais, garantir trabalho para todos os cidadãos brasileiros. Apelamos para V. Exa no sentido de serem, com urgência, liberadas as verbas destinadas a construção das obras acima citadas.²⁸³

Nesse mesmo mês ocorre novo movimento grevista dos operários da construção civil. Além de pressionar setores do governo para abertura de novos postos de trabalho com a liberação de verbas federais, os operários exigiam também pagamento de salário-família e elevação salarial em 70%.²⁸⁴ Nessa ocasião, os acordos salariais foram feitos sob intensa dificuldade. Em ofício enviado ao ministro do trabalho, empregadores solicitavam declaração de ilegalidade do movimento grevista. Após ampla mediação do Ministério do Trabalho e do próprio João Goulart, era estabelecido novo acordo, entre o STICMB e a ACEBRA, com aumento entre 40 a 70%²⁸⁵, a partir do dia 15 de julho, sem punição a quem aderiu ao movimento paredista.²⁸⁶

Entretanto, o clima de tensão permaneceria na cidade.²⁸⁷ Humberto Schettini, presidente do STICMB²⁸⁸, contestava em entrevista ao **Correio Braziliense**, alguns dias

²⁸¹ FERREIRA, Jorge, op. cit., p. 418-423. MIRANDA, José Carlos da Rocha, op. cit.

²⁸² **CB**, 964, 10.07.63, p. 8.

²⁸³ **CB**, 970, 17.07.63, p. 7.

²⁸⁴ **CB**, 971, 18.07.63, p. 5; **CB**, 00975, 23.07.63, p. 8.

²⁸⁵ Em janeiro de 1963, o salário mínimo na capital havia aumentado para Cr\$21.000,00. Com o novo acordo, o salário dos operários teria chegado, com base nos percentuais de majoração, até Cr\$35.700,00. Pode ser que essa variação na taxa seja uma diferenciação relativo à qualificação profissional. Além disso, há pistas que indicam que operários vinculados à Novacap recebiam valores salariais mais elevados, e essas elevações deveriam afetar principalmente àqueles ligados a empresas privadas. **CB**, 809, 01.01.1963, p. 11; **CB**, 815, 09.01.63, p. 8.

²⁸⁶ **CB**, 974, 21.07.63, p. 3 e 14; **CB**, 976, 24.07.63, p. 8 e 5; **CB**, 977, 25.07.63, p. 8 e 5; **CB**, 978, 26.07.63, p. 8; **CB**, 983, 01.08.63, p. 1.

²⁸⁷ Em 03 agosto, protesto de estudantes e trabalhadores em Brasília, com convocação da Comissão Permanente, após choques entre policiais e estudantes que, durante manifestação anterior, criticavam o aumento da passagem de ônibus. Em setembro, insurreição de graduados das forças armadas (sargentos, suboficiais e cabos) em Brasília, após julgamento do STF considerando inelegíveis os sargentos eleitos no ano anterior. **CB**, 1005, 28.08.63, p. 5 e 8; **CB**, 1006, 29.08.63, p. 10; **CB**, 1008, 31.08.63, p. 8; **CB**, 1011, 04.09.63, p. 1 e 5.

²⁸⁸ Em outubro de 1962, Heitor Silva foi destituído da presidência do STICMB, assumindo Humberto Schettini. Não há menção ao motivo na imprensa. **CB**, 00737, 04.10.1962, p. 8.

após o acordo salarial, o descumprimento dos percentuais definidos²⁸⁹ e, no dia 06 de agosto, novos protestos iam às ruas de Brasília contra o desacordo²⁹⁰. À medida que o descontentamento aumentava, ações do governo eram implementadas para amenizar o quadro social. Assim, ao fim do ano ocorrem movimentações para reiniciar algumas obras na capital, como as relativas ao prédio do Itamaraty, bem como ao conjunto de cerca de 80 blocos residenciais na Asa Norte sob responsabilidade do IAPI e, segundo reportagens, seriam empregados preferencialmente trabalhadores sindicalizados.²⁹¹ Contudo, a crise econômica, arrastada com a inflação que ao fim daquele ano chegou a 79,9%, continuaria a agravar o quadro social.

3.4 “Pão ou Morte”

Em 1964, era claro o rompimento da histórica aliança entre PTB e PSD; o clima político era de radicalização; o confronto, a estratégia dos grupos sociais. Percebendo a inviabilidade de conciliação, João Goulart voltou-se de forma definitiva para o projeto nacional reformista, ancorando-se no apoio de setores populares e de grupos de esquerda. No dia 13 de março, era realizado o Comício das Reformas, na estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Ao lado do deputado federal Leonel Brizola e de Miguel Arraes, governador de Pernambuco, Goulart anunciava, entre os assuntos de sua fala, a desapropriação, para fins de reforma agrária, de terras às margens de rodovias, ferrovias e açudes federais. Dois dias após o comício, era enviada ao Congresso mensagem presidencial solicitando providências necessárias à implementação das reformas de base e que passavam, necessariamente, por reformas constitucionais.²⁹²

Ainda em janeiro, trabalhadores em Brasília, em paralisação durante 24 horas, homenageavam João Goulart pelo avanço no projeto reformista, ao mesmo tempo em que solicitavam um “salário mínimo especial” para a capital, medidas contra a carestia e abatimento dos preços da passagem de ônibus. Durante a paralisação, Ivo Magalhães foi questionado sobre a problema do desemprego que grassava na cidade.²⁹³ Inclusive, alguns trabalhadores, sem perspectivas de emprego, iniciam por conta própria a limpeza das ruas das cidades satélites. Autodenominados “Turma da Boa Vontade”, pouco mais de seis mil

²⁸⁹ CB, 985, 03.08.63, p. 8.

²⁹⁰ CB, 988, 07.08.63, p. 8.

²⁹¹ CB, 995, 15.08.63, p. 8; CB, 997, 18.08.63, p. 4; CB, 1014, 07-08.09.63, p. 3; CB 1016, 11.09.63, p. 8 e 7; CB, 1019, 14.09.63, p. 8; CB, 1027, 24.09.63, p. 8 e 7; CB, 1041, 10.10.63, p. 4; CB, 1087, 04.12.63, p. 1.

²⁹² FERREIRA, Jorge, op. cit., p. 426-441.

²⁹³ CB, 1127, 22.01.1964, p. 6; CB, 1128, 23.01.64, p. 6.

pessoas, segundo informações da época, atuavam em Sobradinho, Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Gama e Vila Planalto e conseguiram, em contrapartida, um auxílio da prefeitura no valor de Cr\$10.000,00 aos casados e Cr\$5.000,00 aos solteiros principalmente para atender despesas com alimentação.²⁹⁴

Embora não se saiba quando as primeiras turmas da “Boa Vontade” começaram a atuar, percebe-se que as medidas de reinício das obras ao fim do ano foram insuficientes frente ao cenário crônico de desemprego. Falta de trabalho, fome e encarecimento do custo de vista formavam o quadro social e as precondições de radicalização popular que se instaura em março de 1964 em Brasília. Contudo, há que se considerar, também, os prováveis impactos de eventos nacionais, como o comício na Central do Brasil, como efeito denotador, mesmo porque os trabalhadores de Brasília incorporaram entre as suas reivindicações as reformas de base propostas pelo governo.

A terceira semana do mês de março foi de crescente radicalização popular. No dia 17, trabalhadores organizados pelo STICMB entram em novo movimento grevista. Entre as reivindicações, novo pedido para aumento salarial para Cr\$ 72.000,00²⁹⁵, com revisões de quatro em quatro meses; protesto contra as tentativas de retorno da capital ao Rio de Janeiro²⁹⁶; exigência de absorção dos desempregados; medidas de combate à carestia; criação de mais duas Juntas de Conciliação e Julgamento em Brasília; além de declararem apoio aos atos do governo federal, como os decretos de desapropriação de terras.²⁹⁷

No dia seguinte, enquanto trabalhadores, com a coordenação do STICMB, realizavam passeata no Plano Piloto pelo atendimento das motivações grevistas, explodem outros movimentos de insatisfação em outros pontos do Distrito Federal. Em Taguatinga, populares bloquearam as vias públicas e impediram a passagem de veículos, reclamando por emprego e contra a fome. No Núcleo Bandeirante, os protestos ocorreram com maior violência e foram encabeçados pelo grupo da “Turma da Boa Vontade” e, ao que parece, estavam descontentes com a falta de pagamentos prometidas pela prefeitura

²⁹⁴ **CB**, 1166, 10.03.1964, p. 8 e 7; BICALHO, Nair, op. cit., p. 72.

²⁹⁵ Em fevereiro, o salário mínimo havia sido fixado em Cr\$42.000,00 na capital. O pedido de 72.000,00 para serventes, assim, se referia a ajuste de um pouco mais de 71% sobre o recente mínimo. O pedido ajuste se estendia para outras categorias profissionais. **CB**, 1154, 25.02.64, p. 9; **CB**, 1166, 10.03.64, p. 8 e 7; **CB**, 1174, 19.03.64, p. 7.

²⁹⁶ A ideia de retorno da capital para o Rio de Janeiro repercutiu tanto no **CB** quanto entre parlamentares e, também, na população da cidade. Segundo Nair Bicalho, esses debates, inclusive, influenciaram a formação de Bloco Parlamentar Mudancista, em defesa da nova capital. **CB**, 517, 07.01.1962, p. 1; **CB**, 760, 31.10.1962, p. 8; **CB**, 767, 09.11.62, p. 8 e 2; **CB**, 771, 14.11.62, p. 8; **CB**, 1175, 20.03.64, p. 6 e 4; BICALHO, Nair, op. cit., p. 67.

²⁹⁷ **CB**, 1173, 18.03.64, p. 6 e 4.

aos seus serviços de limpeza. Aos gritos de “pão ou morte”, trabalhadores destruíram a subprefeitura da cidade, após o saquear um açougue e uma escola. Além disso, assim como em Taguatinga, os trabalhadores também bloquearam as vias de acesso e, empunhando pás, enxadas e picaretas, gritavam por comida, trabalho e moradia (Imagem 23).²⁹⁸

O quadro de efervescência social se instalava na cidade. No dia 19, um grupo de pessoas, entre elas operários e estudantes, principiaram algumas depredações em alguns estabelecimentos de Taguatinga.²⁹⁹ Porém, o cenário de violência popular retorna no dia 20, em novo protesto no Núcleo Bandeirante. Mais uma vez revoltados com o cenário imposto, trabalhadores voltam a destruir instalações na cidade, ao que se seguem choques com a polícia. O clima de tensão foi amenizado após falas de dirigentes sindicais e líderes populares, do chefe de polícia e de Darcy Ribeiro, ministro da Casa Civil, que compareceu ao local. Foram escolhidos três nomes para se reunir, ainda naquele dia, com Darcy Ribeiro. Entre eles, Humberto Schettini, como presidente do STICMB, Raulino da Luz Amaral, líder popular da “Turma da Boa Vontade” e José Correia Agueiro (Imagens 24 e 25).³⁰⁰

Entre as soluções governamentais para a radicalização popular esteve a criação de novas frentes de trabalho nas proximidades do Distrito Federal, com a construção de trechos rodoviários que ligariam municípios goianos e mineiros a Brasília, para ocupação da massa desempregada.³⁰¹ João Goulart se reuniu, no Palácio da Alvorada, com líderes populares no dia 21, prometendo abertura de verbas e postos de trabalho aos pioneiros construtores, mencionando a necessidade das reformas estruturais para o país.³⁰² Aliás, a greve dos operários, com ampla mediação do Ministério do Trabalho, chegava ao fim no dia 25, sendo negociada a não punição dos grevistas e o pagamento dos dias não trabalhados. Além disso, era criada uma “comissão paritária” que, com representantes de empregados, empregadores e integrantes do próprio Ministério, deveria, a partir de então, estabelecer acordos cada vez mais através do diálogo.³⁰³ Contudo, em questões de dias as principais lideranças sindicais brasilienses seriam presas, a sede do STICMB passaria por

²⁹⁸ **CB**, 1174, 19.03.64, p. 1, 6 e 4.

²⁹⁹ **CB**, 1175, 20.03.64, p. 1 e 6.

³⁰⁰ **CB** 1176, 21.03.64, p. 1 e 3, 8.

³⁰¹ **CB**, 1177, 22.03.64, p. 4 e 8; **CB**, 1178, 24.03.64, p. 8 e 5.

³⁰² **CB**, 1177, 22.03.64, p. 1.

³⁰³ **CB**, 1179, 25.03.64, p. 1 e 6.

buscas e apreensões.³⁰⁴ Iniciava-se um novo momento autoritário na história do país. Encerrava-se a experiência democrática, acabava-se o diálogo.

³⁰⁴ **CB**, 1187, 05.04.64, p. 8; **CB**, 1190, 09.04.64, p. 6; **CB**, 1194, 14.04.64, p. 4; **CB**, 1229, 27.05.64, p. 2.

Considerações Finais

Ao longo das páginas deste trabalho, buscou-se destacar e compreender a crescente incorporação e participação política popular, interpretando o comportamento dos trabalhadores da construção civil em Brasília, entre os anos de 1957 e 1964. Essa participação política trabalhadora, como apontado, esteve conectada às constantes reclamações pelo cumprimento, ou expansão, de direitos, tanto por empresários quanto por setores governamentais. Assim, objetivou-se compreender continuidades e reelaborações de práticas políticas por meio da apropriação pelos trabalhadores de referenciais de cidadania, sobretudo a social, os quais passam a ser cada vez mais demandados.

Nesse sentido, em um primeiro momento foi esboçado o quadro de grandes transformações pelas quais passou o Brasil entre as décadas de 1930 e 1960, processo que incorporou novos sujeitos, como operários e trabalhadores urbanos, à dinâmica social. Essas transformações se referem a uma sociedade crescentemente urbana-industrial, ou, por outro lado, que desejava atingir esse “estágio” tão logo possível, como marca essencial de soberania nacional. Por isso, pensar esses anos é compreender o impulso dado à indústria, e o empenho em incorporar novas zonas territoriais ao sistema produtivo nacional. Daí o peso que ganhou o longo debate mudancista de transferência da capital. Brasília marcaria um novo tempo, ponto de partida e modelo esperado desse projeto modernizador.

Como visto, construir uma nova capital representou, para muitos, esperança. O fluxo migratório, outra marca do período, foi enorme e, em pouco mais de três anos, Brasília, a nova capital da República, seria inaugurada. Como se observou, o cotidiano do território era dominado pela intensa atividade produtiva, a burla da legislação social parte do processo produtivo, agregado ao estado de “ambiguidade jurídica” da localidade. Contudo, como destacado, mesmo com amplos limites e controles, mobilizações populares, reclamando direitos, se evidenciaram tanto no ordinário, aí incluídos movimentos à primeira vista “desordenados”, quando em situações mais estruturadas, exemplificado com as tensões referente ao direito à habitação, por exemplo.

Mas foi durante os primeiros anos de Brasília, propriamente, que as vivências políticas trabalhadoras, a partir de uma tradição trabalhista, ganharam seu momento mais profícuo, evidenciando a relevância desses atores sociais na dinâmica democrática.

Constatou-se, ao longo da pesquisa, a importância do STICMB na interação política entre trabalhadores e setores governamentais, canalizando, organizando e mobilizando os operários nas lutas sociais.

Por outro lado, teve-se como intento compreender as razões para as mobilizações trabalhadoras em Brasília, a partir da apreensão do quadro social após a inauguração da cidade, levando-se em consideração, também, os seus próprios contextos. De forma geral, esquadrinhando as notícias da época divulgadas pelo **Correio Braziliense**, podem-se constatar os impactos provocados com a desmobilização de boa parte da força de trabalho, gerando um cenário crítico de desemprego na cidade. Por isso, se percebeu a permanência de solicitações pelo reinício de obras para a cidade, reclamações que significavam, no fim, por emprego.

Paralelamente, como observado, o esgotamento do modelo desenvolvimentista esteve acompanhado por um quadro de crise econômico-social no panorama nacional. Perdas salariais e encarecimento do custo de vida como efeitos da contínua aceleração inflacionária marcaram o período. As ressonâncias da crise econômica exacerbaram o já delicado quadro social em Brasília, generalizando a situação de indignação e miséria das camadas populares da cidade. Por outro lado, uma das características do movimento operário da construção civil, durante esses anos, esteve nas constantes solicitações por aumentos salariais, inicialmente com o aumento do novo mínimo, em outubro/novembro de 1960, até os pedidos de majorações sobre o mínimo verificados nos primeiros meses de 1964.

Por fim, notou-se que, a partir das reivindicações sociais, debates conjunturais e políticos alargaram o horizonte de solicitações operárias brasilienses, ampliando ainda mais a participação popular no jogo democrático. Na verdade, demandas políticas entre o operariado brasiliense se evidenciam desde solicitações por eleições, onde poderiam escolher os seus próprios representantes. Não obstante, seria em defesa do projeto reformista proposto, por meio das reformas de base, que as demandas políticas ganhariam contornos mais claros. O atendimento das reclamações populares, como fica claro no caso das reclamações trabalhadoras em Brasília, foram cruciais para a própria estabilidade do regime. Por isso, compreender o período da Terceira República é, também, enxergar a importância dos diversos setores sociais, cada vez mais ativos e propositivos, como exemplificado no comportamento político dos trabalhadores da construção civil em Brasília.

Imagens



Imagem 1: Outdoor da campanha presidencial do marechal Henrique T. Lott. Destaque para os usos do passado, associando esforços de integração nacional como os movimentos das bandeiras. Autor: Peter Scheier. Ano: 1960. Acervo digital Instituto Moreira Salles.



Imagem 2: Título: Esplanada dos Ministérios em construção. Autor: Thomaz Farkas. Ano: 1959. Acervo digital Instituto Moreira Salles.



Imagem 3: Título: Dois operários rebitando uma viga na construção do Congresso Nacional. Autor: Mário Fontenelle. Ano: 1958. Acervo ArPDF. Fundo: Novacap.



Imagem 4: Título: sem título. Autor: Marcel Gautherot. Ano: 1958. Acervo digital Instituto Moreira Salles.



Imagem 5: Título: Trabalhadores na construção do Congresso Nacional. Autor: Marcel Gautherot. Ano: 1958. Acervo digital Instituto Moreira Salles.



Imagem 6: Título: Congresso Nacional em construção. Autor: Marcel Gautherot. Ano: 1959. Acervo digital Instituto Moreira Salles

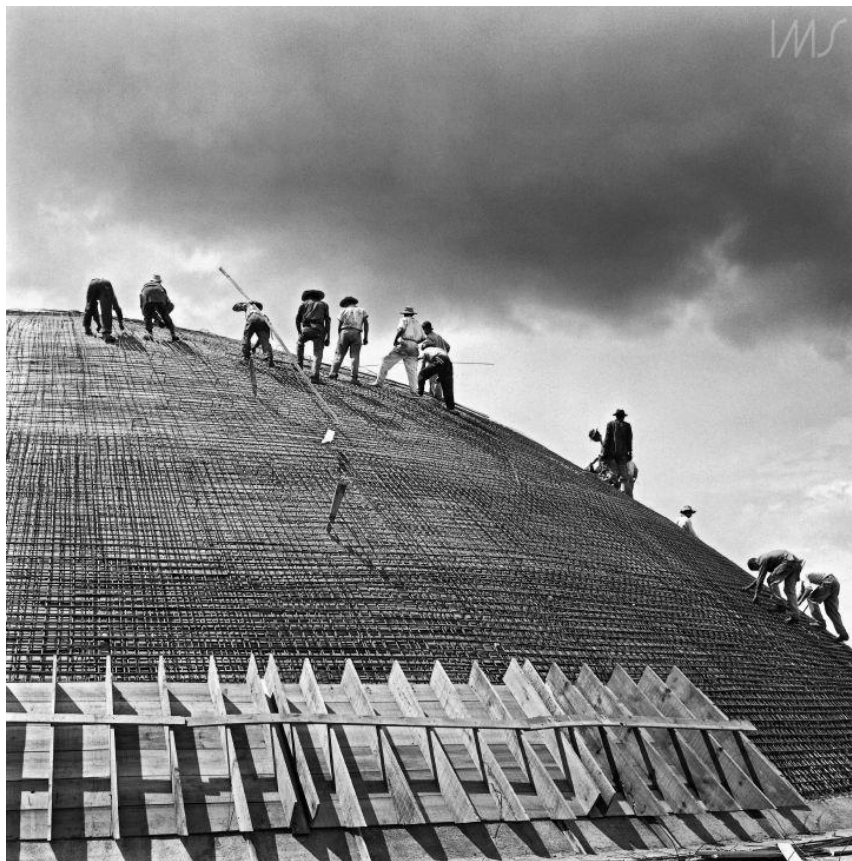


Imagem 7: Título: Congresso Nacional em construção. Autor: Marcel Gautherot. Ano: 1959. Acervo digital Instituto Moreira Salles.



Imagem 8: Título: Congresso Nacional em construção. Autor: Marcel Gautherot. Ano: 1959. Acervo digital Instituto Moreira Salles.



Imagem 9: Título: Congresso Nacional em construção. Autor: Marcel Gautherot. Ano: 1959. Acervo digital Instituto Moreira Salles.



Imagem 10: Título: Congresso Nacional em construção. Autor: Marcel Gautherot. Ano: 1959. Acervo digital Instituto Moreira Salles.



Imagem 11: Título: Trabalhadores. Autor: Peter Scheier. Ano: 1960. Acervo digital Instituto Moreira Salles.



Imagem 12: Autor: Sem autor. Ano: Sem data. Acervo ArPDF.



Imagem 13: Título: Homem observa filmes em cartaz no Cine Bandeirante. Autor: sem autor. Ano: 1959. Acervo ArPDF.



Imagem 14: Autor: Mário Fontenelle. Ano: Sem data. Acervo ArPDF.



Imagem 15: Autor: Sem autor. Ano: Sem data. Acervo ArPDF.



Imagem 16: Autor: Marcel Gautherot. Ano: 1958. Acervo digital do Instituto Moreira Salles.



Imagem 17: Autor: Mário Fontenelle. Ano: S/d. Acervo ArPDF.



Imagem 18: Autor: Mário Fontenelle. Ano: S/d. Acervo ArPDF.



Imagem 19: Título: Moradia na Sacolândia, arredores de Brasília. Autor: Marcel Gautherot. Ano: 1958. Acervo digital do Instituto Moreira Salles.



Imagem 20: Título: Moradia na Sacolândia, arredores de Brasília. Autor: Marcel Gautherot. Ano: 1958. Acervo digital do Instituto Moreira Salles.



Imagem 21: Autor: Paulo Manhães. Ano: 1959. Acervo: Não identificado



Imagem 22: Autor: Josué Almeida. Ano: 1960. Acervo: Novos Rumos, ed. 56, p. 8.



Imagem 23: Depredação da subprefeitura do Núcleo Bandeirante, após os levantes do dia 18 de março. Autor: Autor: desconhecido. Ano: 1964. Acervo: ArPDF.



Imagem 24: Darcy Ribeiro discursando no Núcleo Bandeirante, no dia 20 de março. Autor: Autor: desconhecido. Ano: 1964. Acervo: ArPDF.



Imagem 25: Mobilização de trabalhadores no Núcleo Bandeirante, dia 20 de março. Autor: Autor: desconhecido. Ano: 1964. Acervo: ArPDF.

Fontes

Depoimentos Orais – Programa de História Oral – Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)

Clementino Cândido

Delcides Abadia Silva

Elísio Evangelista Alves

Eronildes Guerra de Queiroz

João Aragão Filho

Manoel Pereira da Silva

Sebastião Bispo dos Santos

Suzana Conceição Mendonça

Periódicos - Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital

Jornal **Correio Braziliense (CD)**, Edições entre os anos de 1960 e 1964.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Edição 00132, 10.06.1958, p. 13.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Edição 00212, 11.09.1959, p. 5.

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, Edição 03059, 05.02.1960, p. 2.

Diário da Noite, São Paulo, Edição 10729, 26.01.1960, p. 5.

Jornal **O Globo**, Rio de Janeiro, 20.05.1958, p. 4

Jornal **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, Edição 00056, 25 a 31.03.1960, p. 8.

Fotografias sob curadoria Instituto Moreira Salles (IMS).

Disponível em:

https://acervos.ims.com.br/portals/#/search/Fotografia?collection=Peter_Scheier.

https://acervos.ims.com.br/portals/#/search?collection=Thomaz_Farkas

https://acervos.ims.com.br/portals/#/search?collection=Marcel_Gautherot

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves. Verbetes **Carcomidos**. Disponível em: Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARCOMIDOS.pdf>. Acesso: 20 de julho de 2021.

ABREU, Alzira Alves. Verbetes Instituto Nacional De Imigração e Colonização (INIC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/instituto-nacional-de-imigracao-e-colonizacao-inic>. Acesso: 10 de novembro de 2021.

ALMEIDA, Alberto Carlos. Os gabinetes parlamentaristas. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_gabinetes_parlamentaristas. Acesso em: 20 de out. de 2021.

BAHOUTH JÚNIOR, Alberto. **Taguatinga: pioneiros e precursores**. Brasília: Editora HP Mendes, 1978, p. 52-67. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/embed/view/3qITa6qKrMAkeBjZ>. Acesso em: 12 de setembro de 2021.

BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: JORGE, Ferreira; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 (O Brasil Republicano, vol.1), p. 153-182. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 22-54.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central**. Eco-História do Distrito Federal. Do Indígena ao Colonizador. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.

BEÚ, Edson. **Expresso Brasília: a história contada pelos candangos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

BEÚ, Edson. **Os filhos dos candangos: Brasília sob o olhar da periferia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2013. BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARR, Edward Hellet. **O que é história?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CEDRO, Marcelo. O Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961): estabilidade política e desenvolvimento econômico. In: JORGE, Ferreira; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020 (O Brasil Republicano, vol.3), p. 207-244.

COBISIER, Roland. **Brasília e o desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

COSTA, Kelerson Semerene. **Meiaponte - História e meio ambiente em Goiás**. Brasília, Paralelo 15, 2013, p. 41-59, 109-138.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020 (O Brasil Republicano, vol.3), p. 127-153.

ESPADA, Heloisa. Fotografia, arquitetura, arte e propaganda: a Brasília de Marcel Gautherot em revistas, feiras e exposições. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.22. n.1. p. 81-105. jan.- jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/ZV9XDNT9N6yDyL7stxzfFcL/?format=pdf&lang=pt>.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da**

democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020 (O Brasil Republicano, vol.3), p. 11-45.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020 (O Brasil Republicano, vol.3), p. 403-468.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da guerra fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000).** São Paulo: SENAC, 2000, p. 163-182.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblema, sinais: morfologia e história.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 143-179.

GOMES, Angela de Castro Gomes. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 35-70.

GOMES, Angela de Castro Gomes. Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 152-167.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.** Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-44.

GOMES, Angela de Castro. **O Brasil de JK - Movimento Sindical Urbano.** Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/MovimentoSindicalUrbano>. Acesso em: 21.09.2021.

GOMES, Angela de Castro. População e Sociedade. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Olhando para dentro: 1930-1964, volume 4.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (História do Brasil Nação: 1808-2010), p. 40-89.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. In: **Locus.** Revista de História. Juiz de Fora – MG, v. 24, nº. 2, p. 251-275. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20880/22391>. Acesso em: 07.08. 2021.

GUSMÃO, Ramon Lamoso de. **História do cotidiano de Brasília: “experiência” e resistência dos candangos na construção da nova capital (1959-1961).** In: Mosaico –Volume 10 – Número 16 – Ano 2019, p. 31-49. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/80022>. Acesso em: 20.06.2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo experimental de Brasília.** Comissão Censitária Nacional, 1959. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14652.pdf>.

KOSSOY, Boris. **História e Fotografia.** 4ª Edição, ampliada. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LAMARÃO, Sérgio. Verbete: Programa de Estabilização Monetária (PEM). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-estabilizacao-monetaria-pem>. Acesso em: 19.09.2021.

- LARA, Silvia H. **Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MAYER, Jorge Miguel; XAVIER, Libânia. Verbetes: QUADROS, Jânio. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janio-da-silva-quadros>. Acesso em: 27.10.2021.
- MENANDRO, Heloísa. Verbetes **Reformas de Base.** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base>. Acesso em: 27.10.2021.
- MIRANDA, José Carlos da Rocha. Verbetes: Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-trienal-de-desenvolvimento-economico-e-social>. Acesso em: 27 de outubro de 2021.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: JORGE, Ferreira; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 (O Brasil Republicano, vol.3), p. 156-194.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Introdução à História dos Partidos Políticos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação Brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. In: **Rev. Econ. Contemp.**, v. 1, n. 1, jan./jun. 1997, p. 61. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19574/11339>. Acesso em: 27 de outubro de 2021.
- NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicato e política (1945-1964). In: JORGE, Ferreira; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020 (O Brasil Republicano, vol.3), p. 47-96.
- NICOLOU, Jairo. **História do voto no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- OLIVEIRA, Lúcio Lippi. **A conquista do oeste.** FGV CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste>. Acesso em: 12 de jul. de 2021. [s.d]
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: JORGE, Ferreira; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano, vol.2), p. 13-37.
- PATARRA, Neide. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, tomo 3, vol. 11, p. 307-333.
- QUELER, Jefferson José. O governo Jânio Quadros: entre a política e o personalismo. In: JORGE, Ferreira; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020 (O Brasil Republicano, vol.3), p. 383-401.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.
- RODRIGUES, Leônicio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, tomo 3, vol. 10, p. 603-660.
- Sem autor. Greve da Paridade Paralisa o País. **Memorial da Democracia.** Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/greve-paralisa-pais-e-conquista-paridade#card-126>. Acesso em: 27 de outubro de 2021.

- SILVA, José Marques da. **Diário de um Candango**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1963.
- SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, tomo 3, vol. 11, p. 262-306.
- SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 105.
- SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **Construtores de Brasília**: estudos de operários e sua participação política. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1983.
- SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **O massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959**: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília, 2014. Disponível em: <http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1251/2053.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2021.
- VASCONCELOS, Adirson. **A Mudança da Capital**. Brasília, Edição do Autor, 1978.
- VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo e a “ampliação” autoritária da república. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende (orgs.). **República do Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 111-153.
- VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília**: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2009.

Termo de Compromisso

Declaração de Autenticidade

Eu, Matheus Oliveira Machado de Souza, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Em busca de cidadania: atuações políticas dos trabalhadores da construção civil em Brasília (1957-1964)” foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 12 de novembro de 2021.



Matheus Oliveira Machado de Souza